

IRAQUE:  
O PÓS-GUERRA

CORTESIA DO  
EDITOR

CADERNOS DO

# terceiro mundo

PUBLICAÇÃO  
MENSAL  
Nº 123  
NCz\$ 9,00

BOA VISTA,  
MANAUS  
NCz\$ 11,70  
ANO XII

# O VOTO CONTRA A CRISE

DEBATE: ESTADO, EMPRESA NACIONAL  
E CAPITAL ESTRANGEIRO

**No desenvolvimento  
da Indústria Petrolífera  
para a reconstrução de Angola,  
Sonangol é vital  
para o futuro**



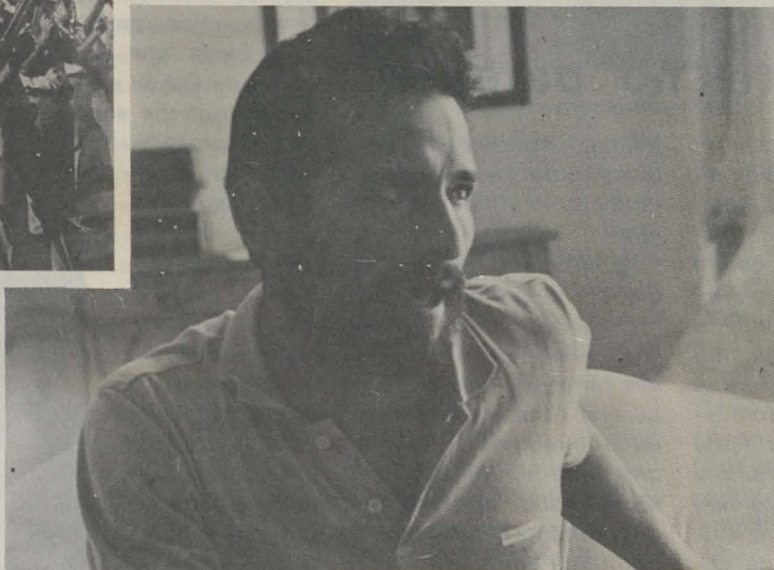
**SONANGOL**

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA  
C.P. 1316 – LUANDA – TELEX 3148 – 3260

A nova proposta dos Estados Unidos em relação à dívida externa do Terceiro Mundo (Plano Brady) visa a preservar os bancos internacionais e a economia dos países ricos, não a resolver o problema do estrangulamento das economias dos endividados



O movimento de libertação da Namíbia denuncia à comunidade internacional os planos sul-africanos para interromper o processo de transição do território à independência



Osmarino Amâncio Rodrigues, o sucessor do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes, fala sobre a luta que se desenvolve na Amazônia e que tem hoje no Acre o seu maior símbolo

SUMÁRIO

2	PANORAMA TRICONTINENTAL			
8	CARTAS			
	ORIENTE MÉDIO			
10	Iraque: A etapa pós-Komeini			
15	A perestroika árabe			
	ÁFRICA			
17	Namíbia: A agenda secreta de Pretória			
20	Senegal: O impacto da crise			
23	Nigéria: Um tempo de mudanças			
	AMÉRICA CENTRAL			
26	Itinerário da solidariedade			
	ECONOMIA			
30	GATT: Acordo no comércio mundial			
32	Dívida: O Plano Brady, dívida crônica			
39	Romênia: Um país sem débito			
	COMUNICAÇÃO			
40	Informática: As ONG na corrida tecnológica			
	SUPLEMENTO BRASIL			
44	Terra: Empate no seringal			
48	Matéria de capa: O voto contra a crise			
54	Comércio: A raposa no galinheiro			
56	Empresas: Democratizar a economia			
60	Transportes: Dólares ao mar			
63	Cultura: A arte do barro			
64	Panorama Nacional			
68	Página Aberta			



Fidel: aplicando a lei



Ochoa: fraqueza moral

CUBA

## Traficantes no "paredón"

Arnaldo Ochoa, general, Antônio de la Guardia, coronel, Jorge Martínez, capitão, e Amado Padrón, major, os militares cubanos que se envolveram com o narcotráfico, foram executados, em meados de julho, em Havana, por esquadrões de fuzilamento, após terem sido condenados à morte pela Corte Marcial do país. É a primeira vez que Cuba executa ex-funcionários comunistas. O processo de julgamento percorreu, desde 12 de junho, quando foram presos, o Tribunal Militar de Honra, que expulsou os quatro das forças armadas e do Partido Comunista, e recomendou a execução, Corte Marcial, a Suprema Corte e o Conselho de Estado, presidido por Fidel Castro.

Em amplo editorial, intitulado "Uma verdadeira revolução não admitirá jamais a impunidade", o jornal Granma, órgão oficial do PC de Cuba, publicou os antecedentes e o encaminhamento da investigação contra os militares e altos funcionários do Ministério do

Interior, implicados no processo sobre irregularidades, incluindo tráfico de drogas.

O jornal divulgou que os casos do ex-ministro dos Transportes, Diocles Torralbas, preso por irregularidades administrativas, e do ex-general Arnaldo Ochoa não estão diretamente vinculados entre si, "mas, no essencial, estão relacionados a uma conduta pessoal imoral e corrupta".

Ochoa, que detinha a mais alta condecoração do país (a de "herói da República, ex-comandante das tropas cubanas em Angola e Etiópia, tornou-se, segundo o Granma, um caso forte, sério e complexo. "Sua longa estada no exterior, seu posto militar e prestígio, seus constantes movimentos, as altas responsabilidades e a confiança, que desfrutava, facilitaram-lhe o processo de decomposição moral e os fatos que ia protagonizando", assinalou o jornal.

O ex-general, para atingir seus objetivos, desenvolveu estreitas relações com um

grupo de oficiais, com importantes cargos no Ministério do Interior, os quais acabaram também caindo "em processo de franca degradação pessoal", denunciou o editorial do Granma.

"Ochoa", continuou a publicação, esteve a ponto de ser nomeado chefe do exército ocidental das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba. Só não o foi, porque havia denúncias e informações sobre sua conduta pessoal, o que suscitou investigações, que deram suficientes indícios para a enérgica, ainda que dolorosa, prisão de Ochoa e divulgação pública de seu crime, que surpreendeu e amargurou o povo".

Ochoa foi acusado de corrupção, uso indevido, apropriação, malversação, desperdício e mau gasto de divisas convertidas, e, o mais grave de tudo, tráfico de drogas, em associação com o cartel de Medellín. Segundo informações em poder das autoridades cubanas, o militar utilizou instalações das Forças Armadas de Cuba para abrigar 6 toneladas de cocaína do cartel, que se destinavam aos UEA.

"Podem existir aqueles que violem esses princípios e essas leis, mas o peso inesorável da justiça revolucionária cairá sobre eles. Uma verdadeira revolução não admitirá jamais a impunidade", concluiu o editorial do Granma, pouco antes da execução dos principais acusados.

BOLÍVIA

## Caso do gás

"Estamos de mãos atadas", disse o ministro de Energia da Bolívia, Fernando Illanes, ao descrever a situação criada pela moratória da Argentina no pagamento do gás natural, fornecido pela Bolívia. No mês de março, forçada pela crise hiperinflacionária, a Argentina suspendeu o pagamento pela importação de 7 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, que custam 15 milhões de dólares por mês.

O montante dessa dívida argentina - 156 milhões de



Bolívia: perdendo gás

dólares - deveria ser destinado a um programa de investimentos conjuntos, assinado pela Bolívia com organismos internacionais, que paralisaram seus aportes financeiros, porque a Yacimientos Petrolíferos Fiscales da Bolívia não cumpre com a sua parte.

O ministro Illanes explicou, que o atraso nos pagamentos significa violação do contrato comercial assinado com a Argentina, mas que a Bolívia está impossibilitada

de aplicar sanções. "O corte no fornecimento traria mais problemas do que soluções. A Bolívia não tem infra-estrutura técnica para reinjetar o gás no solo ou armazenar em depósito. Teríamos que queimá-lo, se não o vendêssemos para a Argentina".

BOLÍVIA

**Cerco à coca**

A partir deste mês, todas as plantações de coca, que se encontrarem fora das zonas de plantio tradicional, serão destruídas com o apoio do Ministério do Interior, segundo informou o ministro de Assuntos Fundiários, Guillermo Justiniano.

"Todos os esforços", acrescentou, "estão sendo realizados, para que os produtores recebam uma compensação econômica", referindo-se às plantações de coca de outras regiões, que não sejam Yungas (município de La Paz) e Chapare (Cochabamba).

"Assinamos convênios", disse o ministro, "com dirigentes camponeses, e pedimos que as brigadas anticoca se esforcem para que se

possa chegar à data prevista com a redução total das plantações".

Na região de Yapacani, município de Santa Cruz, segundo informação oficial, existem 880 hectares de coca. Sua erradicação começou há algum tempo, na mesma época em que se deram créditos aos produtores da região, para que aumentem as plantações de arroz e outros cereais rentáveis.

A maior concentração de plantações de coca em local proibido encontra-se no Parque Nacional Isiboro-Secure, onde, há 10 anos, os colonos começaram cultivos agrícolas, e, em seguida, dedicaram-se à coca de forma significativa.

Nesta região, existe projeto de desenvolvimento alternativo e de substituição de plantio, que conta com o apoio do governo norte-americano, das Nações Unidas e outros organismos internacionais.

No entanto, os produtores de coca insistem na denúncia de que se assinam convênios, mas o governo boliviano não os cumpre ou o faz só parcialmente.

COLÔMBIA

**A espionagem da droga**



**O negócio da coca envolve todos os setores da vida colombiana**

Documentos encontrados com dois envolvidos no atentado contra um chefe de inteligência militar colombiana, revelaram poderosa rede de espionagem do narcotráfico, infiltrada nos organismos de segurança e também na embaixada dos EUA em Bogotá.

Fontes da procuradoria geral da nação e do departamento de segurança informaram que os narcotraficantes do Cartel de Medellín obtêm dados secretos do Conselho de Ministros e do Conselho Nacional de Estupefacientes, dos quais só participam as principais autoridades do país.

Os documentos em poder do ex-capitão do exército Luis Javier Wanumen e do civil José Rivera comprovam que o Cartel de Medellín tinha acesso à documentação reservada da embaixada dos Estados Unidos, em Bogotá, e da Agência para o Controle de Drogas-DEA.

Dez comissões vão investigar o caso, enquanto a imprensa colombiana fala em escândalo, no qual po-

deriam estar envolvidos altos funcionários do governo.

Os dois homens presos, dias antes do atentado, carregavam documentos secretos do DAS, F-2 e B-2, todos órgãos de inteligência.

Os detidos tinham acesso às reuniões secretas dos organismos de informação, onde se definiam operações antidrogas no país. Recentemente, as autoridades interceptaram uma chamada telefônica, na qual um homem ordenava a recuperação imediata dos documentos encontrados com Wanumen e Rivera. Em nota pública, o ministro da Justiça, Guillermo Plazas, solicitou ao diretor nacional de prisões, Augusto Motta, medidas especiais de segurança para garantir a vida e impedir a fuga de Wanumen e Rivera.

Foram também detidos pelos organismos de segurança do Estado dois oficiais da polícia, que tentaram subornar superiores para obter a liberdade de Wanumen e Rivera.



A maior parte da coca andina destina-se aos Estados Unidos

## PANORAMA TRICONTINENTAL

PERU

### O que pretende Llosa?

Poucos dias depois de renunciar à candidatura presidencial, o novelista peruano Mario Vargas Llosa disse em Escorial, Espanha, que retornará à campanha política. Justificou-se, afirmando que "o impasse (motivo de sua desistência) está resolvido e postularei a presidência. Agora a coalizão terá coerência".

A pretensa renúncia tinha abalado a campanha eleitoral, porque o escritor, candidato pela coalizão de centro-direita Frente Democrática-Fredemo, aparecia nas pesquisas de opinião com 45% das intenções de voto, com clara vantagem em relação aos 25% do candidato da Esquerda Unida-IU, Alfonso Barrantes, e aos 8% do Partido Aprista-Apra, do presidente Alan Garcia.

O gesto de renúncia e a linguagem apocalíptica da carta aberta, na qual anunciara seu afastamento da disputa eleitoral, surpreenderam o ambiente político peruano. Vargas Llosa responsabilizava os dois partidos mais importantes da Frente Democrática de

atuarem em função de seus "mesquinhos interesses particulares", visando à eleição para a prefeitura de Lima, neste ano.

Luis Bedoya, dirigente do Partido Popular Cristão-PPC e Fernando Belaúnde, líder da Ação Popular-AP, foram acusados, na carta renúncia de Vargas Llosa, de manterem um "enfrentamento medíocre e desprezível que, com um mínimo de transigência recíproca, poderia ser superado. Se isso acontecer, não me cabe dúvida que voltarão a contar com o apoio dos independentes, que estão nesse processo com o único propósito de conter a decadência e a barbárie em nosso desventurado país".

Com o desenlace do episódio, a opinião pública peruana não duvida de que o escritor, na verdade, nunca tivesse deixado definitivamente sua aspiração à presidência. Simplesmente, tinha "renunciado", para se fortalecer e retornar à arena política com maior margem de manobra, dentro da coalizão que o indicou.



Llosa: usando a arma da renúncia para consolidar o apoio da direita



Maria Torres: Nicarágua cumpre acordos, mas pressão não diminui

NICARÁGUA

### Décimo aniversário

No dia 19 de julho, a revolução sandinista completou 10 anos. A festa de aniversário contabiliza 14 mil crianças mortas, 5 mil inválidos, 54 mil mortos, desaparecidos e sequestrados e 12.200 milhões de perda em dólares. E, tudo isso, numa população de 3 milhões e 500 mil habitantes.

Parece até piada, mas o humor é sério: como é possível que o governo dos Estados Unidos se preocupe tanto – em abril destinou verba de 40 milhões aos "contras" – com um país que só tem um elevador, o do Hotel Intercontinental, em Manágua?

"Essa ajuda 'humanitária' de comida, vestimenta e medicamentos tem o objetivo de manter os "contras" nas fronteiras (Costa Rica e Honduras), até que se efetue a eleição na Nicarágua", observa a nova consulesa nicaraguense do Rio de Janeiro, Rosa Maria Torres. "Vamos ganhar. E estamos atentos aos acontecimentos, porque a situação do Panamá, por exemplo, é preparatória do que vai ocorrer em nosso país, no pleito de fevereiro de 90".

Rosa Maria Torres rece-

beu, no dia 21 de junho, na Câmara de Vereadores, o título de Cidadã Honorária da Cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do vereador Fernando William, do PDT, na presença de parlamentares, cônsules da Costa Rica, Peru e Uruguai e de representantes do meio artístico, como o cartunista Ziraldo, a atriz Lucélia Santos e o promotor de eventos Perfeito Fortuna.

"A Nicarágua tem cumprido todas as propostas do acordo feito em fevereiro, em El Salvador, e que são desdobramentos do Tratado de Esquipulas", comentou a consulesa. "Estamos preparando a eleição, tendo em vista a formação de um parlamento centro-americano, já libertamos os 1.500 réus somozistas, revisamos a liberdade de religião e a dos meios de comunicação".

Com a realização das eleições, a Nicarágua pensa em desarmar as críticas norte-americanas, e espera que o outro lado do acordo também se cumpra, isto é, que não sejam utilizados os territórios de Honduras e Costa Rica para abrigarem os "contras".

## AFEGANISTÃO

**À espera do diálogo**

No décimo-primeiro ano de guerra, os afegãos sentem que chegou a hora de encerrar o confronto e buscar uma saída política. O problema é que, após a retirada das últimas tropas soviéticas, em fevereiro, o governo do Partido Democrático Popular do Afeganistão-PDPA e o autoproclamado "governo no exílio", formado pela guerrilha muçulmana sediada no Paquistão, não dão mostras de pretenderem negociar abertamente. O apoio internacional para ambas as partes também se polarizou.

A oposição armada ao regime de Cabul enfraqueceu-se, desde que a guerrilha se mostrou incapaz de tomar as estratégicas cidades de Jalalabad e Khost, logo após a saída das forças soviéticas, quando se presumia que as defesas afegãs se desfariam como um castelo de cartas. Por outro lado, o regime dirigido pelo presidente Mohamed Najibulá, esforça-se para suprir sua carência de representatividade popular e vem trabalhando com um duplo

objetivo: entender-se com grupos profissionais, religiosos e tribais, cujas reivindicações materiais procura atender, e isolar os guerrilheiros muçulmanos. Neste sentido, a propaganda oficial enfatiza a dependência dos rebeldes ante os serviços secretos paquistaneses e os fundamentalistas wahabis sauditas, e aponta a existência de divisão, entre as facções khalq e parchami.

Ao mesmo tempo, sem renunciar ao marxismo, o PDPA mostra-se ideologicamente mais flexível, combinando elementos das democracias ocidentais com os de movimentos de libertação nacional. A nova orientação já rendeu bons frutos: fizeram as pazes com o governo de Cabul diversas minorias étnicas e tribais, como os tajeques, hazares e xiitas. No seio do próprio governo, procura-se também reduzir as tensões, o que levou à nomeação, como vice-primeiro-ministro, de Mohamed Baryalai, aliado do ex-presidente Brabak Karmal e que chegou a ser preso durante meses, em 1987.

Os rebeldes exigem a renúncia do governo, que, propõe, de sua parte, cessar-fogo e eleições diretas, supervisionadas por uma comissão conjunta. Apesar do apoio militar e financeiro dos Estados Unidos e do Paquistão, os rebeldes têm demonstrado incapacidade para superar a força militar de Cabul. Isto poderá, a médio prazo, convencer a guerrilha a buscar a negociação.



Najibulá: pela negociação



A dramática infância da pobreza

## QUÊNIA

**Meningite na África**

Pelo menos 68 pessoas morreram em Nairóbi, vítimas de meningite, e outras 400 estão atingidas pela doença, segundo disse, em julho, o ministro queniano da Saúde, Nwai Kibaki.

Fontes oficiais indicaram que os habitantes dos bairros periféricos de Nairóbi estão, particularmente, expostos à epidemia, que eclodiu há duas semanas, devido às precárias condições higiênicas. Entretanto, o ministro queniano considerou que a situação não requer campanhas massivas de vacinação, estando apenas marcada uma campanha seletiva.

Em junho, a Etiópia, país vizinho do Quênia, anunciou que uma epidemia de meningite havia feito 1.512 mortes, desde setembro de 1988. No Sudão, outro país fronteiriço, 1.900 casos foram registrados em março último, dos quais 211 mortais.

## ANGOLA

**Rumo à paz**

"É necessário moderar a cadência, caminhar com mais paciência e moderação, mas colocando os pés sobre a terra firme. Devido à precipitação, constatamos dificuldades, mas nem tudo está perdido", disse o presidente angolano José Eduardo dos Santos, ao comentar, durante encontro com os chefes de Estado do Congo e Gabão, no início de julho, o rompimento, por parte da Unita, da trégua acertada no dia 22 de junho, na histórica reunião de Gbadolite, em Zâmbia.

Naquela ocasião, perante 19 chefes de Estados africanos, José Eduardo dos Santos, por Angola, e Jonas Savombi, pela Unita, comprometeram-se à reconciliação, envolvendo a deposição de armas pela Unita e o compromisso angolano de dar acolhida aos integrantes da organização, de modo a consolidar o processo de pacificação nacional. Savimbi comprometeu-se a retirar-se da cena angolana, guardando um exílio voluntário na Costa do Marfim ou Marrocos.

Em contrapartida, os demais membros da Unita serão integrados paulatinamente à administração. O presidente angolano prometeu empregá-los em postos de trabalho adequados à capacidade de cada um deles. Não está excluído que alguns até ocupem cargos de responsabilidade. Como prova da honestidade de suas propostas, o governo angolano já designou



Angola quer deixar no passado cenas como esta e construir o futuro

Daniel Chipenda, ex-membro da Unita, como embaixador no Cairo.

Logo depois, o presidente Eduardo dos Santos comutou a pena de morte por fuzilamento de 50 membros da Unita (entre civis e militares), que haviam sido condenados por crimes de traição à pátria, entre 1981 e 1987.

Até agora, Jonas Savimbi utilizava um passaporte sul-africano, para se locomover pelo mundo. O regime de Pretória, que junto com os Estados Unidos, financiava a Unita, facilitando suas viagens com documentos e dinheiro, trouxe-lhe, ao mesmo tempo, problemas de repúdio, em consequência da imagem negativa que o *apartheid* tem na comunidade internacional.

O secretário de Estado adjunto dos Estados Unidos, Herman Cohen, assistiu ao encontro de dos Santos com Savimbi e poderá facilitar um futuro reconhecimento diplomático de Angola pelo seu país. Desde 1975, quando não reconheceu a independência angolana, até agora, o governo norte-americano não mudou de posição. Entretanto, numa demonstração de abertura,

os dirigentes de Luanda convidaram a administração de Bush para abrir um escritório de representação naquela capital.

De volta a Luanda, perguntado sobre o resultado da reunião, o presidente Eduardo dos Santos comentou: "Não foi mal".

## ÁFRICA DO SUL

### "Míssil do apartheid"

A África do Sul anunciou ter disparado com êxito um míssil, no polígono de ensaios da província do Cabo, mas, não deu maiores detalhes.

No semestre passado, o jornal norte-americano "The Washington Times" noticiou que a África do Sul estava pronta para testar um míssil balístico de alcance médio, desenvolvido com a ajuda de Israel.

Segundo o jornal, tratava-se de uma versão modificada do míssil israelense terra-terra Jericó II, que, com um raio de ação de 800 quilômetros, pode atingir alvos situados nos países vizinhos da África do Sul.

## MEIO AMBIENTE

### Alerta do "Greenpeace"

As marinhas da União Soviética e dos Estados Unidos perderam 50 ogivas nucleares e nove reatores no fundo do mar, com grave risco de contaminação mundial, segundo revelou o grupo ecológico *Greenpeace*, em Roma. A afirmação faz parte do relatório "Netuno II", no qual o *Greenpeace* documenta mais de 2.000 acidentes com navios nucleares, e que foi apresentado aos correspondentes estrangeiros na Itália. O diretor de uma organização ambientalista italiana, Gianni Squitieri, disse que o estudo contém informação específica sobre 1.276 acidentes, além de dados estatísticos de outros 1.100 acidentes, fruto de uma investigação que durou dois anos.

"É o primeiro inventário completo dos acidentes navais ocorridos em tempo de paz. Possui, além disso, mais 200 acidentes jamais revelados", comentou Paolo Guglielmi, responsável pela campanha "Nuclear Free Seas" (Oceanos sem Átomos).

Dos 1.276 acidentes documentados no "Netuno II", 624 ocorreram no Oceano Atlântico, 318 no Pacífico, 110 no Mediterrâneo - dos quais 31 nas proximidades das costas italianas - e 34 no Oceano Índico.

#### Perigo no mar

Os ambientalistas destacaram que 30% dos acidentes aconteceram em portos, provocando sérias dúvidas, quanto à segurança, pela entrada de navios com ar-

mamentos e propulsão nucleares em portos civis.

Guglielmi acrescentou, que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as maiores armadas do mundo acusaram um acidente naval por semana, incluindo afundamentos, incêndios e colisões.

"O naufrágio do submarino soviético na costa da Noruega, em abril, e a explosão de uma das torres de artilharia do encouraçado norte-americano "Iowa" são as pontas de um iceberg muito perigoso", observou Squitieri.

Guglielmi sublinhou que, no Mediterrâneo, o risco de acidentes, que poderiam conduzir a desastres ambientais ou dramáticas emergências nucleares, "está sensivelmente maior, pelas características geográficas da bacia, que oferece espaços estreitos para manobras".

O relatório "Netuno II", divulgado simultaneamente pela *Greenpeace* em Roma e em Washington, revela, ainda, que 75 unidades navais afundaram por acidentes em tempo de paz, incluindo 27 submarinos (cinco nucleares), com um saldo de 2.800 mortos, dois terços dos quais pertenciam às marinhas dos Estados Unidos e União Soviética.

Outro estudo separado, também realizado pelo grupo ambientalista, demonstra que as armadas dos Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França e China empregam mais de 15 mil armas e ogivas nucleares, além de 540 reatores atômicos.



DESENVOLVIMENTO

Previsões



Opep: forte de novo nos anos 90

América Latina e África registrarão sensível crescimento econômico, entre 1989 e 1993, ao contrário da Europa e Estados Unidos, enquanto a Ásia continuará em sua fase ascendente, em termos de desenvolvimento.

A previsão é do Centro de Estudos e Informações Internacionais-CEPII e do Observatório Francês de Conjunturas Econômicas-OFCE. O relatório afirma que "apesar da *perestroika*, o quadro geral das economias socialistas européias continuará medíocre".

Prevê-se também uma considerável queda da cotação do dólar, a partir de 1991, quando deverá ter início uma escalada no preço do petróleo, "fenômeno que poderia marcar o retorno da Organização de Países Exportadores de Petróleo-Opep, ao primeiro plano do cenário internacional", assinala o estudo.

As economias latino-americanas e africanas, segundo os dois centros de estudos econômicos, deverão contar com melhoria substancial, nos termos do seu intercâmbio de comércio, com os países industria-

lizados. "Contarão também com os benefícios das medidas que reduzirão suas dívidas externas. Tudo isso será fator essencial no início da recuperação destes países em crise. O plano de redução da dívida do Terceiro Mundo, apresentado pelo secretário de Estado norte-americano, Nicholas Brady, que começará a ser aplicado em 1990, terá seus efeitos positivos visíveis em 1991", acredita o relatório.

PANAMÁ

Resolução agradou

O governo do Panamá reagiu positivamente à resolução da Organização dos Estados Americanos-OEA, adotada "por consenso", em relação ao problema com os Estados Unidos. Portavozes panamenhos disseram que a resolução reforça a pressão que seu país vem fazendo, no sentido de que possam resolver suas crises políticas internas sem a ingerência externa.

O assessor do presidente Manuel Solís e dirigente do Partido Social-Democrata, Nils Castro, disse que a resolução da OEA, relacionada com as eleições de maio, "foi um fracasso para os Estados Unidos", apesar da

reprovação expressa contra o general Noriega, chefe das forças armadas panamenhas.

Segundo ele, o repúdio à intervenção militar direta, a insistência no cumprimento dos tratados do Canal, de 1977, "que os Estados Unidos estão violando" e o apelo às forças políticas, e autoridades para que não tomem atitudes que possam agravar a crise, são coisas positivas para o Panamá. "Por isso", acrescentou ele, "temos motivos mais do que suficientes para nos sentirmos satisfeitos".

O ex-chanceler e atual representante panamenho na junta diretora do Canal, Oyden Ortega, considerou que, depois do acordo da OEA, os Estados Unidos devem cessar o envio de militares e civis a suas bases. Os norte-americanos deverão também devolver ao Panamá 400 milhões de dólares, oriundos das operações conjuntas do canal. Esse dinheiro está retido, por força de uma emenda constitucional, de abril do ano passado, assinada pelo ex-presidente Ronald Reagan e mantida por Bush.

Entretanto, para a Aliança Democrática de Oposição Civilista-Adoc, que tinha grandes esperanças nas gestões da OEA para chegar ao poder, a resolução foi qualificada como "uma redação um pouco ambígua".

Solís de Palma (e) recebeu representantes da OEA



Sela: plano contra a crise DÍVIDA EXTERNA

A proposta do Sela

A reunião do Sistema Econômico Latino-Americano-Sela, neste mês de setembro, poderá tornar realidade a solução para a crise da dívida externa do continente, que totaliza atualmente 420 bilhões de dólares.

A proposta do Sela para o início das negociações estabelece uma redução de 50% no valor total da dívida, a emissão de bônus garantidos pelos devedores, de modo que o saldo remanescente possa ser quitado, com prazos que variam entre 20 e 40 anos e juros a taxas máximas de 5% ao ano.

A meta é reduzir o custo financeiro da dívida a uma quarta parte do seu nível atual. Os países que, após esse ajuste, vierem a não depender de recursos novos, terão, no entanto, que realizar ajustes econômicos, cujos resultados deverão se destinar ao desenvolvimento interno.

Observadores e diplomatas latino-americanos, que vêm acompanhando as idas e vindas das negociações dos países devedores com o sistema financeiro internacional, são de opinião que a proposta do Sela pode ser viável, desde que sejam definidas fórmulas operacionais concretas e aceitáveis pelos credores.



**Infecção: perigo permanente**

**Infecções hospitalares**

Parabéns pelo alto nível desta publicação. Aproveito a oportunidade para dar minha opinião sobre o artigo "As superbactérias no Terceiro Mundo", edição 120.

As infecções hospitalares representam o final de um processo que começa em nossos lares. Existem dois tipos de doenças infecciosas: as causadas por agentes externos ao nosso organismo, mesmo que o sistema imunológico do indivíduo esteja atuando de forma adequada; e as causadas por microrganismos, que habitam normalmente o nosso organismo.

O problema das infecções hospitalares pode ser minimizado com a formação de recursos humanos e a conscientização dos trabalhadores da área da saúde sobre a questão, além do controle e fiscalização no uso, distribuição e fabricação dos medicamentos.

Tudo isso faz com que o tema somente seja tratado a público, quando pessoas conhecidas sofrem o problema. Não existem hospitais que não tenham casos de infecções hospitalares, pois a causa básica da síndrome é o próprio estado de saúde do paciente.

**Antônio Carlos Guedes Praça**  
Biomédico  
Rua Professora Elza  
F.M. Bonilha, 60  
CEP 13.200 Jundiá, SP.



**Educação: fora de prioridade**

**Autonomia universitária**

As universidades públicas do Brasil estão passando por um processo crítico: a autonomia que lhe foi garantida, na Constituição, vem sendo combatida e repudiada pelos detentores do poder, que têm se utilizado dos meios mais espúrios para enfraquecer todo e qualquer movimento, que vise a fortalecer o nosso ensino superior. Essa elite dominante conta com a conivência das máquinas de notícias, principalmente com o "Império Marinho" (Organizações Globo), que mascaram e escamoteiam a realidade brasileira.

O movimento estudantil se encontra enfraquecido também por essa situação, fruto de uma postura ideológica calcada no consumismo e acomodação. Sou aluna da UFRJ e tenho percebido a abrangência da situação em todo o sistema educacional do país. Assino a revista **terceiro mundo** há dois anos e sugiro uma reportagem sobre a nossa educação.

**Teresinha N. Meirelles**  
Rua Domingos  
Ferreira 146/1002  
CEP 22050 Copacabana,  
Rio, RJ.

**Os irmãos nordestinos**

Infelizmente, o que relatou o **Editor Carlos Mendonça Ribeiro**, na edição 117, é a opinião da maioria dos sulistas. Talvez eles não se lembrem que somos todos analfabetos. Mesmo assim, temos conterrâneos que representam lugar de destaque em nossa literatura, como Manuel Bandeira, Augusto dos Anjos, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Gilberto Freyre, José Lins do Rego e muitos outros. Na música, a constelação é toda nordestina, com cantores e cantoras que cantam e encantam o Brasil e os países em que já cantaram.

A despeito de alguns tantos sulistas, o nordestino é, antes de tudo, um forte, um desbravador. Em todas as regiões, os nordestinos se fazem presentes, como colonizadores. O nordeste colonizou o Brasil e o Brasil discrimina o nordeste. Porém, não tentamos obscurecer os irmãos sulistas, nem qualquer outro. Quanto ao fenômeno da seca, os gaúchos estão experimentando, em dose mínima, é já disseram que não é pouca coisa. Em relação ao êxodo realizado anualmente pelos nordestinos, não é só decorrente da seca, que tem solução, faltando apenas vontade política para fazê-lo, mas da insuficiência de empregos. Empregos que faltam devido ao atraso de nossa região, industrialmente.

A discriminação maior é feita pelas emissoras de televisão, que se concentram no eixo Rio-São Paulo. Mostram um quadro de miséria, calamidade, que vem a formar nos sulistas e no resto do Brasil uma antipatia pelos nordestinos, fazendo crer às demais regiões, que o nordeste apenas usufrui das riquezas produzidas por todos.

**Genivando Costa Alves**  
Cuité, Paraíba

**Resistência cultural**

Parabéns por este trabalho que nos ajuda, como latino-americanos, a nos conhecermos melhor. Quero trocar idéia com outros leitores sobre um projeto, que seria formar um grupo de pessoas de várias tendências artísticas (teatro, música, dança etc.), que colocasse o pé na estrada desta América Latina, mostrando nossas tradições culturais e aprendendo com nossos irmãos. O objetivo é resistir à agressão ecológico-cultural, que está nos massacrando.

**Flôrencio Almeida Vaz Filho**  
Caixa Posta 6093 Jurunas  
CEP 66014 Belém, Pará



**Nordeste: em busca de trabalho**

**Economia do Caribe**

Gostaria que **terceiro mundo** publicasse uma reportagem sobre os países do Caribe, abordando seus problemas econômicos, sobretudo, daquelas nações que têm

## INTERCÂMBIO

grande fluxo turístico. Aproveite a oportunidade para dizer que deseja trocar correspondências com leitores da Venezuela e Trinidad-Tobago.

**Ulisses Tenório**  
Rua João Dias Vergara, 35  
A, Campo Limpo  
CEP 05765 São Paulo,  
SP, Brasil.



**Integrar: urgência continental**

### Se liga, Brasil

O Acre, Rondônia, Mato Grosso do Norte e do Sul, e São Paulo precisam de uma rodovia interligando-os, o que é de grande importância para o povo brasileiro. Devemos abrir novas fronteiras de exportação da soja, por exemplo, que vem sendo cada vez mais produzida nestes Estados. Por outro lado, é também importante para o Brasil ligar-se, por ferrovia e rodovia, aos demais países latino-americanos, para aumentar o intercâmbio cultural e comercial entre seus povos. Devemos todos nos unir.

**João Vilha**  
Rua Basileia, 45, Meninos  
CEP 09260 Santo André, SP.

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês.

Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr.105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

• **Sebastião Vera Cruz**  
Av. Ipiranga, 84 - 18º andar - aptº 1802  
Centro - São Paulo - SP  
CEP 01039/ Brasil

• **Carlos Alberto Amato**  
Rua Tamandaré, 361 - Centro  
Guaratinguetá - SP  
CEP 12500 / Brasil

• **Giovanni Amado**  
Rua Barata Ribeiro, 369 - aptº 1004  
Copacabana - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 22040  
Brasil

• **José Nilvan Almeida de Araújo**  
Rua Pe. Amancio Leite, 488  
Pombal - PB  
CEP 58840/Brasil

• **Helenita Carvalho**  
Caixa Postal, 195  
Itabuna - Bahia  
CEP 45600/ Brasil

• **Antonio Lara Júnior**  
Rua Valdemar de Freitas, 33  
Foz do Iguaçu - PR  
CEP 85890/ Brasil

• **João Rodrigues Rubem Cavita**  
Caixa Postal 1514  
Benguela  
República Popular de Angola

• **Magdalena Ferreira**  
San Salvador, 2108/001  
Montevideo, Uruguay

• **Rosilene P. Neves**  
Trav. Gal. Francisco de Paula, 80 - Araçás  
Cuiabá - Mato Grosso  
CEP 78010/ Brasil

• **Vanderlei Carlos Santana**  
Rua José dos Reis Miranda Filho, 1107  
Vila Industrial  
Franca - SP  
CEP 14400/Brasil

• **Elizete Aparecida Santana**  
Rua José dos Reis Miranda Filho, 1107  
Vila Industrial  
Franca - SP  
CEP 14400/ Brasil

• **Arlete Donizete Santana**  
Rua José dos Reis Miranda Filho, 1107  
Vila Industrial  
Franca - SP  
CEP 14400 / Brasil

• **Artur Almeida**  
Rua Damião Barreth, 2684 - Santa Cruz  
Franca - SP  
CEP 14400/ Brasil

• **Carlos Roberto da Silva**  
Corpo de Fuzileiros Navais  
Agência de Correio e Telégrafos de  
Campo Grande  
Caixa Postal, 10116  
Rio de Janeiro - RJ  
CEP 23000/ Brasil

• **João D. E. Correia**  
Rua Júlia Costa, 108 - Centro  
Teófilo Otoni - Minas Gerais  
CEP 39800/ Brasil

• **Marta Santana**  
Caixa Postal, 22004  
Salvador - Bahia  
CEP 41911/ Brasil

• **Juani Pallares**  
Avda. Cataluña, 3  
43393 Almoester  
Tarragona/ Espanha

• **Maura e Ana Maria**  
Rua Deozito M. Ribas nº 2684  
Santa Cruz - Franca - S/P.  
CEP 11400/Brasil

• **Laudir Lemos Machado**  
Av. Franc. Machado Silva, 200  
São Paulo - SP  
CEP 02678/ Brasil

• **Dr. Helio Fernando**  
A/C de Maria Helena  
Escola Mgela Kiluange Telex 91164  
Catumbela

R.P. Angola - Angola  
• **Guido Warken**  
Av. João Pessoa 90 B3 Ap. 202  
CEP 96800/Santa Cruz do Sul - RS  
Brasil

• **Damião Gomes da Silva**  
Rua Cordeiro de Farias, 386  
Petrópolis/ R.J.  
CEP 59010/ Natal - RN  
Brasil

• **Isaac Abilio**  
C.P. nº 1107  
A/C Tereza Namaliti Escola nº 90  
Lobito - Angola

• **Francisco Nilton Teixeira**  
Rua Sandra Regina nº 22  
Carapicuíba - São Paulo - Brasil

• **Nestor da Silva**  
Arismendi nºo. 1425  
Montevideo  
Uruguay

• **Vilmar Bettú**  
Rua Giacomo Peruchi, 174  
Pinheirinho  
Criciúma - Santa Catarina - SC  
CEP 20241 / Brasil

• **Verônica Tonetti**  
Rua General Bittencourt, 47 - ap. 84  
Centro - Florianópolis - SC  
CEP 88000 / Brasil

# A etapa pós-Komeini



Bagdá foi um canteiro de obras mesmo durante a guerra contra o Irã

A morte do aiatolá Komeini lança uma dúvida sobre o futuro do precário cessar-fogo no Golfo. Mas, enquanto não chega um tratado definitivo de paz, o Iraque, vitorioso na guerra, se lança a um ambicioso programa de reconstrução e desenvolvimento



Neiva Moreira

O pequeno Mohamed, de seis anos, acompanhava o pai Abdullá, que nos guiava pelas ruínas de Babilônia, agora sendo reconstruída em todo o seu esplendor antigo. Ouviu um ruído estranho e dirigiu para os céus o seu olhar perscrutador: "Pai, os aviões do Komeini". Não eram, mas um pesado trator de obras. O pesadelo dos mfsseis é que não tinha sido superado por aquela criança, nascida no meio da guerra.

Perguntei a Narmin, por que seu vestido preto diferia das "abayas" usadas tradicionalmente por muitas mulheres muçulmanas. "É luto". O seu irmão, um capitão do exército, que sobrevivera a muitas batalhas, em quase oito anos de guerra, morrerá nos últimos combates na frente de Bassorá. "Sei que lugar de soldado morrer, num país em guerra, é o campo de batalha e

não na cama. Entendo, mas não aceito. As cidades e os bens se reconstróem. A vida, não", acrescentou. Uma jornalista, que nos acompanhou em várias entrevistas, ainda foi mais golpeada: perdeu o irmão, também oficial, e o pai, que teve um colapso cardíaco, quando recebeu a notícia.

Na estrada de Bassorá a Fao, com uma temperatura em torno de 55 graus centígrados, o motorista Karim, um ex-combatente jovem e forte, não esconde a sua profunda tristeza: seu filho Alá, de 10 anos, foi morto por um míssil iraniano.

Karim: bomba matou o filho na escola



no, que o atingiu, na própria escola, e a mais nove coleguinhas que ali estudavam. São memórias vivas do cotidiano.

Para conhecer um pouco do sofrimento que a guerra provocou, não é preciso ir longe: qualquer pessoa que abordamos, nas ruas, locais de trabalho, nos lares, perdeu parentes, amigos e bens.

Na festa de fim de período escolar, numa escola secundária, o teatrinho e a música são alegres e os jovens riem, descontraídos, com as anedotas. "Desejamos esquecer os horrores da guerra", nos disse o estudante de pouco mais de 20 anos, que servia de apresentador da festa escolar.

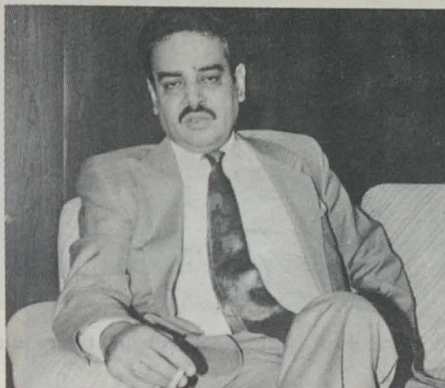
Nas ruas, não se nota que o país está saindo de uma luta devastadora. Bagdá é, mais uma vez, um canteiro de obras. Já em plena guerra, a palavra de ordem era reconstruir. Sepultavam-se os mortos, removia-se o entulho das casas destruídas pelos mfsseis e logo as obras começavam. Edifícios modernos, milhares de novos apartamentos, rodo-

vias, viadutos, saneamento, hospitais, escolas modernas, áreas de lazer, hotéis de quatro e cinco estrelas: o "Melîâ-Al-Mansour", o "Al-Rachid", o "Palestina e Méridien", o "Ishtar (Porta de Babilônia)-Sheraton", sempre com os nomes internacionais envolvidos na temática islâmica. Quatro ou cinco novas pontes sobre o rio Eufrates ainda são insuficientes para o enorme fluxo de veículos. Os engarrafamentos nada ficam a dever ao centro de São Paulo ou a Laranjeiras e Botafogo, no Rio. "Trabalhávamos com os mísseis sobre nossas cabeças", comenta um engenheiro do Planejamento.

Bagdá saltou de um milhão e meio de habitantes para mais de três. O rápido processo de urbanização do país - só 25% da população ainda vive no campo - desemboca na capital e outras cidades maiores. No fim do século, o Iraque deve estar com 25 milhões, a um ritmo de crescimento de 3,2% ao ano. E mesmo assim, talvez seja um dos poucos países do mundo onde não há desemprego. "Na guerra, com a desativação de grandes empresas, principalmente estrangeiras, houve", nos disse um empresário. Mas, agora, realmente, não existe o que é irrelevante e muito setorizado.

Não há números exatos. Os iraquianos, ainda com as cautelas da guerra, não gostam muito de falar de estatísticas. Avalia-se, no entanto, que há no país dois milhões de empregos e centenas de milhares de trabalhadores asiáticos. O novo aeroporto internacional da capital, moderno, amplo e de grande beleza arquitetônica, já está em operação. O velho vai funcionar como uma espécie de Santos Dumont, do Rio, para a ponte aérea Bagdá-Cairo, com seis ou oito vôos diários.

O governo está realizando as principais obras no interior, sobretudo na agricultura, na esperança de reduzir a pressão demográfica sobre os centros urbanos. O plano Saddam, um grande complexo de irrigação, é considerado um dos maiores e mais modernos proje-



Nassar Handum: "avanços importantes"

tos do gênero do Oriente Médio, e visa a dessalinizar as terras da Mesopotâmia, para que recuperem a antiga fertilidade. Empresas brasileiras trabalham nesse projeto.

O plano de habitação é ambicioso e apresenta uma modificação em relação ao anterior: estimula a autoconstrução, com financiamentos que priorizam as camadas sociais de baixa renda.

#### Petróleo e justiça social

O Iraque é um grande produtor de petróleo e, depois da Arábia Saudita, tem as maiores reservas de hidrocarboneto do mundo. Atualmente, sua quota, estabelecida pela Organização dos Países Produtores de Petróleo-Opep, é de 2.600 mil barris/dia e a meta, para o fim do século, é de cinco milhões de barris diários. Essa extraordinária riqueza, to-

talmente nacionalizada, bem administrada, vem assegurando o progresso do país com uma inegável redistribuição de renda. O Iraque sempre se diferenciou de outros países petrolíferos, principalmente os do Golfo, pela preocupação de fazer dessa riqueza um instrumento de justiça social.

Um dos trunfos do Irã na guerra era a possibilidade de estrangular a exportação de petróleo do Iraque, destruindo assim sua economia. Fechado à navegação o Shatt-al-Arab, por onde são escoados mais de dois milhões de barris por dia, e com a desativação pela Síria e Turquia dos oleodutos que conduzem o petróleo ao Mediterrâneo, o Iraque ficaria virtualmente bloqueado. O governo conseguiu superar esses problemas e manter as exportações durante a guerra, embora em muito menor volume. Entre 1980 e 1984, o Produto Interno Bruto-PIB do país baixou consideravelmente, mas, já a partir desse último ano, voltou a crescer.

Um grande esforço está sendo realizado agora para relançar a economia. Com base no apoio do governo, no crescente desempenho da iniciativa privada e no incremento da investigação científica e tecnológica desenvolvida pela universidade, grandes investimentos vêm sendo feitos na indústria, principalmente na petroquímica. Há planos também para a instalação da indústria automobilística, embora não pareça ser uma prioridade imediata.

Japoneses, norte-americanos e europeus oferecem créditos com prazos folgados, seguros de que a crise do país é financeira e circunstancial, logo superável pela produção do petróleo.

O governo vem estimulando a iniciativa privada, que já tem um grande peso na agricultura, reservando-se o controle daquelas atividades estratégicas, como o petróleo (92% das exportações). Não há órgãos para fixar os preços, que devem ser regulados pelo mercado, mas o governo favorece com subsídios as classes de renda menor, algo como a



Em Fao, a entrada de hospital subterrâneo deixado pelos iranianos

## ORIENTE MÉDIO

cesta-básica brasileira.

Perguntei a um técnico da administração, se não teme uma expansão desmedida do consumo e dos preços. "O governo tem muitos recursos para controlar a ambos", respondeu.

### A nova classe

Desde a revolução de 1968, liderada pelo presidente Saddam Hussein, o governo tem procurado reduzir as disparidades entre as classes sociais. Antes da guerra, o Iraque avançava para uma sociedade mais equilibrada. A guerra atuou em dois sentidos: por um lado, tornou mais exigentes as bases de sustentação desse processo, mas, por outro, viu nascer uma burguesia com as suas mansões, empregados e automóveis de luxo. Embora ainda pequeno, esse setor privilegiado já é visível, com hábitos e estilos que não são os do povo.

Indagamos de pessoas bem situadas e preocupadas com esse problema, de onde vinha esse novo estrato social. Do comércio exportador? Não, porque está quase todo em mãos do governo. Quase tudo é petróleo, cuja administração é inteiramente estatal. Mas nos foi dada uma explicação: a guerra reteve no país muitas pessoas ricas que haviam levado, nem sempre por métodos claros, dinheiro para o exterior. Essas pessoas, por dever patriótico ou porque não tinham outra solução, tiveram que se estabelecer comercialmente no Iraque, beneficiando-se de uma medida muito inteligente do regime: poderiam importar o que desejassem, mas sem recorrer às divisas do tesouro nacional. Ou seja, deviam usar os dólares que haviam guardado no exterior, que poderiam ser reintroduzidos no país, transformados em bens de consumo. "Deve ser, essa gente que aparece, hoje, como uma nova classe", nos disse um conhecedor da economia iraquiana. "Não se iluda - comentou um técnico do governo com quem discutimos o tema - esse grupo, que aparenta ser mais numeroso do que realmente é, não representa a tendência do nosso sistema. E estamos de olho nele".

Os iraquianos se caracterizam por seus projetos audaciosos. Foi assim no



O centro da preocupação dos dirigentes iraquianos é a consolidação do cessar-fogo

passado e é assim no presente. "A dimensão babilônica é uma constante em nossas concepções", nos diz um professor de história da universidade.

### Relações interárabes

Tradicionalmente, a diplomacia do Iraque tem tido por eixo as relações com o Mundo Árabe.

Na recente conferência de cúpula de Casablanca, a diplomacia iraquiana, que tem à sua frente um político muito competente e hábil, o chanceler Tarek Aziz, de religião católica, teve muitas das suas teses aprovadas. Em especial, as relacionadas com o tratamento da unidade árabe, que foram bem acolhidas. "A não ser no caso do Líbano, onde a Síria se recusa a retirar os 40 mil soldados que ali mantém, houve importantes avanços na conferência", nos declara o vice-chanceler e ex-embaixador nos Estados Unidos, Nassar Handum.



A reconstrução envolverá recursos valiosos

Um dos êxitos da diplomacia do seu país foi a reinclusão do Egito na Liga Árabe, da qual estava afastado desde o reconhecimento de Israel por parte do governo do Cairo. O Iraque liderou o grupo de países favoráveis a esse importante passo diplomático. Ao contrário do que se previa, a não ser uma reação árabe bem mais discreta do que se esperava, o presidente egípcio Hosni Mubarak foi bem recebido por seus colegas árabes.

Sobre a posição da Organização para a Libertação da Palestina-OLP, muito mais flexível em relação ao reconhecimento de Israel, o diplomata iraquiano disse que a "OLP é que deve decidir sobre as posições e os assuntos palestinos, e suas decisões devem ser acatadas".

### Irã: as relações futuras

É natural que o tema da unidade árabe seja objeto de permanente interesse em Bagdá. Mas esse, hoje, já não é o centro da preocupação do país. O fundamental é o Irã, ou "os persas", como são comumente referidos. Ninguém se aventura a prever o futuro. O tênue cessar-fogo se converterá em um armistício oficialmente reconhecido, e este em um tratado de paz? Por enquanto o governo de Teerã recusa fazê-lo, alegando que já há um armistício de fato.

"Estamos tratando com gente muito complexa, com interesses concretos mas com uma absoluta ausência de unidade interna, o que pode favorecer qualquer aventureirismo", comentou uma alta fonte do governo.

No entanto, a maior parte dos iraquianos acha que o Irã teve que aceitar o fim da guerra não porque o desejasse,

mas pela derrota militar. Com o peso de mais de um milhão de mortos não lhe seria fácil reiniciar os combates. E os iraquianos, quantos mortos? Não há estatísticas conhecidas, só especulações. "Muito menos do que eles", acrescenta aquela fonte. E isso se explica pela natureza da guerra. O Iraque baseou sua estratégia militar em duas forças: a aviação e a artilharia de terra. "Quando a nossa infantaria atacava, o inimigo já estava demolido. E as nossas baixas eram assim bem menores".

E o que se espera do futuro?

#### Um problema de detalhes

O contencioso da guerra está presente em tudo.

Tanto o Irã, quanto o Iraque, acusam-se um ao outro de ter começado as hostilidades, mas esta é uma discussão puramente especulativa. As hostilidades entre os dois países são tão antigas quanto o islamismo. Os persas nunca renunciaram ao controle do Shatt-Al-Arab e muito menos às ricas e fecundas planícies da Mesopotâmia. Nas ruas de Bagdá, há muitas placas com o nome de Alkadsiya, famosa batalha, na qual os antepassados dos persas foram derrotados pelos ancestrais dos iraquianos, há mais de mil anos, nos primórdios do Islã. "A Pérsia, como outros Estados estrangeiros, sempre foi consciente da importância estratégica dessa região árabe. É por essa razão que, desde os tempos mais recuados, cobiou e quis impor o seu domínio sobre ela", constata um instituto especializado em estudos árabes, com sede em Paris.

Estudiosos de temas militares são de opinião que, realmente, a abertura de hostilidades não convinha ao Irã, naquele já distante 23 de agosto de 1980, considerado oficialmente como o início da guerra. O Irã, que vinha assediando os postos fronteiriços do Iraque, necessitava de alguns meses mais para estar com a sua máquina de guerra, uma das mais poderosas do mundo, em ponto de combate. Mas, era inevitável a resposta iraquiana àquelas provocações. Com algumas operações localizadas em resposta a violações de fronteira, o Iraque frustrou o projeto iraniano, que po-



O museu dos Mártires, em Bassorá, relembra as vítimas da guerra

deria ser invencível cem dias depois. Na verdade, é um problema de detalhes. A guerra vinha de longe. Esteve a ponto de estalar no governo do xá, que mobilizou um exército de 400 mil homens, o dobro das forças armadas iraquianas. Com a queda de Reza Pahlevi, a guerra era decisão inarredável do aiatolá Komeini. É possível que seus estrategistas pretendessem, numa primeira etapa, limitar as operações às áreas fronteiriças, que Teerã vem reclamando como suas. Mas, logo Komeini definiu claramente dois objetivos: a) derrubar o governo do presidente Saddam Hussein e conquistar todo o Iraque, revivendo o milenar sonho persa; e b) derrotando esse país, avançar sobre o conjunto de nações árabes do Golfo. "Hoje, estamos convencidos de que se o Iraque não resiste, os tanques do Irã chegariam, sem maiores dificuldades, a Omã e ao Iêmen do Sul", comentou-nos um correspondente árabe baseado na Europa.

#### Ascensão e morte de Komeini

Coube-me estar em Bagdá em dois momentos importantes desse período: quando Komeini assumiu o poder, e agora, quando morreu. Nos dias da deposição do xá, o clima em Bagdá era de esperança. Komeini vivera quase 15 anos exilado no Iraque e, apesar de alguns problemas e dificuldades, esperava-se sua gratidão e um bom entendimento com as autoridades iraquianas. Esta esperança logo se desfez e o que

veio depois foi a guerra.

Agora, a morte do aiatolá não produziu no Iraque qualquer tipo de expectativa favorável. Estávamos no salão do hotel Meliá, quando a locutora da TV anunciou a morte de Komeini, sem que as pessoas presentes demonstrassem qualquer excitação. O jornal do governo, em edição inglesa, "The Baghdad Observer", publicou corretamente a notícia, mas não especulou sobre o futuro.

Nos meios políticos, essa indiferença é justificada pela situação interna do Irã. Pelo menos quatro tendências disputam o poder. O êxito do Kamenei, eleito substituto de Komeini, não significa que as outras tendências tenham renunciado à disputa ou sido definitivamente derrotadas. Observam-se os movimentos do exército que, embora enfraquecido, ainda é uma força importante no jogo do poder. Também não se considera irrelevante a oposição civil armada.

Uma das organizações mais fortes, os mujaheddines, tem em Bagdá uma de suas bases, e por ali transita frequentemente o seu líder Masoud Rajavi. Este grupo tem apoio interno e ainda poderá desempenhar um papel importante na disputa do poder. Também se procura saber o que andam fazendo os partidários do xá, cujo filho Ali Reza tem sido estimulado por setores norte-americanos e europeus a lutar pela volta ao trono, sob a bandeira de uma monarquia constitucional democrática.

Na Alemanha, a caminho do Oriente Médio, estabelecemos contato com al-

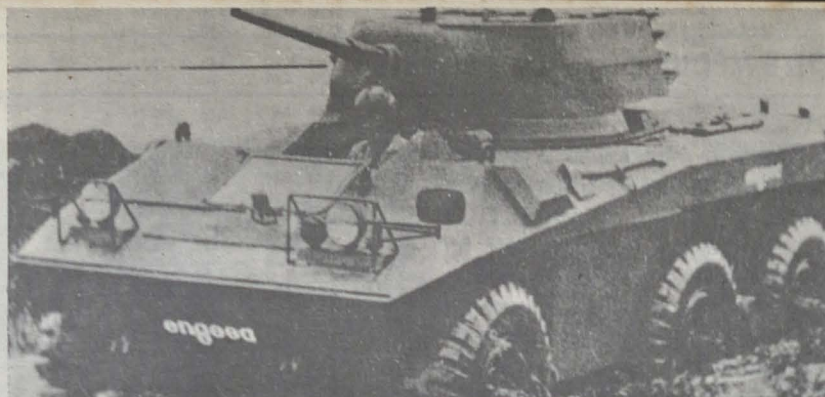
## ORIENTE MÉDIO

guns dirigentes iranianos exilados. "O regime dos aiatolás - nos disseram - chegou a ter mais de 90% do apoio popular. Hoje, esse apoio baixou muito, principalmente entre os jovens que já não escondem sua frustração. O pior é que os descaminhos do regime deixaram nossa juventude sem alternativa. Nós mesmos, que somos a oposição mais estruturada, encontramos dificuldade em mobilizá-los. Estão cheios de dúvidas, embora esperamos que seja um sentimento passageiro. Muitos deles desejavam a derrota militar que chegou. Temiam que a vitória dos aiatolás significasse a continuação do regime de terror e uma nova guerra, na tentativa de submeter pela força os governos árabes do Golfo". E concluíram: "Tudo isso foi muito negativo para a imagem do Islã. O nome de Komeini, que pareceu o nosso libertador, estará associado para sempre a sangue e opressão em nossa pátria e mesmo fora dela".

A guerra modificou, consideravelmente, o panorama político-militar na região. O Irã perdeu muito de sua força militar, enquanto o Iraque transformouse numa potência regional, com uma forte presença estratégica no Golfo e em todo o Oriente Médio. Israel não desconhece essa nova realidade, que tanto pode estimulá-lo a aventuras militares, como moderar os impulsos agressivos dos "falcões" de Tel Aviv.

O importante, no entanto, é que há, em toda a região, um cansaço de guerra. As perdas no confronto Irã-Iraque foram colossais e os resultados políticos negativos. Pelo menos a curto prazo, não se prevê o surgimento de um novo aiatolá Komeini no Irã e são muito grandes as pressões populares no país, exigindo não apenas paz e democracia, como um melhor emprego de suas imensas riquezas.

Ainda é cedo para avaliar o pós-Komeini que apenas começa. Mas, a impressão dominante é que, passada a emoção da morte do aiatolá, novas lideranças menos fanáticas vão surgir, capazes de aceitar uma paz duradoura com o Iraque e de renunciar ao mito da exportação da revolução islâmica, com a sua sequência de crises, terrorismo e destruições, que marcaram a década de domínio do aiatolá Komeini. ●



Negócios e Zico: presença brasileira

## As três vedetes brasileiras

As relações comerciais entre o Brasil e o Iraque têm crescido consideravelmente nos últimos anos. O petróleo e a guerra são responsáveis por grande parte desse incremento. Cerca de metade do petróleo estrangeiro consumido no Brasil procede do Iraque. Além da participação de empresas brasileiras nos planos de obras públicas do país - estradas de ferro, irrigação, etc. - o Brasil tem aumentado suas exportações de frangos, carne de gado, soja, plásticos, frutas, legumes e muitos outros produtos. No ano passado, essas exportações alcançaram mais de 400 milhões de dólares. A tendência é crescer.

As compras de material de guerra não constam, obviamente, das estatísticas públicas. Mas se sabe que são grandes. Os mísseis e blindados brasileiros tornaram-se populares entre os militares. Muitos oficiais que participaram da guerra falaram com entusiasmo do tanque Cascavel. "Arranca facilmente, ganha velocidade com rapidez e é muito flexível", disse um militar que participou da batalha de Fao.

O Cascavel é uma das vedetes brasileiras no Iraque. Mas, não é a única. O Passat é outra. Os dados sobre o carro da Volkswagen variam, mas o número real dos que circulam no Iraque não é inferior a 250 mil. O Passat enfrenta agora alguns problemas. Os usuários gostam do modelo e do preço, mas acham que ele deve fazer adaptações no carburador e no ventilador, devido às altas temperaturas locais. Por outro lado, há o problema do crédito. O carro brasileiro é bem mais barato que os modelos japoneses (5 a 6 mil dólares), mas o Japão vende a prazos longos e o problema do Iraque não é dinheiro, mas tempo para recompor suas finanças.

Enfim, a terceira vedete: Zico. Quando, falando à gente com um se diz que é brasileiro, a pergunta vem logo: "E Zico? Como está?". No imenso e tumultuado "Suk", (mercado popular de Bassorá), quase tive de dar autógrafos, só por ser patrcio do Zico. (N.M.)



# A perestroika árabe

A divisão do mundo entre Ocidente e Oriente não explica, na opinião dos dirigentes do partido Baath, a complexidade da sociedade humana atual

Beatriz Bissio

Um dos fundadores do partido Baath Árabe Socialista, Elias Faraj, vive no Iraque, desde que em sua pátria, a Síria (ele é de Alepo) subiu ao poder o presidente Assad. A partir de então, o partido dividiu-se e o ramo sírio adotou uma linha diferente, e até mesmo conflitante, em relação ao setor iraquiano, obrigando vários dirigentes a se exilarem. Faraj sempre foi um dos mais destacados ideólogos do partido, com livros e ensaios publicados em várias línguas.

Para ele, a força do "baathismo" é uma das explicações da vitória militar do Iraque sobre o Irã, "um país que o supera em extensão e população". Os que insistem em buscar a origem da vitória em razões políticas ou militares estão equivocados: "O mais importante é o fator cultural, ideológico e educacional", explica.

Faraj calcula que o partido Baath Árabe Socialista está colhendo agora os frutos de um trabalho empreendido um ano após a revolução de 17 de julho de 1968, quando fundou uma escola exclusiva para formação de quadros.

Nestes 20 anos de trabalho, graduaram-se mais de 8 mil quadros partidários. Hoje, participam de todos os campos da vida iraquiana, "porque adquiriram uma formação cultural, que lhes permite compreender melhor a natureza do processo em andamento".

O partido Baath foi fundado em 1947, embora, numa etapa anterior, a partir de 1935, se tenham realizado movimentos políticos com tal objetivo. "O partido acompanhou o surgimento das novas condições, que se criaram no mundo após a II Guerra Mundial, e insistiu na necessidade de superar as de-

astroas consequências da guerra com uma nova mentalidade. O marxismo e o capitalismo mostravam-se incapazes de tirar a humanidade da prostração do pós-guerra". Mas, para Faraj, no mundo socialista as mudanças demoraram muito a serem introduzidas. "A renovação só aconteceu agora, com Gorbachev, quarenta anos depois da guerra".

Faraj cita o ensaio "Karl Marx é um deus e seu profeta é o capitalismo", como um estudo lúcido das consequências do surgimento do marxismo na renovação do sistema capitalista. "O capitalismo pôde conhecer seus pontos fracos, com as críticas que lhe fez o marxismo e dedicarse a consertá-los".

Para o dirigente do partido Baath, o Terceiro Mundo apresenta experiências precursoras, em relação aos movimentos de reformas do capitalismo e do socialismo, como as que surgiram no mundo árabe, no pós-guerra. Em sua opinião, no Oriente Médio, com o partido Baath, "a perestroika árabe começou em 1947".

"Nós, árabes, enfrentamos muitos desafios, ao longo dos séculos: as Cruzadas, o colonialismo turco, o sionismo e, agora, o desafio persa. Por isso, quando precisamos assimilar uma experiência, devemos compreender todas as lições da História. Isto nos levou já na década de 50, a adotar uma política aberta a todas as experiências do mundo. Por isso, dizemos que a perestroika árabe começou em 47.

E um ano antes do início das reformas na URSS, o Iraque lançou um plano de reestruturação interna, para eliminar a burocracia que emperrava o desenvolvimento. "Nosso segredo é que, desde o início, tratamos de entender o marxismo, como marxistas, e as socie-

## A escola de quadros

Na escola do Baath se ensina de tudo um pouco: da história do partido às experiências internacionais; desde civilização árabe à economia política. E se promovem encontros periódicos entre estudantes da escola e dirigentes do partido e do governo. "Conhecemos bem as experiências de todos os países do mundo, o que nos ajudou a criar o nosso próprio modelo, sem imitar ninguém".

Os alunos são selecionados de acordo com o tempo de filiação ao partido e o grau de participação nele. Os candidatos são propostos pelas províncias e a escolha se faz a partir de uma prova. Trata-se de uma prova oral sobre conhecimentos gerais e, em especial, sobre a história do partido. Os que não são aprovados aguardam a oportunidade de assistir a um curso posterior. Cada ano se realizam dois cursos, de quatro meses de duração cada um.

Entre os estudantes há civis e mi-

litares de diferentes graduações. E, entre os civis, existem professores da universidade, camponeses, trabalhadores e religiosos. É exigido o curso primário completo. Além das matérias mencionadas, os estudantes da escola do Baath têm oportunidade de estudar ou aperfeiçoar os idiomas que falam, em um laboratório equipado com material audiovisual (gravações etc.). Também, se organizam visitas de campo, para ver de perto as realizações do país. Durante essas visitas, os estudantes discutem os projetos com os seus responsáveis e, posteriormente, podem encaminhar seus comentários, críticas e sugestões aos respectivos ministérios. A última etapa do curso consiste na preparação de um tema por cada estudante. Os melhores trabalhos são publicados na revista trimestral da escola. "Essa revista é uma ponte entre os estudantes, a escola e os ex-alunos", explica Faraj.

idades capitalistas liberais como capitalistas liberais. O resultado é que pudemos entender que esse dualismo entre socialismo e capitalismo, entre Oriente e Ocidente, é por demais simplista para explicar um mundo com tantas contradições ideológicas. E compreendemos também, que nem os regimes socialistas conseguiram a justiça social para seus povos, nem o capitalismo expressa a liberdade, em seu sentido verdadeiro". Em razão de tal experiência, o Baath definiu a necessidade de um novo modelo de socialismo, não só para os árabes, como também para todo o mundo. E começou a trabalhar sobre o conceito de liberdade". Em função dessa análise, o Baath foi dos primeiros partidos socialistas do mundo a desenvolver a idéia do Não-Alinhamento "como um conceito para o diálogo".

A escola de quadros do partido (ver quadro) é uma das poucas, no mundo, a ter estudado a *perestroika* "para extrair dela o máximo proveito". Faraj assinala que o Baath acompanha tudo o que ocorre nas experiências socialistas, em



Elias Faraj: a importância do fator cultural

especial as da União Soviética, China e Iugoslávia. Ele mesmo é o que se pode definir como um estudioso do marxismo. Em 1967, publicou "O desenvolvimento do pensamento marxista".

O Baath discute essas experiências, num marco ideológico próprio. "Esta é a política, desde 1944, quando o partido definiu sua independência em relação ao marxismo. Mas, isso não significa que sejamos antimarxistas ou anticomunistas", explica Faraj. Para ele, tanto a *perestroika* soviética, como as mudan-

ças econômicas na China e alguns postulados reformistas iugoslavos, contêm posicionamentos que o Baath adotou em 1946. "Hoje, todos falam da relação entre socialismo e liberdade. Mas, no passado, achavam que o socialismo poderia, por si mesmo, resolver todos os problemas, até a liberdade dos povos. Hoje compreenderam que isso não é assim. Que para comer pão, precisamos de liberdade. E o povo, às vezes, prefere a liberdade ao pão que come. O socialismo deve sustentar-se em dois pilares: primeiro, uma base econômica e social que assegure o bem-estar do povo; segundo, o humanismo individual e social. A humanização da pessoa não se assegura, apenas, lhe fornecendo uma base material de bem-estar. Por isso, o Baath atribui importância decisiva ao fator cultural e adotou o conceito de humanismo como o meio de levar à prática o socialismo. O que não se discute é que, equiparados ambos, socialismo e capitalismo, apesar de suas limitações, o socialismo é muito mais justo, como sistema social, que o capitalismo".

## A morte de Michael Aflaq

Na sexta-feira, 23 de junho, faleceu em Paris o fundador e primeiro secretário-geral do Partido Baath Árabe Socialista, Michael Aflaq, que estava com a saúde muito debilitada. Aflaq, além do papel chave no processo de formação do Partido Baath, era um dos intelectuais mais brilhantes do mundo árabe contemporâneo. O corpo do dirigente chegou a Bagdá num voo especial e o enterro ocorreu na segunda-feira, 26, com honras especiais — o próprio presidente Saddam Hussein e os demais dirigentes do Iraque carregaram o caixão — e com a emocionada participação de mais de trezentas mil pessoas

e representantes de 47 partidos políticos do mundo árabe e de toda a região do Levante.

Michael Aflaq nasceu na Síria no dia 9 de janeiro de 1910, numa família de militantes das causas nacionalistas e da luta anticolonialista. Com 18 anos, viajou à França para cursar os estudos universitários, tendo se diplomando em história pela Sorbonne. Já em Paris se caracterizara pela capacidade de liderança, tendo sido um dos dirigentes da Associação Sírio-Árabe e da Sociedade de Cultura Árabe, que desenvolviam na época uma intensa campanha em favor da libertação da Palestina e da unidade e so-

berania do mundo árabe.

De regresso a Síria, em 1933, Aflaq continuou as atividades políticas que desenvolvera na Europa, fundando primeiro o movimento *Al-Ihyya Al-Arabi* (O renascimento árabe), e mais tarde, o Partido Baath Árabe Socialista. Em 1948, ele e os principais seguidores participaram, como voluntários, da guerra da Palestina. Preso várias vezes, ele foi libertado definitivamente em 1954. A partir de então, lutou incansavelmente pela fusão entre a Síria e o Egito (que deu lugar à fugaz República Árabe Unida, sob a presidência de Nasser). Quando, em 1966, houve um golpe na Síria que rachou



Aflaq: teórico do arabismo

o partido Baath, Aflaq teve que se refugiar inicialmente no Líbano e, finalmente, no Iraque, onde continuou o trabalho à frente do Partido Baath (em Bagdá está o chamado Comando Panárabe do Partido Baath).

# A agenda secreta de Pretória

O movimento de libertação da Namíbia denuncia à comunidade internacional os planos sul-africanos para interromper o processo de transição do território à independência

**A** África do Sul pretende fraudar as eleições na Namíbia, eliminar os líderes e membros da Organização do Povo da África do Sudoeste-Swapo, realizar atentados contra os elementos do Grupo de Assistência Transitória das Nações Unidas-Untag e provocar anarquia, numa tentativa de frustrar o plano de independência adotado pela ONU para aquele território e, assim, evitar a vitória da Swapo.

A denúncia foi feita pela própria Swapo, que divulgou alguns detalhes da "agenda secreta" do regime de Pretória, destinada a frustrar a Resolução 435 da ONU.

A Swapo, ao denunciar os propósitos de Pretória - causar derramamento de sangue e reativar o conflito na Namíbia - exortou a comunidade internacional a tomar medidas, para impedir que a África do Sul leve adiante os seus planos.

Segundo informes em poder da Swapo, e que a organização divulgou em declaração publicada em Luanda, o regime de Pretória criou um esquadrão da morte destinado a assassinar líderes e membros da Swapo, durante a campanha eleitoral da Namíbia. Cerca de 200 pessoas constam de uma lista de nacionalistas a serem eliminados durante o período de transição.

Soldados negros, convocados pelo exército de ocupação, agiriam como civis, eliminando líderes da Swapo e efetuando atentados contra membros da Untag, tendo já recebido armas para esse fim. Alguns deles têm instruções de

usar as cores da Swapo - azul, vermelho e verde - durante a execução de tais crimes, de modo que os mesmos sejam atribuídos à organização e, assim, a África do Sul possa reivindicar a interrupção do processo de independência, alegando "atos de violência cometidos pela Swapo".

A notória Koevoet e outras tropas negras foram também instruídas, no sentido de agredir ou disparar contra membros da Untag, a fim de que os respectivos governos, preocupados com a segurança de seus cidadãos, os chamem de volta, contribuindo para o fracasso da missão de supervisão da

tenente Prinsloo, da Força de Defesa da África do Sul (SADF), está servindo com nome falso no contingente britânico da Untag. Os membros da SADF têm ordens rigorosas de não darem a perceber que sabem da infiltração de oficiais seus na força sob comando da ONU.

Os sul-africanos armaram também um plano destinado a subornar pessoas encarregadas de supervisionar as eleições, e planejam roubar urnas e furtar documentos, a fim de fraudar o processo eleitoral.

Foram ainda tomadas medidas para transportar brancos da África do Sul para a Namíbia, onde votariam em favor da DTA, grupo

apoiado pelo regime de Pretória. Além disso, elementos da Unita - a guerrilha anti-revolucionária de Angola, apoiada por Pretória - presentes na Namíbia, estão sendo preparados para participar das eleições, de modo a engrossar o número de votos do DTA.

Quanto às tropas negras do exército

de ocupação, não estão sendo desmobilizadas: estão apenas recebendo ordens de atuar como civis. Recebem veículos e armamentos, a fim de cumprirem suas missões de assassinato contra líderes e membros da Swapo. E os notórios esquadrões da morte da Koevoet simplesmente trocaram seu uniforme pela roupa comum da polícia civil colonial, mas, com ordens de levar a cabo atos de terrorismo.

Os soldados da reserva convocados, que serão enviados de volta à África do Sul, sob o pretexto de estarem sendo



Convivência difícil: Ahtisaari, da ONU (de óculos), e Pienaar, administrador sul-africano

independência namibiana.

## Infiltração da Untag

Em sua declaração, a Swapo revela ainda que, segundo consta, altos oficiais do exército sul-africano foram enviados a países que pretendiam participar da força das Nações Unidas, sendo que alguns deles conseguiram engajar-se nos exércitos desses países e serem enviados à Namíbia, onde atuam, com nomes falsos, em contingentes da Untag. Consta que um desses oficiais, um certo



Batalhão 101 da Namíbia é composto de tropas sul-africanas adestradas contra a guerrilha

desmobilizados, receberam a promessa de que continuarão a receber seus salários como membros do exército de ocupação, com a condição de que façam campanha e votem em favor do DTA. Os soldados tribais receberam ordens de cometer atos de violência, tais como atentados contra pessoal da Untag e contra a população civil, ostentando as

cores e uniformes da Swapo e usando fuzis AK-47, semelhantes aos que são utilizados pelo Exército Popular de Libertação da Namíbia-Plan, que é o braço militar da Swapo.

#### Impedir eleições

A Koevoet e elementos do exército

receberam ordem de reiniciar a guerra, assim que os militantes do Plan retornem desarmados à Namíbia para participar das eleições. Uma vez deflagrado o conflito, a África do Sul declarará inviolável a Resolução 435.

A Swapo divulgou uma lista de nomes de membros dos esquadrões da morte da África do Sul, bem como de seus agentes no Etango, a pseudo-organização cultural-religiosa criada pela SADF, no norte da Namíbia, e que é responsável pela intimidação da população e por uma campanha de propaganda contra o movimento de libertação. A Swapo revelou, inclusive, os números de seus cartões de identidade, números de suas contas bancárias e seus salários mensais.

Além disso, o regime racista levou para a África do Sul alguns ex-membros da Swapo, que se tornaram colaboracionistas. Lá, eles divulgam notícias radiofônicas hostis à organização, recebendo para isso um salário

## Supervisão rigorosa

Peter Pike, membro do parlamento inglês, e John MacDonald, advogado de direitos humanos, declararam, em junho, que o plano das Nações Unidas para a Namíbia corre o risco de fracassar, em consequência de atividades da unidade de contra-insurgência da África do Sul, a Koevoet. "O papel da ONU é supervisionar, e não negociar", disseram eles, acrescentando esperar "a Untag adote uma atitude muito mais firme, daqui por diante".

Ambos anglicanos, Pike e MacDonald foram convidados pelo Conselho de Igrejas a visitar a Namíbia, a fim de avaliar a eficácia da supervisão

da ONU, durante o período de transição do território para a independência, supervisão esta que inclui o acompanhamento das atividades da polícia da África do Sul no local.

As constatações de ambos foram alarmantes. "As pessoas têm medo da polícia", disseram eles. Os dois mantiveram contato com 40 chefes de aldeias na região de Endola, todos os quais se disseram vítimas de contínua perseguição policial. "Perguntamos quantos deles tinham chegado a ser espancados pela Koevoet. Vinte e seis levantaram a mão. Muitos mostraram as cicatrizes que conservam até hoje.

E isto é apenas uma amostra do problema".

"Estivemos em uma casa, nas proximidades de Endola, onde um jovem de 25 anos nos mostrou o buraco, onde tinha sido enterrado de cabeça para baixo na areia e espancado pela Koevoet", disseram eles. "Em apenas cinco horas, constatamos cinco incidentes diferentes de graves irregularidades policiais, três dos quais ocorridos naqueles dias. Vimos provas, que satisfariam as exigências do mais rigoroso tribunal do mundo".

Pike e MacDonald estiveram com Marti Ahtisari que, como representante especial da ONU, é

o encarregado de supervisionar e controlar a transição para a independência.

Os dois solicitaram que a polícia da organização mundial acompanhe todas as missões de patrulha da polícia sul-africana, acrescentando que talvez seja necessário aumentar o contingente de monitores da ONU (acima do atual limite de 1.000). Exigiram que a polícia sul-africana abandone o uso de blindados Casspir de transporte de tropas, e que a Koevoet "seja retirada imediatamente".

"A África do Sul aceitou o plano de paz. O mundo espera que ela o cumpra", concluíram eles.

mensal de 13.000 rands. Um deles, locutor que usa na rádio o pseudônimo de Jackie-Ya-Jackie, já pode ser ouvido na Rádio África do Sul, que transmite desde Joanesburgo.

A Swapo condenou e denunciou os planos da África do Sul, os quais, segundo a organização, destinam-se a provocar mais derramamento de sangue e fazer abortar o plano da ONU para a Namíbia, bem como a reiniciar o estado de guerra na Namíbia e em toda a África Austral.

#### Apelo à ONU

O movimento pela libertação da Namíbia exortou a comunidade internacional, especialmente o Conselho de Segurança das Nações Unidas, responsável pela implementação da Resolução 435, a tomar medidas imediatas, para impedir que o regime de Pretória leve a cabo suas manobras.

A declaração reitera o compromisso da Swapo com a implementação pacífica da Resolução 435 da ONU, e convoca todas as pessoas de boa vontade a impedirem que Pretória ponha em prática os seus planos e sua "agenda secreta" para a Namíbia, os quais irão apenas prolongar o sofrimento do povo namibiano e fazer crescer a tensão regional.

A Swapo recomendou, ainda, que todos os patriotas da Namíbia permaneçam vigilantes e denunciem qualquer plano terrorista de Pretória de que venham a tomar conhecimento. Exortou também a Untag a permanecer alerta e a opor-se às manobras sul-africanas destinadas a sabotar-lhe a missão de supervisionar a transição pacífica para uma Namíbia independente. ●



As forças de supervisão da ONU são consideradas insuficientes para o tamanho da tarefa

## Calendário da independência

Até o final da primeira semana de julho, cerca de 15 mil refugiados namibianos já haviam retornado à pátria, dispostos a participar do processo de independência, segundo informações das Nações Unidas. De acordo com a Untag, os centros de recepção estão superlotados, porque muitos dos refugiados recusam-se a empreender a viagem para suas localidades de origem, especialmente as do norte do país, por temerem violências, uma vez que conhecem as condições de falta de segurança na região. O Alto Comissariado da ONU

para Refugiados-ACNUR está organizando visitas de grupos de retornados à área, para que tomem conhecimento da presença efetiva das forças da ONU e possam encorajar os demais a voltarem a suas localidades.

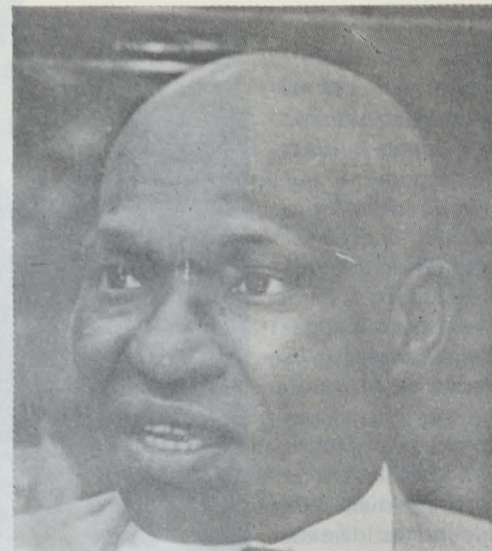
O temor dos refugiados em deixarem os centros de recepção administrados pelas Nações Unidas se prende à presença de ex-membros das unidades de segurança, a temível Koevoet, que agora integram a Força Policial da África do Sudoeste-Swapo e têm presença marcante nos contingentes que atuam na região norte. O representante especial do secretário-geral da ONU, Martti Ahtisaari, tem feito gestões intensas ante o administrador sul-africano do território, Louis Pienaar, tentando encontrar meios de remediar o problema.



Diouf é acusado de autoritarismo



Senghor deixou uma herança complicada



Wade: pela democratização e reformas

## O impacto da crise

O líder do Partido Democrático Senegalês-PDS, de oposição, Abdoulaye Wade, defende a criação de um novo governo "para frear a perigosa deterioração" deste país da África Ocidental

Agbot Sine

**A** dissolução da Assembléia e a formação de um novo governo de união Nacional é a proposta do mais importante dirigente da oposição, Abdoulaye Wade, presidente do Partido Democrático Senegalês-PDS.

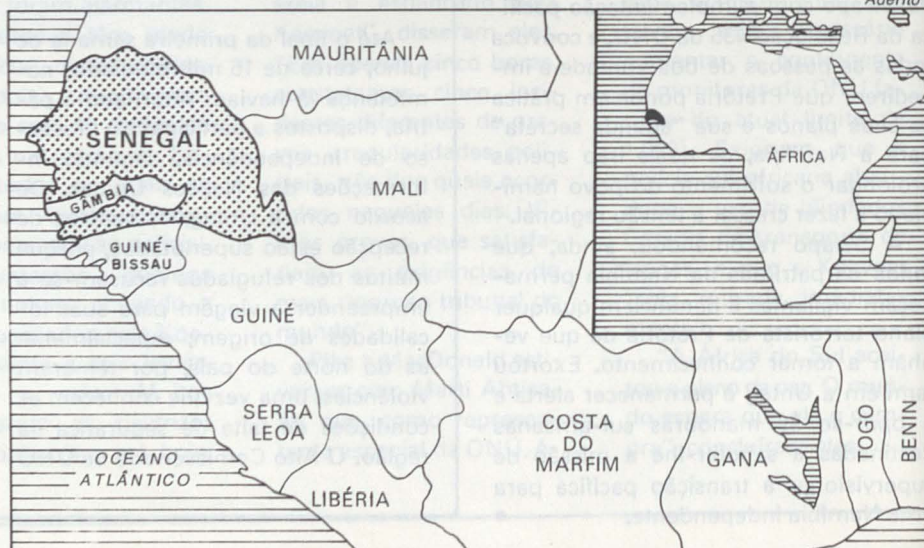
Com 196.192km<sup>2</sup> e 6.440.000 habitantes (1985), o Senegal está situado na costa ocidental da África, na margem sul do rio Senegal. Dacar, a capital, com cerca de um milhão de habitantes, é um porto importante da região. Dos muitos grupos étnicos que formam o povo senegalês, os principais são os oulof, que representam mais de um terço da população, fulani e tukeler. A maioria pratica a religião islâmica, 10% são cristãos e alguns grupos mantêm os cultos tradicionais africanos. Só 27% da população é urbana e o PNB per cápita é de 380 dólares anuais (1984). Do orçamento nacional, 9% se destinam a gastos com defesa. Veja Guia do Terceiro Mundo.

20 - terceiro mundo

Wade voltou ao país em março, depois de permanecer oito meses no exterior, e exortou a população a mobilizar-se para pôr fim ao governo do Partido Socialista Senegalês, fundado por Leopold Senghor e dirigido, desde a renúncia deste, em fins de 1980, por seu herdeiro político, o ex-primeiro-ministro Abdou Diouf. O PS está no poder no Senegal desde 1968.

Colaborador fiel e discreto do ex-presidente Senghor, Diouf foi designado por este para substituí-lo no governo, numa atitude que, no seu momento, foi qualificada por Abdoulaye Wade de "um golpe de Estado constitucional".

Nas eleições de 27 de fevereiro de 1983, Diouf obteve, segundo cifras oficiais, 86% dos votos. Wade impugnou a



Adérito

eleição e denunciou que o pleito não merecia "a menor confiança, pois não passou de uma grande farsa, corrupta de cima a baixo". O presidente do PDS sabia o que estava dizendo. Em que pese a projeção do Senegal como país democrático - um prestígio em grande parte originado dos vínculos do partido de Senghor com a Internacional Socialista, da qual o PS é membro - a verdade é que a política executada pelo Partido Socialista Senegalês fica muito distante da prática democrática.

Nas eleições de 1983, Wade foi uma vítima do sistema eleitoral vigente, que estabelece uma mescla de representação proporcional e distrital no parlamento, no qual Diouf passou a contar com 110 dos 120 legisladores, e das práticas clientelísticas do PS, sobretudo no campo.

#### Manipulação eleitoral

Quando se aproximavam as eleições de fevereiro de 1988, Wade advertiu que poderia organizar uma Frente de Libertação Nacional e estabelecer um governo paralelo, se as autoridades da Corte Eleitoral não introduzissem reformas no sistema de votação, que democratizassem definitivamente o sufrágio no Senegal. O código eleitoral em vigor não obriga os eleitores a se identificarem antes de votar e, ao mesmo tempo, proíbe os fiscais da oposição de supervisionarem a recontagem de votos.

Mais uma vez, a reivindicação de Wade não foi atendida e Abdou Diouf foi reeleito por esmagadora maioria. Dos 6,8 milhões de habitantes do Senegal, só os maiores de 21 anos estavam habilitados para votar. Desta forma, a maior parte dos jovens desempregados, que são os recém-chegados ao mercado de trabalho, não pôde votar. Mas, o Partido Democrático do Senegal-PDS

teve um significativo desempenho, passando de 14,8%, obtidos em 1983, a 25,8% em fevereiro de 1988. Embora o governo tenha achado uma forma para continuar mantendo Wade em uma posição que não o incomode, é evidente que o PDS, a partir dessas eleições, se converteu em ponto de referência para os setores descontentes da sociedade.

Isso é particularmente certo na região sulista de Casamansa, onde o desempenho eleitoral do PDS foi superior ao resto do país. Em Casamansa, que fica na fronteira com a Guiné-Bissau, a maior parte da população pratica cultos animistas, em contraposição à religião



A economia senegalesa atravessa uma dura década, atingida até pelo clima

islâmica do norte do Senegal, e nos primeiros anos da década de 80 ressurgiu com força um movimento independentista, dando origem ao Movimento das Forças Democráticas de Casamansa-MFDC. O movimento foi dominado militarmente e o governo, como única resposta às reivindicações secessionistas, decidiu dividir Casamansa em duas regiões administrativas.

Diante destes resultados eleitorais, Wade não pôde concretizar sua ameaça de estabelecer um governo paralelo, como pretendia, e optou por passar uma temporada no exterior. Confiava que o desgaste do Partido Socialista e, particularmente, do presidente Diouf, acabaria levando o povo senegalês a exigir profundas mudanças políticas

na vida do país.

Quando voltou à pátria, há três meses, Wade encontrou o cenário que havia previsto. O país estava paralisado por greves em vários setores, inclusive na universidade, e o descontentamento da população era visível, pela contínua deterioração do poder aquisitivo dos salários e o crescente desemprego. Os salários caíram a níveis inferiores aos da década de 60.

#### Estrangulamento econômico

Quase sem querer, Wade e seu partido passaram a ocupar o primeiro lugar na cena política do país. "Poderemos perder um segundo ano acadêmico, se as reivindicações dos docentes não forem atendidas. A universidade está ameaçada de fechar. Os comerciantes estão nas ruas. Até os homens de negócio, que pertencem a uma associação pró-governamental, decidiram protestar", denunciou Wade.

De fato, o resultado da gestão do presidente Abdou Diouf, de 1981 até o momento, é bastante nebuloso no terreno econômico. A dívida externa (de 3,4 bilhões de dólares) é superior ao Produto Nacional Bruto-PNB. Mais de 22 mil empregos foram perdidos, de um total de 40 mil do setor industrial, e o governo já não está em condições de honrar os compromissos assumidos com os trabalhadores. "Isso ocorre porque, para manter a paz social, Diouf optou por aprovar todas as reivindicações dos sindicatos, ainda que de antemão saiba que não poderá atender", assinalou Wade.

Segundo o líder opositor, praticamente a única coisa que o Senegal conseguiu no governo de Diouf foi reconquistar a liberdade de imprensa. "Apesar das dificuldades com o governo, o

número de periódicos aumentou", afirmou. Outro avanço, em sua opinião, é a liberdade de filiação. Agora, é possível formar um partido ou sindicato. "Devo mencionar o fato de que agora existe uma oposição no país, em vez de encontrar-se no exterior como antes, o que também é importante", disse o dirigente do PDS.

De 1974 a 1980, quando Leopold Senghor estava no poder, Wade cuidou, durante anos, de estabelecer um sistema democrático, que funcionasse com uma oposição composta por numerosos partidos. Severo crítico das posições francófonas e pró-ocidentais de Senghor, Abdoulaye Wade afirma que, naquela época, "de fato o sistema político não satisfazia. O próprio Senghor se valeu do artigo 35 da Constituição, no qual lhe foi possível passar o poder para seu primeiro-ministro, sem nenhuma

consulta popular", recordou.

Mas, Wade precisou que, durante o período de Senghor, a oposição teve acesso à Assembleia Nacional e a outras instituições e desfrutou de alguns direitos. "Em particular, o de levar a cabo reuniões e ter acesso aos meios de comunicação, ainda que limitadamente. Quando Abdou Diouf substituiu Senghor, em 30 de dezembro de 1980, mudou tudo", manifestou.

Efetivamente, o novo presidente decidiu flexibilizar a legislação eleitoral e propiciou o surgimento de numerosos partidos de oposição, o que, de alguma forma, prejudicou o PDS de Wade, que teve que dividir o eleitorado com outras agremiações, inclusive mais de esquerda, como o Partido Africano pela Independência-PAI, de tendência marxista-leninista, que tem posições parecidas com o Partido Comunista Francês.

"Quando fundei o meu partido, durante o governo de Senghor, só existia uma lista de deputados e um único candidato para as eleições presidenciais", asseverou. "Convoquei conferências, pressionei, e Senghor cedeu, pondo em prática um sistema de representação proporcional. Também existia uma norma, que continha as condições, nas quais a oposição poderia fazer uso do rádio e da televisão", declarou o líder opositor.

Agora, disse Wade, "a oposição não tem nenhum controle sobre a forma em que se realizam as eleições". Por isso, o líder do PDS indicou que empreenderá uma campanha vigorosa, para fazer com que o país retorne à democracia. "O povo está maduro para exercer a democracia no Senegal. Não podemos nos resignar", afirmou.

"Meu problema hoje é frear a deterioração do país e criar um foro para dialogar com o Estado. Este governo não tem mais credibilidade. Precisamos restabelecer a confiança de todo o povo nas autoridades e isso só se conseguirá com o fim da administração Diouf", concluiu. É difícil prever se Abdoulaye Wade terá êxito em sua atual campanha em prol de um governo de unidade nacional. A nível das autoridades do Fundo Monetário Internacional-FMI e de outras instituições internacionais, que têm injetado muito dinheiro na economia senegalesa, para favorecer um governo que consideram aliado, há bastante ceticismo em relação ao futuro

político do Partido Socialista Senegalesês. "Se Diouf não trabalhar firme para mostrar resultados e reconquistar a confiança do eleitorado - em particular dos jovens - as eleições presidenciais e parlamentares, de maio de 1992, poderão significar o fim do predomínio do herdeiro de Senghor", vaticinou um alto funcionário de uma dessas instituições internacionais. •

## Medidas de austeridade

A seca e a queda dos preços do amendoim, o principal produto de exportação, prejudicaram bastante o rendimento econômico do Senegal, na década de 1980. Como resposta, o governo pôs em prática vários planos e, em 1983, introduziu drásticas medidas de austeridade. Em 1987/88, o clima favorável permitiu uma recuperação do volume de exportações de amendoim, que chegou a 850 mil toneladas, dez mil a mais que em 1986/87.

Mas, os agricultores estão descontentes. Por orientação do FMI, o governo está cortando subsídios e começou a diminuir o volume de entrega de sementes. Desde outubro de 1986, Diouf está pondo em prática uma mudança de fundo na economia, com a diminuição da intervenção do Estado e a diversificação da produção agrícola. O plano proporciona todas

as facilidades para o ingresso de capitais privados, que instalem indústrias de alta produtividade e empreguem mão-de-obra qualificada na produção de bens destinados, fundamentalmente, à exportação. Desta forma, o amendoim perde sua importância e se daria prioridade, como zona agrícola, à bacia do rio Senegal.



O governo quer capitais externos para industrialização





A Nigéria enfrenta profundos desafios econômicos e políticos para retomar o crescimento



Babangida: política de reorganização

Vivenc'e o conflito da modernização, o mais populoso país africano enfrenta os desafios econômicos e políticos, que se apresentam envoltos também em confrontos étnicos e religiosos

## Um tempo de mudanças

L. Geveling

A Nigéria é chamada, frequentemente, de África em miniatura, pois o país, de grande território e densa população, é caracterizado por todos os traços específicos inerentes aos países em desenvolvimento da África Tropical. A Nigéria está vivendo uma complicada situação etnolinguística, apresenta desenvolvimento desigual das várias regiões e tendências de crise na área econômica. Como outros povos africanos, os nigerianos procuram o modelo ótimo do desenvolvimento político. Essas tentativas condicionam-se, por um lado, pela esperança de superar os contínuos cataclismos políticos, que caracterizam a história moderna do país

e, por outro, pela promessa da administração militar de entregar o poder ao governo civil, em 1992.

A etapa atual da história política da Nigéria começou em 27 de agosto de 1985, quando um grupo de altas patentes militares, encabeçado pelo major-general Ibrahim Babangida, tomou o poder em um golpe de Estado. A nova administração, chefiada pelo Conselho Dirigente das Forças Armadas, começou a atuar em meio a uma situação política complexa, caracterizada pela incidência de conflitos religiosos, provocados por ações extremistas de várias seitas muçulmanas, pelo ativismo de forças etnorregionais, por manifestações dos sindicatos e das organizações estudantis, e por intrigas dos políticos profissionais afastados do poder em 1983. A atuação governamental era ainda difi-

cultada pela crise econômica que envolvia o país.

### Aperto econômico

A situação da economia nigeriana permanece complicada: a dívida externa aproxima-se dos 30 bilhões de dólares, a renda per capita caiu para perto dos 300 dólares anuais, a inflação flutua entre 40% e 50%, enquanto a extração do petróleo — principal fonte de divisas — reduziu-se, bruscamente, em comparação com o início dos anos 80.

Todos estes fatores negativos limitaram o espaço de manobra do governo de Ibrahim Babangida. No entanto, a atual administração nigeriana conseguiu certos êxitos, em menos de quatro anos, desde que tomou posse. O Conselho Dirigente das Forças Armadas liberali-

zou o regime militar e renunciou ao voluntarismo, na tomada de decisões em relação aos problemas econômicos. É verdade, porém, que nem todas as ações da atual administração tiveram caráter consequente. Lembrem-se, a propósito, os altos e baixos de suas relações com os meios de comunicação. Diga-se o mesmo a respeito da entrada da Nigéria na Organização da Conferência Islâmica – ao que se opôs à comunidade cristã do país – e sobre a crise nas relações de cooperação da administração militar com os dirigentes sindicais e de associações da juventude.

O programa de entrega gradual dos poderes ao governo civil até 1992 é a linha mestra do desenvolvimento político interno do país. Ela permitiu que o presidente Babangida evitasse os erros cometidos por seus dois predecessores – os generais Yakubu Gowon e Mohamed Buhari – os quais, após tomar as rédeas do poder, não pensavam a sério em cedê-lo a um governo democraticamente eleito.

A realização do debate nacional sobre o futuro sistema político da Nigéria marcou as principais etapas da preparação do país para a restauração do regime civil. Os resultados do debate foram generalizados pela comissão especial, o comitê político, e apresentados à consideração do governo. A revisão da constituição de 1979 e a criação de um sistema de organizações, para garantir a transformação indolor do regime, foram importantes iniciativas políticas da administração de Babangida. Entre tais organizações estão a Comissão Eleitoral Nacional, o Departamento para a Mobilização das Massas Populares pela Concretização das Reformas Econômicas e Sociais, e o Tribunal de Fiscalização do Código de Comportamento.

#### Efervescência política

Até agora, percorreu-se menos da metade do caminho previsto para a democratização da vida política. Foram realizadas as eleições para os órgãos locais de poder, em bases não-partidárias, aprovada a nova constituição e suspensa a proibição de atividades políticas. Agora, o país tem pela frente as eleições para os órgãos legislativos estaduais,

o recenseamento nacional da população e o pleito para escolha dos membros da assembleia nacional e do presidente.

Podemos avaliar a etapa atual de entrega do poder de maneira múltipla. A permissão das atividades políticas despertou a Nigéria. Cerca de trinta organizações – incluindo o Partido Operário apoiado pelos sindicatos, a Frente Popular da Nigéria, o Partido da Aliança



Gowon: estilo rejeitado

Popular, o Partido da Solidariedade Popular, o Movimento Republicano, etc. – declaram a intenção de se registrarem como um dos dois partidos políticos permitidos (conforme a constituição). Vêm surgindo vários grupos e alianças temporárias, que reúnem, de um lado, os chamados federalistas, representados principalmente pelos conservadores do norte da Nigéria, e, de outro, os progressistas do sul do país, além de várias personalidades políticas moderadas – todos na esperança de poderem encabeçar a formação da Terceira República nigeriana. A experiência da Primeira e da Segunda Repúblicas permitem supor, que tal reagrupamento das forças possa continuar até as eleições de 1992.

Mas, já está claro, que a administração de Babangida, sem pretender decidir quem a substituirá em 1992, irá se opor, com todos os meios, ao registro dos partidos formados numa base étnica, religiosa ou regional, sejam quais forem os seus nomes oficiais. Também



Buhari: identificado com a crise

as personalidades políticas desacreditadas dos antigos regimes serão impedidas de dirigirem os novos partidos. Tal atitude pode reforçar a confiança dos nigerianos na administração atual e consolidar seu prestígio internacional.

A estratégia da política internacional, seguida pelo governo de Ibrahim Babangida, está baseada no princípio da continuidade histórica, no que respeita às principais questões do desenvolvimento político externo. Assim, como as administrações anteriores, o atual governo nigeriano procura resolver os problemas globais da fome, do atraso, da dívida externa e ecológicos. Os líderes nigerianos apóiam a idéia de instauração da nova ordem econômica internacional e de defesa da dignidade da população negra, independentemente do país em que residem.

A Nigéria tem expresso seu apoio às iniciativas de melhoramento das relações entre o Leste e o Ocidente, considerando que esse processo contribuirá para o desenvolvimento dos países africanos.

A economia do país está bastante integrada no sistema capitalista mundial, sendo os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França seus principais parceiros econômicos-comerciais. Ao mesmo tempo, visando a seguir uma política equilibrada na arena internacional, Lagos mantém amplas relações po-

lticas, econômicas e culturais com os países socialistas.

#### Afrocentrismo

Existem, por exemplo, firmes e variados contatos entre a Nigéria e a URSS, cujas expressões concretas são a construção, com ajuda soviética, da usina metalúrgica de Ajaokuta - que será a maior da África Tropical - e a cooperação dos dois países na área da instrução pública, na prospecção geológica e no comércio.

A política externa da administração de Babangida baseia-se na doutrina do afrocentrismo, de acordo com a qual os

líderes nigerianos prestam atenção especial à consolidação da independência política e à consecução da independência econômica dos países africanos.

O governo pronuncia-se por liquidar os focos de tensão militar e política no continente (na África Austral, no Chifre da África, no Saara Ocidental e no Chade). Neste final dos anos 80, a Nigéria tem buscado ainda novas formas de cooperação internacional. Um exemplo foi a sua iniciativa de criar, em 1987, o grupo político dos Países de Nível Médio de Desenvolvimento, que recebeu o nome de Fórum de Lagos. Outra iniciativa foi a formação do Corpo de Assistência Técnica, chamado a apoiar os Estados

africanos e outros países em desenvolvimento, quanto ao fomento da agricultura, da prospecção geológica, da assistência médica e da instrução pública.

No programa de correção estrutural da economia, o país está procurando aproveitar ao máximo as potencialidades do ambiente econômico externo. Assim, alarga a cooperação com os países industrialmente desenvolvidos, bem como a cooperação Sul-Sul. Por isso, o Ministério das Relações Exteriores da Nigéria reforçou o seu departamento econômico, com a criação da nova seção para o fomento do comércio e dos investimentos, e com a reorganização da seção para a cooperação econômica bilateral.

Foram criados, ainda, melhores estímulos para os investidores estrangeiros: facilidades fiscais para as empresas que realizem pesquisas, o reembolso dos impostos cobrados pela importação de materiais destinados a produzir bens para exportação, etc.. Além disso, a Nigéria aspira a liderar no desenvolvimento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental-Cedeao, e está ativamente engajada na eliminação dos obstáculos que impedem a movimentação livre do capital e da mão-de-obra, nesta parte do continente.

A luta contra o *apartheid* é outro ponto de destaque da política externa do país: o governo atual considera que a liquidação do racismo na África do Sul é questão de liberdade e segurança da própria Nigéria. Não foi por acaso que, em 1986, o país tomou a iniciativa de criar uma reserva de matérias-primas, inclusive estratégicas, para ajudar os países da Frente. Propôs formar o Fundo de solidariedade com os Estados da África Austral e também apoiou o plano da ONU para a concessão da independência à Namíbia, manifestando, a este respeito, a intenção de criar o Fundo de ajuda ao povo namibiano, incluindo os refugiados.

As iminentes mudanças na política interna e externa nigeriana refletem bem os processos que se operam na África e no mundo inteiro. Mas, tais processos decorrem principalmente das transformações do sistema político da própria Nigéria, onde a democratização da vida social amplia-se em ritmo acelerado. ●

## Um país múltiplo

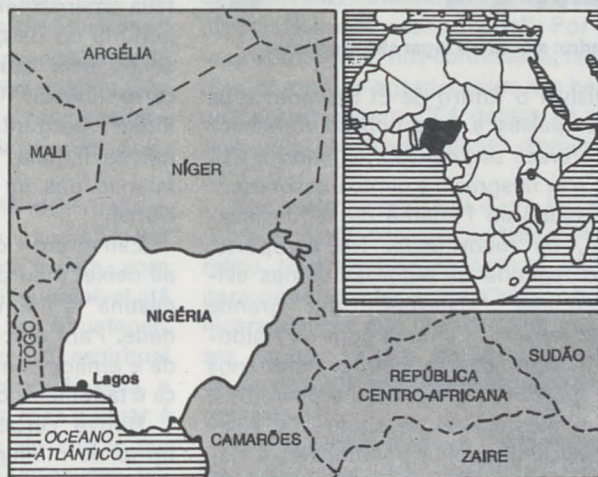
Com uma extensão territorial de 923.768km<sup>2</sup>, a Nigéria possui uma grande rede hidrográfica, da qual os rios mais destacados são o Níger e seu principal afluente, o Benue. A

região norte, mais seca devido à influência do "harmatan" (vento seco do Saara), inclui uma zona de planaltos e savanas, onde se cultivam amendoim e algodão para exportação. As planícies centrais, também cobertas por savanas, são pouco habitadas. A região sul, de terras mais baixas e chuvosas, tem densas florestas e concentra grande parte da população, que é a maior de África. Nessa região são cultivados o cacau e o dendê.

O enorme delta do Níger divide o litoral em duas áreas diferenciadas: para o leste, em torno de Port Harcourt, se concentram a produção petrolífera e a população cristianizada da etnia ibo: é a área que quis ser independente com o nome de Biafra; a oeste, em torno de Lagos e Ibadan, está concentrada a atividade industrial e predomina a etnia iorubá, parcialmente islamizada.

Com uma população de aproximadamente 83.000.000 de habitantes, a Nigéria tem mais de 250 de seus grupos étnicos, pertencentes a quatro grandes etnias: haussas, peules e fulanis, predominantes no norte, representam cerca de 40% da população; iorubás, no sudoeste, em torno de 27%; e os ibos, no sudeste, são em torno de 23% do total.

A religião, no norte, é predominantemente muçulmana, enquanto no sudeste o cristianismo é majoritário; no sudoeste são praticados o cristianismo, islamismo e os cultos tradicionais africanos. O idioma oficial é o inglês, mas em cada região a língua mais usada corresponde às etnias predominantes (haussa, iorubá e ibo). (Veja maiores detalhes no *Guia do Terceiro Mundo*).



## Itinerário da solidariedade

**D. Pedro Casaldáliga visitou, mais uma vez, a América Central, em meio a acesa polêmica que envolveu até mesmo o Vaticano, devido ao veto imposto pelo arcebispo de Manágua à visita do prelado brasileiro. O leitor acompanhará o relato dessa viagem, uma epístola cristã: é um documento da atualidade latino-americana, do qual publicamos os trechos principais**

*Pedro Casaldáliga  
bispo de São Félix do Araguaia*

**E**sta crônica de minha quarta viagem à América Central é também carta, carta circular aos muitos amigos a que devo carta. Pela sua solidariedade, pela sua oração; até por alguns conselhos oportunos que me deram. A todos, a cada um, meu abraço... Escrevem-me muitos jovens - elas e eles - irrequietos, rebeldes, com vontade de fazer algo na vida. Os pobres estão af, af está o mundo, af o reino. Lá onde estivermos, em nosso dia a dia.

A hora e o lugar, fora e dentro da igreja não deixam de ser candentes.

Um teólogo - pessimista ou realista, não sei - acabava de vaticinar: dentro de dois anos sentiremos saudade deste tempo de liberdade que vivemos agora na igreja. E o diretor da CIA diagnosticava, por sua vez, naquela mesma ocasião: na América Latina vários golpes de Estado estão sendo preparados; é im-



D. Pedro: a hora e o lugar são candentes

previsível o futuro de El Salvador e de outros países; a nova política do México não oferece segurança... Quando a CIA toca, traz desgraça, a gente interpreta.

Cheguei ao Panamá dia 4 (de fevereiro), de madrugada. No aeroporto, como legenda de algumas damas evidentemente "civilistas", um grande cartaz rezava: "Cuidado com os traidores!" Meus companheiros claretianos me esperavam, sempre tão acolhedores, e com eles acabei de situar-me, eclesiasticamente, politicamente. Nesta viagem, certamente entendi melhor o cambiante que é a conjuntura centro-americana: "Ondas na praia", dizia-me alguém; ademais, em praia de guerra. Eclesiasticamente, me martelava nos ouvidos a afirmação de uma personalidade do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), que acabava de declarar aos jornalistas, no Brasil, que ele era testemunha do mal-estar que minhas visitas à América Central causam na igreja... Desta vez, entretanto, pude falar com 11 bispos centro-americanos e fui fraternalmente acolhido por eles. Se não os cito aqui é para não os "queimar", sequer com minha gratidão. Assim como deixarei de citar, pelo mesmo motivo, outros muitos nomes e encontros e lugares, que trago no coração. Este é um tempo de se amar e de se ajudar em silêncio... Também na igreja.

Por problemas de vôo, tive que per-

noitar em São José da Costa Rica, na casa de retiros dos claretianos, onde me encontrei com antigos companheiros dos bons tempos de formação. Depois me encontraria com vários costarriquenhos, comprometidos com as causas de seu povo, que deram sua versão crítica da situação - muito menos "civil", economicamente insegura, efervescente também - dessa Costa Rica, utilizada - protegida, publicitária demais - algumas vezes e com uma agricultura de exportação que vem deslocando milhares de camponeses.

### Em Honduras

"Honduras, sucata pública", desabafava amargamente um missionário; pela penúria do país, pela *Contra* ainda presente, pela ocupação ianque, pelo incerto futuro. "Que será de nossos filhos?", perguntava-se em voz alta um pai de família "bem", de Tegucigalpa, falando-nos da dramática situação nacional.

Estive em Honduras uma semana, e ali deixei meu poema "Honduras Clandestina" e minha apaixonada solidariedade. Para que Honduras seja conhecida e amada como sendo Centro-América e tanto tempo esquecida.

Houve certas reservas prévias em torno de minha visita, mas também os claretianos as driblaram oportunamente - bendita seja a mãe Congregação! E pude ter encontros com comunidades e seus delegados da palavra, com sacerdotes e religiosos, com dirigentes sindicais e políticos, com militantes dos Direitos Humanos, com jovens. Andei sobretudo pela região de La Ceiba e visitei também Trujillo e São Pedro Sula. Na saída de La Ceiba, um cartaz, pregado exatamente numa "ceiba", faz esta proposta singular: "Estude gnósis". A neblina, a chuva ainda, os altos montes, acompanham-nos nessas idas e vindas. Atravessamos grandes plantações de banana, campos de abacaxi com seus bóias-frias mal pagos, a secular dominação das companhias sobre Honduras. Numa reunião, pergunto: "Que palavra definiria a situação de Honduras hoje?" "Miséria", responde um camponês.

Faço a mesma pergunta, no dia seguinte, num encontro de professores e

## AMÉRICA CENTRAL

sindicalistas, e um catedrático da universidade me responde: "Terror. O terror domina nosso povo". Naqueles dias, circulava em Honduras uma "lista de marcados para morrer", com 5 nomes de militantes dos Direitos Humanos. Uma dessas fatídicas listas latino-americanas que também conhecemos no Brasil.

### México solidário

O México está outro, dizem-me, depois das últimas eleições, que os setores conscientes repudiam como escandalosamente fraudulentas. Muitos apostam em uma crescente indignação popular, em uma acelerada politização alternativa. Porque México não está bom de saúde social: 50 milhões de mexicanos mal vivem à margem do projeto-benefício dos 30 milhões de privilegiados. Em todo caso, México-povo - sempre entre as duas Américas - continua muito solidário.

O patriarca Sérgio Méndez Arceo - pura solidariedade, do tamanho do continente - faz-se meu taxista, com seus 80 anos, da capital incontentável até o mosteiro beneditino de Ahuatepec, onde vamos fazer o retiro espiritual centro-americano. É tempo de seca, e faz frio para os tropicais, mas o lugar é muito acolhedor. Antes de entrar em retiro, ainda visitamos Cuernavaca, triplamente histórica, pelo palácio do "marquês" Hernán Cortés, pela estátua do insurgente Morelos e pela catedral

El Salvador: a direita no poder, futuro incerto



D. Oscar Romero tornou-se o símbolo da luta pelos pobres na América Central

restaurada de Dom Sérgio, que se nos faz de cicerone. Cuernavaca significa "junto à floresta"; nem a "vaca" nem os "cuernos" dos néscios conquistadores... As homilias de Dom Sérgio nessa catedral pioneira já são agora dois volumes imprescindíveis. Dessas homilias e de outras muitas palavras dele disse um dia seu companheiro de linha, Dom Samuel Rufz: "Enquanto ele falava, nós dissimulávamos nosso medo". Por sua vez, Dom Sérgio nos confessava, nesses dias, como que agradecemos aos heróis que o procederam: "Cá dentro de mim tenho de reconhecer quanto devo a Zapata".

Ser centro-americano é um estigma. A maior parte dos que participaram do retiro teve problemas com a polícia, para poder chegar a Ahuatepec. Quatro nicaraguenses que também vinham, esses sequer saíram da Nicarágua, por causa das mil exigências da embaixada mexicana(!).

Entendamos que um cristão não faz da política sua mística: assume a política comprometidamente nessa sua mística maior que é fé, esperança e caridade.

Os acampamentos de refugiados guatemaltecos que visito, nesta viagem, estão nas áreas de Paso Hondo e Tzisco. (São, ainda, mais de 110.000 os refugiados guatemaltecos, só no México, dentro ou fora dos acampamentos). Uma faixa me acolhe com esta expressiva saudação: "Damos as boas-vindas ao irmão Pedro, bispo do Brasil. Graças a Deus que continua sendo vivo". A partir das leituras do 2º domingo da Quaresma, nas celebrações evocamos o Abraão do Povo Maia e as esperanças de suas gentes, e renovamos a Nova Aliança no sangue do Filho, em meio a tanto sangue e tanta dor. É necessário ter muita esperança para suportar esses longos anos de exílio, esses longos séculos de dominação. Os refugiados chegaram a um ponto alto de organização

interna e de reivindicação, tanto nacional como internacional. Suas comissões permanentes são reconhecidas pelo Acnur (Alto Comissariado da ONU para os Refugiados), pelo governo mexicano, na prática, e conseguiram ser reconhecidas pelo próprio governo da Guatemala para o Diálogo Nacional, que ia iniciar-se dia 1º de março.

Somente o resultado efetivo desse diálogo e um acompanhamento internacional eficaz poderão oferecer as condições mínimas de segurança para o regresso desses refugiados a sua pátria e as suas terras.

### Guatemala, entre a noite e o diálogo

Os documentos e declarações dos organismos de Direitos Humanos, Justiça e Paz, federações trabalhistas, partidos de oposição e entidades de solidariedade são extremamente duros em relação à situação real da Guatemala, supostamente em "abertura democrática". Continua a violência institucionalizada e essa violência recai particularmente "em setores estudantis, camponeses e operários". A Delegação Unitária da Guatemala, na 6ª Sessão do Grupo de Trabalho da Organização das Nações Unidas sobre populações indígenas, denunciou "o etnocídio de que são objeto os indígenas e os 'ladinos' pobres do país na atualidade, sob o governo democrata-cristão de Vinicio Cerezo". O "informe aberto sobre a Guatemala", intitulado "Guatemala: segurança, democracia e desenvolvimento", editado pela IGE (Igreja Guatemalteca no Exílio), em janeiro deste ano, oferece um quadro incontestável, a partir da "visão do povo da Guatemala" sobre o exército, o atual governo e as aspirações nacionais de mudança radical.

Entramos na Guatemala de carro, pela fronteira mexicana, atravessando vales e montanhas, quebradas e aldeias,



Guatemala: o cotidiano de localizar pais e parentes desaparecidos

e muitas "patrulhas civis", postadas junto à estrada, sob a tremulante bandeira azul e branca. Passamos por perto de Atitlán, maravilha de vulcões e lago, e até visitamos Antigua, "monumento das Américas", segundo a Unesco, relicário arquitetônico de conventos e igrejas, palácios e ruas típicas. Glórias coloniais, tristes glórias também. No Instituto Indigenista La Salle, da cidade da Guatemala, um velho Irmão, catalão, com 61 anos de América Latina, fazia-nos esta impressionante confidência:

— Nós — e citava vários institutos religiosos — temos formado a oligarquia latino-americana que vem oprimindo estes povos. Eu, somente agora, desde que estou com os indígenas, entendi o que significa a exploração desses 500 anos.

À margem da política oficial, entretanto, algo, muito, está mudando na Guatemala. As forças populares estão se reorganizando, em todos os níveis, e "se criou uma unidade de base" — frente à repressão, à oligarquia e à demagogia — que vai desde a URNG guerrilheira, passando pelo CUC camponês até a UASP de Ação Sindical e Popular.

O Diálogo Nacional, com suas 15 comissões de trabalho, pode ser uma oportunidade decisiva para a Guatemala, como espaço de opinião pública, nacional e internacional: como lugar de convergência de entidades e movimentos, como tempo de crescimento de toda a organização popular. Não vai ser fácil este diálogo, porque há interesses maiores que o obstaculizarão sistematicamente.

Dom Quezada, presidente da Conferência Episcopal, preside também ati-

vamente a diretoria do diálogo. Com seu característico bom humor, colocou na sala de reuniões duas ilustrações muito adequadas: Dom Quixote com seu Sancho e o Quetzal guatemalteco da liberdade.

### El Salvador que nos necessita para a vitória

Eu ia para El Salvador cheio de preocupações, porque o momento salvadorenho era extremamente tenso e imprevisível. A FMLN surpreendera a todos — até ao presidente Bush — com sua proposta de diálogo e de adiamento das eleições; e a extrema direita e seus esquadrões da morte encrespavam-se. Nessas datas um internacionalista amigo, que reside na capital, me escrevia: "... a toda hora há professores ou estudantes mortos e desaparecidos; locais metralhados; bombas; seis ou oito cadáveres, diariamente, nas valetas, segundo vem denunciando a Comissão de Direitos Humanos..." No meio de San Salvador se treinava a população para a insurgência, quiçá imediata; quartéis "inexpugnáveis" eram assaltados; as ruas inundavam-se de exército.

Militarizado está El Salvador; em estado de guerra. Até 1979, o país possuía uns 12.000 soldados e 300 oficiais; hoje tem, respectivamente, 60.000 e 3.000. Quase dois milhões de dólares bélicos consomem os EUA, todo dia, em El Salvador, para impedir a insurgência popular.

Entretanto, El Salvador recebeu-me na calçada do aeroporto, com um grupo de jovens das CEBs agitando palmas e violões e cantando à solidariedade. Maravilhosamente desconcertante, esse pequeno imenso El Salvador! Em sua geografia mínima, cabem as mais contraditórias realidades de morte e alegria, de repressão e liberdade.

Passo pela paróquia "Mãe dos Pobres", pelos bairros Labor I e II, exemplares desses miseráveis amontoados de submoradias, que incham nossas capitais e que, desta vez, me impressionaram particularmente, na América Central. San Salvador tem já 2 milhões e seiscentos mil habitantes, trazidos, de enxurrada, pelo êxodo rural, pela guerra, pela clandestinidade, pela inseguran-

ça social. Possivelmente, um terço de toda a população centro-americana vive fora do lugar, se contarmos os deslocados no interior dos próprios países e os refugiados ou exilados no exterior.

Tive vários encontros com agentes de pastoral, leigos, padres, religiosas; com estudantes, professores e jornalistas; com irmãos evangélicos, particularmente luteranos; na UCA — cheia da presença de São Romero —, na Universidade Luterana — coração deveras ecumênico — em comunidades dos bairros e também na montanha. Nessas comunidades — cenáculos de vanguarda, lareiras da mais promissora igreja salvadorenha — pude abraçar uns irmãos destacados da terra profética de Morazán. (Por esses dias, precisamente, aparecia, por fim, em edição brasileira da "Vozes", o livro "Um sacerdote na guerrilha — Testemunho de vida evangélica de Rogélio Poncele na frente de Morazán". Uma página histórica da nova igreja latino-americana em serviço de fronteira evangelizadora). Duas noites pousei na casa do bispo luterano, Medardo Ernesto Gómez, profeta exemplar, digno continuador dos gestos de Dom Romero e que já viu sua igreja danificada por uma bomba.

Dia 27 celebrei a Eucaristia no altar de El Hospitalito, onde nosso São Romero foi sacrificado. E orei diante de seu sepulcro, na catedral. A despeito de alguém, para alegria dos pobres e penso que para maior glória de Deus, o bispo e mártir Oscar Arnulfo Romero é hoje o santo mais ecumênico da América Latina e, talvez, do mundo: santo dos católicos, dos evangélicos e dos ateus.

Vou a Chalatenango, terra afóra de mártires e de lutas. Cruzamos pelo "inexpugnável" quartel El Paraíso, várias vezes "expugnado". Passamos por Aguilarres, evocando a figura de Rutflío Grade. Os guardas, que revistam o pessoal dos ônibus, nos deixam passar; possivelmente — comentava eu com os companheiros — pela cara de velho oficial aposentado com que me viam. Nessas paradas de revista, muitos jovens são capturados pelas patrulhas.

Depois de ordens e contra-ordens, conseguimos cruzar a fronteira do outro El Salvador, pela colina silenciosa da capela de Guadalupe e entramos na

## Ano da Solidariedade

De março de 1989 a março de 1990 transcorrerá o Ano Internacional de Solidariedade com a América Central, pela emergência da situação centro-americana. E para comemorar comprometidamente três datas históricas: em julho de 1989, o 10º aniversário da vitória da Nicarágua sobre a ditadura de Somoza; dia 31 de janeiro de 1990, na Guatemala, o 10º aniversário do massacre-martírio na embaixada da Espanha; dia 24 de março de 1990, o 10º aniversário do martírio de nosso São Romero da América.

O Secretariado Internacional Cristão de Solidariedade com a América Latina "Oscar A. Romero" vai realizar seu VIII Encontro, em Manágua, neste ano, do dia 23 a 30 de julho.

Durante todo o Ano Internacional os comitês de solidariedade e todas as comunidades amigas organizarão

vigílias, atos públicos, gestos de ajuda, movimentos de informação, visitas de intercâmbio, pela paz, pela autonomia, pela libertação da América Central. O Ano Internacional vai se encerrar em San Salvador com uma grande semana internacional "Monseñor Romero", de 18 a 25 de março de 1990.

É ainda noite. Entretanto, pelo Deus desses pobres e desses povos pequenos, eu e vocês - que também me acompanhavam - tentaremos construir essa outra liberdade, na qual acreditamos com toda a paixão de nossas vidas. Solidariamente unidos. Na América Central, em toda a Pátria Grande, no Mundo único dos humanos. Contrás as guerras, os egofismos e as prepotências, de intensidade alta ou baixa, tentaremos viver, mesmo sendo noite, a solidariedade fraterna de alta intensidade.

Pedro Casaldàliga

"zona liberada", até Guarjila e San José Las Flores - rural Numância sobrevivente. Aquelas duas comunidades nos receberam com exultante gratidão, como em festa de Ramos ou de Páscoa. Algo se respirava de Terra Prometida, naquela tarde, noite afora, em meio àquelas gentes, pobres porém livres, na acolhida que nos dispensaram, na celebração eucarística, nas entusiasmadas palavras de ordem, na esperança de uma decisão final.

### Panamá, cansado de ser colônia

A expressão não é retórica. O povo panamenho - indígenas, negros, operários, profissionais liberais comprometidos, comunidades cristãs - está efetivamente cansado de ser "colônia" do império ianque, das oligarquias que se alternam no poder e de certos militares aproveitadores.

Num encontro de profissionais, dirigentes sindicalistas e agentes de pastoral, chamou-me a atenção a insistência com que surgia a pergunta em torno das seitas. Elas constituem, de fato, um

conflito continental, e mais particularmente centro-americano, de longo alcance sócio-político-religioso. Como arma ideológica, cooptação popular, alienação, divisão, fanatismo, as seitas estão dilacerando, por dentro, a alma da América Latina. Elas são a maior "Contra" que o império desencadeou sobre nossos povos, quando iniciávamos a grande escalada da libertação integral.

### Não fui à Nicarágua, mas estou com ela

E com ela devemos estar, agora mais do que nunca, todos os solidários. Nesta viagem constatei, mais uma vez, como as forças reacionárias conseguem "satanizar" a nova Nicarágua. Já na ida, um casal amigo, que ia para Nicarágua precisamente, foi destrutado em vários momentos da viagem, só porque ia para a Nicarágua. Quando tivemos que regressar a Tegucigalpa, depois de uns minutos de voo, por defeitos de pressurização, um rapaz hondurenho, com cara de executivo, que vinha a meu lado, respirava fundo: "Ainda bem que

não tivemos que aterrissar na Nicarágua...!" E um colega, de longos anos de amizade, dedicou-me um livro seu sobre Nossa Senhora, com estas palavras "... o abismo sandinista da Nicarágua talvez vai nos separar profundamente. Estaremos porém sempre unidos n'É-la". Santa Maria da querida Nicarágua da Puríssima Conceição olha para Nicarágua de outro modo, sem dúvida e Ela fará com que muitos saibamos estar unidos, n'Éla e n'ela, pequenas e novas ambas as duas...

Com respeito à Nicarágua, a política de Bush - cujas implicações no *affaire* Irã-Contra acabam de ser confirmadas publicamente - tem muito de continuidade com a política de seu nefasto predecessor. E o Congresso norte-americano, espantosamente "humanitário", acaba de aprovar outros 40 milhões de dólares para os Contras. O cerco econômico continua em torno à Nicarágua em economia de sobrevivência. Continua o cerco da desinformação e da contra-informação. O futuro imprevisível de El Salvador - e até mesmo do Panamá - pode repercutir gravemente, de imediato, sobre a Nicarágua, segundo os ventos soprarem. A situação eclesialística interna e as pressões eclesialísticas do exterior em nada favorecem para a paz global que a Nicarágua merece.

Entretanto, são 10 anos de vitória na pátria de Sandino. "Reagan se va, la Revolución se queda" (Reagan se foi, a Revolução fica). Fica a posse da terra em mãos dos camponeses; fica a alfabetização generalizada; as populações indígenas alcançaram a melhor "autonomia" indígena do continente; cresce a organização sindical, e a oposição política ao projeto sandinista não cresce, nem em dignidade nem em união; os Contras foram militarmente derrotados e, a contragosto de muitos interesses grandes, tem se reconhecido a coerência oficial sandinista no cumprimento dos acordos de Esquipulas.

O melhor da Revolução - essa outra Nicarágua popular - consolidou-se irreversivelmente. Isso não passará. E o povo nica exige a paz com dignidade, a autonomia nacional, reconhecida e respeitada, a convivência fraterna centro-americana, o fim das oligarquias e das dependências.

# Acordo no comércio mundial

Os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia chegaram a um entendimento, quanto às subvenções agrícolas e à inclusão do item "serviços" no Gatt, mas persiste o risco de se manter a situação de desigualdade com relação ao intercâmbio com o Terceiro Mundo

Pablo Piacentini

**A** primeiro de janeiro de 1991, entrará em vigor um esquema que agilizará e intensificará o comércio mundial, embora não o torne mais equitativo. Esta é a conclusão que surge dos acordos alcançados por representantes de 105 países em Genebra, no início de abril, durante a maior negociação da história do comércio mundial. Os temas debatidos englobaram todas as disputas e problemas do comércio mundial, agrupados em 15 pontos. Após trabalhosas sessões, chegou-se a consensos genéricos sobre cada um dos temas.

A negociação, chamada de Rodada Uruguai por haver sido iniciado em 1986 na praia de Punta del Este, naquele país, deverá estar concluída no último dia de 1990, motivo pelo qual a fase atual foi apelidada como "de médio prazo". Em consequência, os modos e fórmulas de instrumentação dos acordos serão discutidos a partir de agora, e por isso pode prever-se que, desde o primeiro dia de 1991, começarão a aplicar-se os resultados alcançados nesta



A agricultura dos ricos perde subsídios, mas Terceiro Mundo continua sob desigualdades

demorada rodada de negociações, que visam à liberalização do comércio mundial.

## Competição desigual

Sem dúvida, o comércio internacional se tornará mais dinâmico e crescerá de volume. Mas, a liberalização deveria surgir acompanhada de medidas corretivas de algumas desigualdades, que prejudicam os países em desenvolvimento. Se tal não ocorrer, o fim das barreiras alfandegárias porá em competição economias desiguais, resultando daí que vencerão os mais fortes e os mais pobres perderão ainda mais.

É preciso considerar as duas fases em que se desenvolveram as negociações, para que se tenha clareza sobre este complexo acordo. A primeira fase ocorreu sob o título geral de Conferência Ministerial de Revisão de Médio Prazo da Rodada Uruguai de Negociações Multilaterais do Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt, e celebrou-se em Montreal em dezembro último (veja, a propósito, **terceiro mundo**, edição nº 118, p. 27: "Volta o protecionismo").

Em Montreal, houve acordo sobre 11 dos 15 pontos, mas não se levou em conta o pedido do Terceiro Mundo, de que se considerasse a relação entre comércio, dívida externa e assuntos monetários. Os países capitalistas desenvolvidos, em particular os Estados Unidos, conseguiram que se aprovasse a

inclusão dos "serviços" na pauta do Gatt, um tema em que os países subdesenvolvidos se encontram em desvantagem frente aos industrializados. Mas, devido a interesses conflitantes, ficaram sem acordo quatro áreas, entre elas duas de suma importância: os subsídios agrícolas e os têxteis.

O maior conflito ocorreu no tratamento dos estímulos agrícolas, devido às posições opostas entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia-CEE. Por isso, os países do grupo de Cairns – exportadores agrícolas que não recorrem aos subsídios – condicionaram a vigência dos acordos alcançados em Montreal à consecução de consenso sobre os quatro pontos restantes. Toda a negociação, portanto, foi encaminhada às discussões de Genebra, no mês passado, onde, apesar das dificuldades sobre agricultura e têxteis, surgiu o consenso que permitirá a evolução dos entendimentos até o encerramento da Rodada Uruguai.

## Eliminando o obstáculo

A questão agrícola deu lugar a uma grande batalha entre os Estados Unidos e a CEE. O objetivo pretendido por Washington e pelo grupo de Cairns consistia na abolição dos subsídios à agricultura concedidos pelos países ricos. Tais subsídios somam atualmente 220 bilhões de dólares, dispendidos anualmente pelos Estados Unidos, CEE e Ja-



pão, para proteger suas agriculturas. É um mecanismo que distorceu a produção e o comércio mundial de cereais, frutas e carnes.

Washington acusa especialmente a CEE e quis forçar os europeus a eliminarem completamente esses benefícios. A resistência européia levou a um compromisso de meio termo, que consiste em uma "redução substancial e progressiva das subvenções", a longo prazo, e em outras medidas de redução, a curto prazo.

De imediato, os subsídios ficarão congelados ao nível atual. As primeiras reduções serão decididas somente em dezembro próximo. Mas, não há compromissos precisos, quanto ao alcance dessas definições, de modo que o confronto continuará nas próximas negociações. Na medida em que se consiga que a CEE se decida a acelerar o processo, é previsível que os Estados Unidos façam outro tanto e que se verifique uma liberalização mais ou menos rápida e profunda nesta esfera. Sob tal perspectiva, vão se beneficiar os exportadores de alimentos, que, como consequência da competição artificial dos Estados Unidos e da CEE, vêm seus mercados naturais invadidos por produtos subsidiados dos países industrializados e enfrentam cotações baixas.

Entretanto, na medida em que estas mudanças provoquem um aumento de preços dos produtos do Terceiro Mundo, estarão prejudicados os países mais pobres, que precisam importar alimentos.

#### Acordo Multifibras: defesa dos ricos

Na área dos têxteis, o que vale por enquanto é o chamado Acordo Multifibras, não abarcado pelo Gatt. Com efeito, não se trata de um regime de liberalização do comércio, mas de um esquema, pelo qual os países industrializados puseram barreiras às importações de têxteis provenientes do Terceiro Mundo.

Este é um exemplo ilustrativo de como as nações industrializadas, que se declaram exemplos do liberalismo econômico, se convertem em protecionistas, quando a prática do liberalismo afeta seus interesses.

As potências industrializadas, na verdade, pretendem que os países em desenvolvimento não criem obstáculos à penetração de suas manufaturas e serviços, dois campos em que estão em notória vantagem. Para conseguir tal abertura de mercados, aplicam pressões, impõem condicionamentos e aplicam até represálias, seja no âmbito de acordos multilaterais, como o Gatt, seja nos acordos diretos, bilaterais.

Mas, em alguns poucos campos, em especial nos das fibras têxteis e do vestuário, alguns países do Terceiro Mundo, valendo-se de sua própria pobreza, que torna irrisório o custo da mão-de-obra, conseguiram competir em escala mundial. É um punhado de países - Coreia do Sul, Hong Kong, Formosa, Paquistão, Índia, entre outros - que começaram a invadir com seus tecidos os antigos invasores. Estes reagiram,

---

#### As potências industrializadas pretendem que os subdesenvolvidos eliminem barreiras à penetração de suas manufaturas e serviços. E, para tanto, usam pressões e até represálias

---

não exatamente como apóstolos do liberalismo, e obrigaram à assinatura do Acordo Multifibras, que impõe cotas ao ingresso dos têxteis do Terceiro Mundo em seus mercados.

Por isso, os exportadores do Terceiro Mundo reclamavam a eliminação do Acordo Multifibras, dentro da liberalização geral e mundial do comércio, além da inclusão da área têxtil no âmbito do Gatt.

Os países industrializados, em especial a Itália (segundo exportador mundial), aceitavam a modificação, em princípio, mas sob a condição de que os países do Terceiro Mundo retirassem as barreiras à entrada de produtos deles, eliminassem todo subsídio, dessem garantias contra a falsificação de marcas, além de adotarem um regime de salvaguardas que os protegesse de um súbito aumento das importações provenientes do Terceiro Mundo.

Quanto aos estímulos e a outros métodos empregados pelos países em desenvolvimento para impulsionar suas indústrias nascentes (falsificações à parte), parece óbvio que não podem receber tratamento semelhante ao que têm as mesmas medidas, quando se trata de países avançados, particularmente quando se lembra que todos eles - Estados Unidos, Europa e Japão - desenvolveram-se e expandiram suas indústrias à custa do protecionismo, que ontem praticaram sem escrúpulos e que hoje consideram que os molesta.

Entretanto, é mais ou menos este o resultado de Genebra. O Acordo Multifibras permanecerá em vigor até 1991. Depois, será eliminado, mas cabendo aos produtores têxteis do Terceiro Mundo diminuir suas tarifas aduaneiras e eliminar os subsídios. Sem dúvida, alguns desses países já alcançaram um estágio que lhes permitirá superar a dificuldade, mas outros países sofrerão grandes prejuízos.

A resolução adotada contempla a realização de "negociações substanciais" para um acordo sobre as modalidades que permitam incluir este setor no Gatt. Tais modalidades deveriam levar à eliminação progressiva das restrições contidas no Acordo Multifibras, que contradizem as normas do Acordo Geral. O processo começaria após julho de 1991, quando expirar o acordo vigente (MF-4).

A resolução não registra o anseio dos exportadores do Terceiro Mundo, no sentido de congelar as restrições, e se limita a expressar que todos os participantes "devem procurar melhorar a situação comercial, assentando as bases para a integração do setor têxtil no Gatt".

Em termos gerais, pode-se concluir que os acordos de Genebra vão levar a uma liberalização, que deveria começar a realizar-se a partir de 1991. Entretanto, vai-se passar agora da fase das discussões globais para as negociações relativas às modalidades e aos tempos de aplicação. Poder-se-ia afirmar, portanto, que se chegou a um acordo sobre o caminho, pelo qual deverá transitar o comércio mundial: falta definir o tipo de veículo e a que velocidade deve correr.

# O PLANO BRADY

## Dívida crônica

A nova proposta dos Estados Unidos em relação à dívida externa dos países do Terceiro Mundo visa a preservar os bancos internacionais e a economia dos países ricos, não a resolver o problema do estrangulamento das economias dos endividados

Luiz Fernando Victor\*

**N**o último dia 10 de março, falando a um seleto grupo de banqueiros, homens da finança internacional e políticos, no *Bretton Woods Committee*, o novo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas

Brady, expôs a estratégia do governo Bush, face à tragédia da dívida externa dos países subdesenvolvidos. O programa, então exposto, passou a ser conhecido como Plano Brady.

Esta pequena apresentação pretende reproduzir, sumariamente, a exposição do sr. Brady e analisar, sob diversos ângulos, seus objetivos e eficácia na resolução dos problemas de descapitaliza-

ção contínua dos países subdesenvolvidos e a retomada de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

### Pressupostos e propostas

Formalmente, o sr. Brady mencionou que, na raiz de seu programa, se encontram os mesmos pressupostos do Plano Baker – que representou a política



Nicholas Brady quer obrigar ao pagamento, o que significa um "dinheiro de sangue" extraído dos povos endividados



de Ronald Reagan, durante os últimos tempos de seu governo, frente aos mesmos problemas do endividamento externo dos subdesenvolvidos.

Os pressupostos do Plano Baker, presentes na proposição do sr. Brady, podem ser assim sumariados:

**1 - Credores em grupo, devedor isolado:** as negociações com os países subdesenvolvidos devem ser mantidas pelo cartel dos bancos, com o assessoramento do FMI/Bird, de forma assimétrica, isto é, enquanto os bancos internacionais negociam de forma unida nos "comitês da dívida", os países subdesenvolvidos devem ser tratados "caso a caso";

**2 - Receita do FMI/Bird:** Os países subdesenvolvidos precisam reformular suas economias, sob a coordenação e monitoramento do FMI/Bird, a partir das premissas e critérios definidos por estas organizações, dentro da política de ordenamento da economia internacional, "isto, porque o cerne do problema ainda é a reforma das políticas econômicas, capaz de produzir mudanças estruturais chaves e desempenho econômico sustentável... As nações devedoras, que desejam engajar-se em um



O japonês Gyohden argumenta a Mulford e ao peruano Rivas Dávila, em reunião do FMI

programa de redução da dívida, devem elaborar programas de reforma com o FMI e o Banco Mundial, como condição de acesso ao apoio financeiro para a redução da dívida" (Mulford/1989);

**3 - Impedir moratórias:** os bancos credores devem manter a política de refinanciamento/reescalonamento da dívida externa dos países subdesenvolvidos, necessária para que cumpram seus compromissos internacionais e mantenham seu desenvolvimento econômico.

A partir destas premissas, o sr. Brady expôs seu programa, basicamente nos seguintes termos:

**A - Ricos mais ricos:** A crise econômica e social dos países do Terceiro Mundo se vê agravada pela "escassez de recursos financeiros" e pela "fuga de capitais de risco" para as economias industrializadas. Paralelamente a esse reconhecimento do sr. Brady, o sr. David Mulford, subsecretário do Tesouro dos EUA, reconhecia que o "desempenho macroeconômico das nações industrializadas, nos últimos anos, foi impressionante... A expansão econômica nos países industrializados encontra-se, hoje, no seu sétimo ano consecutivo; as pressões inflacionárias foram mantidas sob controle e os fluxos mundiais de comércio aumentaram robustamente...";

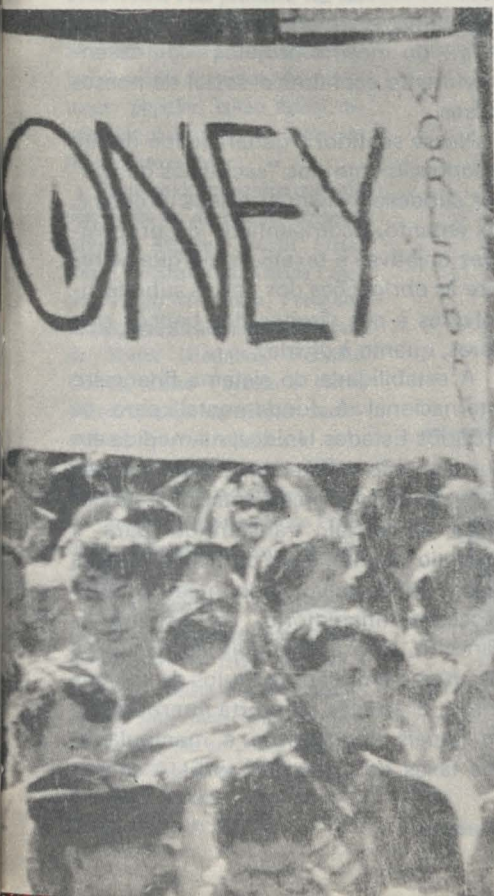
**B - Adequar economias subdesenvolvidas:** O reconhecimento dessa situação - o empobrecimento gradativo dos

povos do Terceiro Mundo - exige um trabalho conjunto de reformulação dos programas de desenvolvimento dos subdesenvolvidos, com a participação ativa dos países industrializados e a supervisão/monitoramento do FMI/Bird;

**C - Garantir os bancos:** A adoção de "novas políticas" de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, no entanto, tem encontrado entraves de toda natureza, destacando-se:

**C1 - dificuldades nas negociações para liberação de "novos recursos",** que se arrastam indefinidamente. Para reduzir os longos períodos de negociações, propõe, como instrumento básico de liberação desses "novos recursos", o acesso dos subdesenvolvidos ao "mercado aberto", o que deve reduzir, de meses a dias, essas negociações;

**C2 - as organizações multilaterais - FMI/Bird -** devem auxiliar os bancos internacionais a aumentar os fundos para redução do estoque da dívida, restringindo suas exigências nesse sentido, pois é "importante manter o papel das instituições financeiras internacionais (leia-se sistema bancário) e preservar sua integridade financeira". O FMI/Bird devem desempenhar um papel importante na organização de um suporte financeiro, para que os países subdesenvolvidos recomprem seus papéis no mercado secundário. "As propostas norte-americanas visualizam redirecio-



amento e aumento dos recursos disponíveis do FMI/Bird – de seu capital cionário atual – para apoiar transações e redução da dívida e de seu serviço, certas no mercado pelas nações devedoras e os bancos comerciais” (Mulford, 1989);

C3 – a redução dos estoques da dívida, no entanto, deve ser precedida de modificações nos contratos firmados entre os países subdesenvolvidos e os bancos credores, cortando cláusulas como as do “compartilhamento” (*shared burden*) e de “promessas negativas” (*negative pledges*). Por compartilhamento, entenda-se “a cláusula que impede os bancos e os países devedores de assinarem acordos em separado, sem o consentimento e a participação de todos os bancos envolvidos no empréstimo renegociado”, isto é, um banco não pode renegociar, isoladamente, os papéis de determinado país em seu poder, sem o “de acordo” dos outros bancos envolvidos na operação que lhes deu origem.

Já promessa negativa é a cláusula que impede os países devedores de recomprarem seus próprios títulos no mercado secundário, obrigando o devedor a dar tratamento igual a todos os bancos que participam do mesmo pacote.

C4 – a escassez de recursos financeiros e a fuga de capitais dos países do Terceiro Mundo exigem, tanto da parte dos países subdesenvolvidos, quanto da parte das instituições multilaterais e bancos privados, ações voluntárias, para que esses países se engajem em políticas firmes de desenvolvimento;

C5 – os governos dos países industrializados devem adotar medidas internas, que facilitem as ações dos seus bancos comerciais, modificando normas e regulamentos bancários – fiscais e contábeis – visando à redução de custos para os bancos, no que se refere às dívidas dos países subdesenvolvidos;

C6 – os governos dos países devedores devem continuar e acelerar as operações de conversão da dívida externa, não só para organizações internacionais, mas permitindo também que grupos privados nacionais participem dessas operações;

C7 – “os povos dos países em desen-

volvimento têm feito substanciais sacrifícios, pelos quais conquistaram nossa admiração. Nós precisamos trabalhar juntos, para transformar esses sacrifícios em benefícios tangíveis e duráveis”.

#### Proteger o Primeiro Mundo

O discurso do sr. Brady apresenta alguns avanços, não conceituais, de parte do governo norte-americano; avanços de natureza discursiva, mas importantes na condução das negociações com o sistema financeiro internacional, ao reconhecer publicamente que a dívida, tal como vem sendo conduzida, não é pagável e, portanto, não será inteiramente

**“O Plano Brady visa, prioritária e exclusivamente, a impedir que a crise de insolvência dos países pobres atinja os países ricos. Ao crescimento dos países industrializados nos últimos sete anos, correspondem a estagnação e retrocesso econômico e social dos subdesenvolvidos”**

saldada; e que, ao processo de transferência de renda, via sistema financeiro, se soma hoje o da repatriação de capitais desde os países subdesenvolvidos para os países industrializados. E é só.

No mais, as preocupações do sr. Brady se centram no encaminhamento de soluções para os problemas financeiros, políticos e legais do sistema financeiro internacional e, em consequência, para a própria economia dos EUA e industrializados – isto, por não terem mais condições de exigir dos subdesenvolvidos a continuação do processo, mais que centenário, de transferência permanente de renda para os países desenvolvidos, via operações de natureza financeira.

Tal como exposto, o Plano Brady indica alguns níveis de preocupações principais, destacando-se que:

1 – é necessário manter a estabilidade

de do sistema financeiro internacional;

2 – os países industrializados devem participar, financeira e legalmente, da manutenção dessa estabilidade – particularmente o Japão;

3 – o FMI e o Bird devem participar ativamente dessa busca da estabilidade do sistema financeiro internacional, através (1) do processo de recompra da dívida no mercado secundário, (2) do co-financiamento no processo de rolagem da dívida, reduzindo a exposição dos bancos e (3) do oferecimento de garantias aos bancos internacionais de que receberão as “novas dívidas roladas” com os países devedores. Ao mesmo tempo, FMI/Bird devem intensificar suas ações na condução e monitoramento dos programas de desenvolvimento dos subdesenvolvidos e acentuar o processo assimétrico nas negociações.

O sr. Brady não pronuncia uma só palavra sobre o desenvolvimento concreto dos países subdesenvolvidos, através de programas conjuntos dos países industrializados e das instituições internacionais. Por isso, não se pode colocar no centro de suas preocupações a superação da miséria nos países subdesenvolvidos, já que, em nenhum momento, se refere a ações e programas – ou mesmo projetos – de desenvolvimento econômico-social de nossos países.

Nesse sentido, a generalidade de seu reconhecimento dos “sacrifícios dos povos subdesenvolvidos” e seus direitos é, no entanto, acompanhada de proposições objetivas e taxativas, no que se refere às obrigações dos países subdesenvolvidos e aos direitos dos bancos credores, quanto à dívida.

A estabilidade do sistema financeiro internacional é fundamental para os próprios Estados Unidos, na medida em que poderão manter inalterada sua política de déficits orçamentários e na balança comercial, transferindo para o resto do mundo, e em particular para os países subdesenvolvidos, o seu próprio processo inflamatório, via sistema financeiro, com a manipulação das taxas de juros e emissão de títulos de seu governo. É através da oferta internacional de papéis do governo e manipulação das taxas de juros que os EUA conse-

# A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

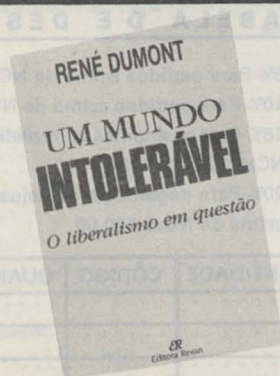
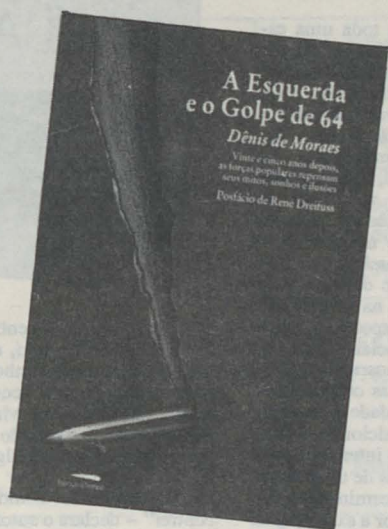
Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964. Pela primeira vez em muitos anos, os personagens não só refletem com profundidade sobre as causas da derrota do movimento popular, como fazem revelações a respeito de fatos até hoje controversos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o General Nelson Werneck Sodré, o Capitão Eduardo Chuahy e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima.

Eles repensam o passado à procura de respostas para a pergunta-chave do livro: por que a esquerda perdeu em 64, quando parecia que, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao poder para fazer as "reformas de base"?

De: Dênis de Moraes  
E-202 NCz\$ 45,00



UM MUNDO  
INTOLERÁVEL  
De: René Dumont  
(O liberalismo em questão)

O tema do livro atravessa as questões que mais preocupam a opinião pública mundial, em nossos dias: os riscos e custos terríveis da corrida armamentista, a exploração desenfreada dos recursos naturais não renováveis, a deterioração do meio ambiente, a estrutura lógica que comanda a miséria crescente a que estão con-

denadas as grandes massas da população dos países subdesenvolvidos, a urgência de mudanças de comportamento e de organização social, tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas e nas áreas ditas do Terceiro Mundo, para a sobrevivência da humanidade.

O modo muito pessoal e inteligente com que René Dumont aborda, reflete e articula essas questões, entretanto, é o que marca o vigor do livro.

E-203 NCz\$ 30,00

## ATENDENDO A PEDIDOS

Solicite agora os livros de sua preferência, por carta ou telefone. Ligue: (021) 252-7440 e faça seu pedido.

## CONVERSAS COM BETINHO

De: Ricardo Gontijo

"E o Brizola, afinal, recebeu ou não recebeu dinheiro de Fidel Castro? Nesse período de divisão entre insurreição e guerrilha, o antigo líder da Rede da Legalidade adotou a posição de permitir as duas estratégias, liberando os adeptos de cada uma a fazerem o que bem entendessem. Houve, então, um apoio de Cuba ao movimento encabeçado por Brizola, tendesse ou não para a guerrilha. Foi por aí que veio algum recurso, destinado a pagar o treinamento de pessoal e despesas que surgissem no processo. A primeira ida a Cuba, para fazer este tipo de articulação, fui eu quem fui, no princípio de 65. Minha missão era estabelecer a relação Cuba-Brizola. Uma viagem fantástica."

Esta é apenas uma das revelações contidas neste livro muito interessante, escrito numa linguagem jornalística e sem pretensões dogmáticas nem proselitistas. As *Conversas com Betinho*, de Ricardo Gontijo, faz luz sobre muitos episódios de uma etapa decisiva da nossa história contemporânea.

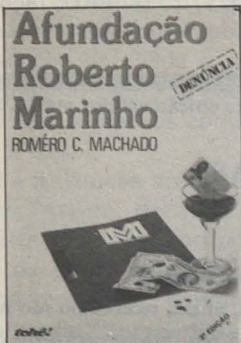
Afonso Romano de Sant'Anna escreve o seguinte, na apresentação do livro:

"Há uma certa candura neste livro. É uma juventude irremissível. Aí, a narrativa de como o irmão de Henfil e Chico Mário derrota a morte diariamente. É um livro alegre, luminoso, pra cima."

Betinho não é apenas um líder sedutor e carismático. É uma inesgotável usina de utopias."

E-195 NCz\$ 30,00

**AFUNDAÇÃO**  
**ROBERTO MARINHO**  
 De: Roméro C. Machado



O livro, oferece, não só ao público tradicionalmente leitor, mas também ao julgamento de toda a sociedade brasileira, talvez o título mais polêmico das últimas décadas. Num empreendimento editorial de enorme ousadia, um notável trabalho de investigação jornalística. Sucesso absoluto que se expressa já na 3ª edição em poucos meses. 255 págs.

E-179 NCz\$ 35,00

**OUTUBRO E A PERESTROIKA**  
 De: Mikhail Gorbachiov  
 86 págs.  
 E-153 NCz\$ 6,00

**A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986**  
 De: René Armand Drouffuss

Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "elites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 págs.

E-165 NCz\$ 42,00

**PEDAGOGIA VISÍVEL**  
**EDUCAÇÃO INVISÍVEL**  
 De: Victor Garcia Hoz

LANÇAMENTO

Esta é uma obra que marca o início de uma escola, nela estão contidos estudos e experiências projetados da confusa situação da Educação no mundo atual.

O autor discorre sobre uma nova formação humana e sendo ele o precursor desta corrente Pedagógica de Educação Personalizada, leva-nos à reflexões sobre a Pedagogia Visível, técnica e pragmática em relação a uma Educação Invisível, humana e profunda.

Através dos capítulos ele nos apresenta a alegria (prazer) como fim necessário para que o indivíduo desenvolva-se plenamente.

E-204 NCz\$ 18,50

**MEMORIAL DOS PALMARES**  
 De: Ivan Alves Filho

Ao pôr abaixo toda uma estrutura que, poderíamos chamar de igualitária, a qual prevalece até a segunda metade do século XVI, o processo de colonização abre a via para a sociedade dividida em classes sociais antagônicas no Brasil. A partir daí, todas as propostas visando a modificar as condições de existência do povo brasileiro se darão no quadro de uma realidade classista onde os grupos humanos se definem pelo lugar que ocupam na esfera produtiva. Nessa perspectiva, todos os movimentos sociais, desde os mais autoritários aos mais democráticos, refletem as contradições objetivas da sociedade e tendem, sobretudo, a se posicionar no sentido da defesa dos interesses econômicos e políticos de uma classe historicamente determinada. O livro convida o leitor a examinar as peripécias dos palmarinos. A luta pela Abolição começa em Palmares. 204 págs.

E-190 NCz\$ 24,00

**DOMINAÇÃO PELA FOME**  
 De: Miranda Neto

O país que não cuida da saúde e da Educação de seu povo, está condenado ao subdesenvolvimento e à dependência político-econômica. Por questões sócio-culturais, o desperdício de alimentos no Brasil é muito grande. O problema é agravado ainda mais devido ao controle comercial sobre os produtos agrícolas, exercido por grupos envolvidos na compra, distribuição e venda dessas mercadorias.

Nesse livro, o economista Miranda Neto denuncia esse "tráfego de alimentos", decorrente de uma escassez artificialmente provocada, com o objetivo de controlar preços e favorecer a lucratividade nesses setores que, por deterem o poder econômico, influem indiretamente no poder político.

E-193 NCz\$ 33,00

**BRASÍLIA: A HISTÓRIA DE UMA AVENTURA**  
 De: Neiva Moreira

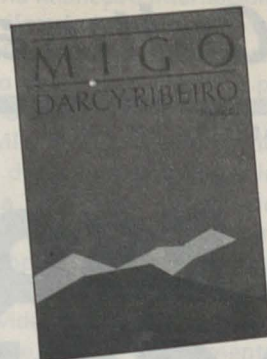


O livro foi escrito entre 1960 e 1961, O período Jânio, em plena "república dos bilhetinhos" e depois escondido junto com outros papéis durante quase vinte anos, para escapar à repressão da ditadura, e só recuperados alguns anos depois da anistia.

"Publiquei-os como os encontrei" - declara o autor. "Hoje, seguramente não saberia reconstruir o fascinante momento".

73 págs.  
 E-184 NCz\$ 7,00

**MIGO**  
 De: Darcy Ribeiro



Em Migo o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raros personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e o universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro - filho de Minas, antropólogo e educador - mais uma vez surpreende seus leitores. 422 págs.

E-178 NCz\$ 16,00

**COMBATE NAS TREVAS**  
 De: Jacob Gorender

Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Marighella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 págs.

E-188 NCz\$ 20,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

( ) assinante ( ) não-assinante

Nome .....  
 Endereço .....  
 Bairro ..... Cidade .....  
 Estado ..... CEP ..... Tel.: .....  
 Profissão .....

comprador

**TABELA DE DESCONTOS**

- 5% Para pedidos acima de NCz\$ 60,00
- 10% Para pedidos acima de NCz\$ 100,00
- 15% Para assinantes com pedidos acima de NCz\$ 120,00
- 20% Para pagamento antecipado de pedidos acima de NCz\$ 160,00

terceiro mundo postal cultural N° 24

**PREÇOS VÁLIDOS**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

# Assine terceiro mundo

Descontos  
Promocional  
e  
Brindes

## É PRESENTE O ANO INTEIRO... PRA TODA A VIDA



Desconto  
Progressivo

OFERTA VÁLIDA ATÉ 10.09.85

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS NCz\$	TOTAL A PAGAR NCz\$	BRINDES
1	95,00	95,00	-
2	85,00	170,00	-
3	81,00	243,00	-
4	79,00	316,00	1 Livro de nossa escolha
5	70,00	350,00	1 Livro de nossa escolha

- Assinatura (6 meses) NCz\$ 54,00
- Assinatura (2 anos) NCz\$ 170,00
- Renovação NCz\$ 61,00
- Exemplar avulso NCz\$ 9,00
- Atendimento Assinante: tel.: (021)252-7440

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: ..... 4 Nome: .....  
 Endereço: ..... Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: ..... Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP ..... Tel.: ..... Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
 Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - ag. Lapa

2 Nome: ..... 5 Nome: .....  
 Endereço: ..... Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: ..... Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP ..... Tel.: ..... Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
 Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - ag. Lapa

3 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
 Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - ag. Lapa

REMETENTE  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

**NOS PRÓXIMOS DIAS  
NAS PRINCIPAIS  
LIVRARIAS DO PAÍS**

# **GUIA DO TERCEIRO MUNDO**

**1989**

**PEÇA  
SEU  
EXEMPLAR**



**O Mundo Visto do Sul**

**PREÇOS DE LANÇAMENTO**

- Preço para Reembolso Postal: NCz\$ 100,00
- Preço p/pagamento antecipado por cheque nominal ou Vale Postal (AG.LAPA): NCz\$ 80,00

Peça seu exemplar à Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas - Rua da Glória, 122 gr. 105 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.: (021) 252-7440 - Telex: (021) 33053 CTMB-BR



guem cobrir seus enormes déficits na balança comercial e no seu orçamento.

As manobras diárias do sistema financeiro internacional – af incluídos os bancos centrais dos países industrializados – mantêm os títulos do governo norte-americano no cerne de todo o sistema e não podem, por isso, deixar que valores marginais (mas, fundamentais para os resultados financeiros finais das instituições financeiras e, conseqüentemente, para sua imagem) da dívida dos países subdesenvolvidos afetem esse equilíbrio precário, através do qual mantêm os elevados padrões de

subdesenvolvidos, em 1982, foi uma importante lição para os banqueiros internacionais. A sua própria legislação poderia ter significado uma quebra em cadeia, dentro dos EUA e países europeus. Se tivessem, à época, reconhecido o estado de insolvência dos subdesenvolvidos, não teriam reservas suficientes para cobrir o montante dos seus créditos insolventes. Além do susto com a inexistência das reservas, os banqueiros internacionais, articulados no cartel dos bancos, assustaram-se com o comportamento dos pequenos bancos regionais dos Estados Unidos, não cartelizados.



Barber Conable (e) e Michel Camdessus: Bird e FMI impõem as receitas econômicas recessivas

vida de seu próprio povo.

Daf, a proposição de mudanças internas, nos países industrializados, das normas e regulamentos fiscais e contábeis, no que se refere à dívida registrada dos países subdesenvolvidos. Esses rígidos regulamentos – garantia dos depositantes/aplicadores de seus próprios países – exigem a formação de “reservas especiais para devedores duvidosos”, em função dos interesses de seus povos, o que imobiliza recursos fantásticos, retirando a flexibilidade de ação e lucros conseqüentes, para os bancos, seus administradores e acionistas.

A crise de insolvência dos países

Os bancos regionais, não cartelizados, são também vítimas do cartel de bancos – embora vítimas secundárias, quando comparados aos subdesenvolvidos. Por isso, pressionam muito, não só via governo, como também via mercado, sua saída dos problemas do endividamento do Terceiro Mundo. Os títulos negociados, na praça de Nova Iorque, a US\$ 0,30 (trinta centavos de dólar) do valor de face de US\$ 1,00 (um dólar), pertencem a esses bancos e não aos cartelizados que, af também, ganham muito.

Por isso, de um lado, precisa o cartel dos bancos modificar a legislação ban-

cária de seus próprios países e, de outro, precisa se ver livre das frequentes pressões dos bancos regionais. Ao se libertarem desses dois constrangimentos os banqueiros internacionais cartelizados poderão administrar com maior flexibilidade os créditos que detêm com os países subdesenvolvidos. Nesse sentido, é que exigem a redução de perdas contábeis, via impostos dos seus próprios governos, provocadas pela dívida dos subdesenvolvidos.

Também desejam, o mais rápido possível, liberar os elevados montantes das reservas constituídas para garantir a inadimplência dos subdesenvolvidos. Essas reservas estão congeladas por exigências legais. O “Jornal do Brasil”, de 11/03/89, informa que o presidente da instituição que garante os depósitos bancários nos EUA – *Federal Deposit Insurance Corporation* – em recente depoimento a uma comissão do congresso norte-americano, disse que os nove principais bancos credores da América Latina continuariam solventes, mesmo se perdessem os empréstimos efetuados aos seis principais devedores da região.

### Empurrando o Japão

A dívida total da América Latina, em dezembro/88, era estimada em 401 bilhões de dólares. Aos seis principais devedores – Brasil, México, Argentina, Venezuela, Chile e Peru – cabia um montante de 330 bilhões de dólares, mais que 80% do total do débito latino-americano. As reservas, constituídas para garantia do não-pagamento, chegavam a mais de 13 bilhões de dólares e pertenciam ao Citicorp, Chase Manhattan, Bankers Trust, Chemical, Manufacturers Hanover, Morgan, Republican/NY, First of Chicago e Bank of Boston.

Os Estados Unidos exigem também uma participação mais ativa dos governos europeus e Japão. Essa participação deve se traduzir em novos recursos para os organismos internacionais – FMI/Bird – visando à formação de um fundo, que adquira, no mercado secundário, os desvalorizados títulos dos subdesenvolvidos, garantindo a liquidez das operações e menor perda nas transações. A outra exigência, que benefi-

ciará os bancos, se refere à possibilidade de deduzir, do imposto de renda a pagar pelos bancos a seus governos, a parcela de perda dos deságios nos papéis dos países subdesenvolvidos - o que representa um complicador político para os governos dos industrializados ante os seus contribuintes, que não vão aceitar pagar, de bom grado, os lucros dos banqueiros e seus acionistas.

A manutenção dos elevados lucros dos bancos é fundamental para a política do governo norte-americano, na colocação de seus títulos no mercado interno e internacional. Todos sabem que o governo japonês incentivou a criação do Japan Banking Association-JBA, nas Ilhas Cayman, em 1986. O JBA adquiriu, com desconto de 40% do valor de face, títulos de países subdesenvolvidos - Brasil e México, principalmente - em poder dos bancos japoneses, que puderam deduzir o deságio de seu imposto de renda a pagar, mantendo intactos seus lucros.

As pressões dos contribuintes e autoridades japonesas vêm limitando esta possibilidade. Como os japoneses são, depois dos norte-americanos, os que detêm maior parcela do endividamento do Terceiro Mundo - 80 bilhões de dólares (Gazeta Mercantil/17/03/89) - é natural que os banqueiros japoneses busquem incrementar as regras que geraram o JBA.

O fortalecimento dos bancos japoneses é um motivo de preocupação para os norte-americanos. Em 1984, dos 10 maiores bancos do mundo, seis eram norte-americanos. Em 1986, dos dez, sete eram japoneses, nenhum dos EUA. Em 1987, dos dez maiores, nove eram japoneses, um francês, nenhum norte-americano. Em 1988, dos dez maiores, dez eram japoneses.

Os critérios para uma indicação dessa natureza são vários. A revista "International Business Week", de 27 de julho de 1988, informa que, considerados os valores das ações nas bolsas de valores, os vinte e um maiores bancos do mundo, no primeiro semestre de 1987, eram japoneses (*Stock Market Value*). Em termos de ativos (*Assets*) sete eram japoneses, dois franceses (Crédit Agricole e Banque Nationale de Paris) e um norte-americano (Citicorp). Indicava, ainda,

que dos cinquenta maiores bancos do mundo em ativos, vinte e um eram japoneses, sete da Alemanha Federal, cinco da França, quatro dos Estados Unidos, quatro da Inglaterra, três da Suíça, três dos Países Baixos e um da Itália, China e Hong Kong. Dois bancos japoneses aumentaram seus ativos significativamente, entre 1987/1988. O Dai-ichi Kangyo Bank Ltd elevou seus ativos de 266,9 bilhões de dólares, em 1987, para 347,8 bilhões de dólares, em 1988. O Sumitomo Bank Ltd, no mesmo período, passou de 250,6 bilhões de dólares para 325,0 bilhões de dólares. Pelo menos cinco bancos japoneses possuem hoje um ativo igual ou maior que o PIB brasileiro.

---

**"Não há que se esperar um programa concreto de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, a partir do Plano Brady. Refletindo os problemas e as angústias dos Estados Unidos e da banca internacional, ele busca solucionar os problemas do sistema financeiro internacional, via operações de natureza puramente financeira"**

---

Por isso, o sr. Brady citou nominalmente o Japão, como um dos países que devem participar ativamente do fortalecimento dos fundos do FMI/Bird para a compra dos títulos no mercado secundário, já que eles pertencem, fundamentalmente, aos bancos dos EUA e Japão. O Japão, entretanto, tem sabido ludibriar seus parceiros, empurrando com a barriga todas as discordâncias com os Estados Unidos.

Recentemente, o vice-ministro de Finanças do Japão apoiou o Plano Brady e disse que seu país está disposto a colocar à disposição dos países subdesenvolvidos até 30 bilhões de dólares, desde que: (1) os países devedores mantenham esquemas de conversão da dívida e (2) estabeleçam maiores facilidades para os capitais estrangeiros.

Ao Japão não interessa mais um ca-

so no contencioso com os Estados Unidos. Ele necessita do mercado norte-americano e não pode afetar a liquidez internacional, pois mais de 40% dos recursos de seus bancos principais têm origem nas operações de comércio internacional. Ao exigir que os países subdesenvolvidos mantenham a conversão da dívida e facilitem a ação dos capitais estrangeiros, o governo japonês deseja aprofundar sua presença nas economias subdesenvolvidas, transformando os recursos em poder do JBA em investimentos lucrativos para sua própria economia.

A recente operação de créditos aberta para o Brasil é um exemplo claro da ação dos japoneses. O montante da nova linha é de 2,6 bilhões de dólares. A análise dos detalhes dessa linha dá a dimensão do desejo dos japoneses. Dos 2,6 bilhões, 1,1 bilhão de dólares se destinam a uma linha de crédito dirigida para compras, no mercado japonês. Os restantes 1,5 bilhão de dólares se destinam, formalmente, a projetos de desenvolvimento, no Brasil, e seus recursos se originam do chamado "Fundo de Reciclagem da Dívida Externa dos Países Subdesenvolvidos", conhecido como Fundo Nakasone.

Os recursos do Fundo Nakasone serão aplicados de forma distinta, por instituições distintas, em função de suas condições negociais. Cerca de 480 milhões de dólares serão aplicados pela *Overseas Economic Corporation Fund*, em quatro projetos: dois em projetos de irrigação, um em eletrificação rural e outro em obras de ampliação do Porto de Santos. Na realidade, como os projetos, equipamentos, mão-de-obra, empreiteiras e moeda são do Brasil, esse valor será destinado no exterior ao pagamento do serviço da dívida. Nada muda para a economia brasileira.

Outros 965 milhões de dólares serão aplicados pelo Eximbank japonês e têm três destinações no Brasil: (1) 180 milhões para um projeto de trem urbano na cidade de Fortaleza. Esses recursos poderão ter duas destinações, ou a compra de mercadorias e serviços, no mercado japonês, ou o pagamento do serviço da dívida; (2) 200 milhões destinam-se ao BNDES e Banco do Brasil e servirão para a compra de produtos ja-



Ministros latino-americanos reuniram-se em Caracas, após anúncio do Plano Brady, acentuando o lado político da dívida

ponezes, no mercado japonês (especialmente bens de capital), ou para pagamento de seguros da importação dos produtos japoneses; (3) 585 milhões serão destinados ao projeto de construção da usina termelétrica de Paulínia, em São Paulo. Tudo indica, também nesse caso, que os recursos serão aplicados no pagamento do serviço da dívida e/ou na importação de bens e serviços do mercado japonês.

A análise acima mostra, portanto, que os recursos japoneses se destinam, na sua totalidade, à compra de bens e serviços no mercado do Japão ou à rolagem da dívida.

O representante, que anunciou a concessão dos empréstimos, fez questão de frisar que: 1) os recursos estavam sendo liberados, após o Brasil demonstrar, com a renegociação da dívida, que está disposto a cumprir seus compromissos com a banca internacional; 2) o Japão não financiaria diretamente aos países subdesenvolvidos a recompra de seus títulos, no mercado secundário; 3) qualquer tipo de negociação, no sentido de recompra dos títulos, deve se limitar à ação conjunta do FMI/Bird com os países industrializados.

Acrescente-se que o governo japonês vem apertando as condições internas de seu setor bancário, para evitar

novos empréstimos aos países subdesenvolvidos.

#### O papel do FMI e do Bird

Um outro complicador para o Plano Brady é o papel que devem desempenhar o FMI e o Bird. Embora estas duas organizações venham atuando como assessoras do cartel dos bancos, papel que vêm cumprindo com bastante eficiência, desde a crise de 1982, elas têm seus próprios valores e pré-conceitos. Aceitam de "bom grado" participar da solução dos problemas da dívida, para atender ao sistema financeiro internacional. Não aceitam, entretanto, uma participação, sem que lhes sejam concedidos os recursos para este atendimento e que as suas premissas teóricas sejam atendidas pelos subdesenvolvidos e pelos países industrializados. Pressionados, reagem com igual intensidade, e é evidente que a corda vai arrebentar no elo de menor resistência – os subdesenvolvidos.

O sr. Camdessus, diretor gerente do FMI, em recente pronunciamento na assembleia geral do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, indicou quatro fatores que vão determinar o sucesso ou o fracasso do Plano Brady, reproduzindo em parte, é verdade, o pronun-

ciamento do sr. Brady, a saber:

1 - **Adicionalidade:** que haja incremento de recursos do sistema financeiro, para atender às operações de redução da dívida. Isto quer dizer que todos os países industrializados devem aumentar seus recursos junto ao FMI/Bird, para formação de um fundo de compra dos títulos dos países subdesenvolvidos no mercado secundário. Como o problema maior é dos EUA e Japão – seus bancos estão mais envolvidos no processo de endividamento – as resistências dos europeus serão enormes;

2 - **Qualidade dos programas dos subdesenvolvidos:** os países subdesenvolvidos devem seguir à risca os preceitos monetaristas do FMI, sem gradualismos e sem buscar bodes expiatórios no exterior para seus próprios problemas;

3 - **Voluntarismo:** tanto os governos dos países industrializados quanto os banqueiros internacionais devem promover mudanças legais em seus próprios países, necessárias à administração correta dos problemas da dívida dos subdesenvolvidos;

4 - **Solidariedade internacional:** é preciso que haja um movimento de todos os países – industrializados e subdesenvolvidos – no sentido de redu-

zir/extinguir as barreiras protecionistas internas, além de medidas de natureza fiscal nos países industrializados, para controlar o aumento das taxas de juros e inflação.

Em nenhum momento do seu pronunciamento, o sr. Camdessus, repetindo o sr. Brady, apresentou sugestões, programas ou uma palavra de esperança para os povos dos países subdesenvolvidos, no sentido de retomar o processo de desenvolvimento, via novos investimentos. Também não disse uma palavra sobre medidas necessárias nos países industrializados, relativamente aos seus gigantescos déficits orçamentários e ao corte de subsídios internos dados ao sistema produtivo.

#### Insuficiências do Plano Brady

Em suma, o Plano Brady não se dirige aos países subdesenvolvidos com a indicação de medidas concretas para o crescimento e progresso necessários à superação da miséria, marginalidade e indigência cultural.

O Plano Brady visa, prioritária e exclusivamente, a impedir que a crise de insolvência dos países pobres atinja os países ricos, e busca fórmulas para manter o fluxo de rendas, via sistema financeiro, dos subdesenvolvidos para os industrializados. Ao crescimento dos países industrializados nos últimos sete anos, correspondem a estagnação e retrocesso econômico e social dos subdesenvolvidos.

A indicação do *open market*, como instrumento importante na rolagem da dívida (reescalonamento/refinanciamento) indica a principal preocupação do sr. Brady: a continuação do processo de endividamento de natureza puramente financeira.

A modificação das normas e regulamentos contábeis e fiscais, para o sistema bancário dentro dos países industrializados, reflete suas preocupações em conservar a imagem de empresas estáveis para a banca internacional, que, com seus elevados lucros, poderá continuar a manter seu papel de gerador dos recursos necessários à cobertura internacional dos déficits orçamentários e da balança comercial de seu próprio país.

A chamada específica do Japão para



Takeshita: Japão na berlinda

**“A estabilidade do sistema financeiro internacional é fundamental para os próprios Estados Unidos, na medida em que poderão manter inalterada sua política de déficits orçamentários e na balança comercial, transferindo ao resto do mundo, e em particular para os países subdesenvolvidos, o seu próprio processo inflamatório, via sistema financeiro, com a manipulação das taxas de juros e emissão de títulos de seu governo”**

colaborar nessas atividades é um recado para as autoridades japonesas sobre sua atual situação: é um grande investidor internacional, com recursos gerados fundamentalmente dentro do mercado norte-americano, por isso mesmo dependente, em parte, das decisões das autoridades norte-americanas. Além do mais, o Japão necessita das matérias-primas dos países subdesenvolvidos.

Ao FMI/Bird, ele indica o papel de principais instrumentos na manutenção do equilíbrio precário da finança internacional. Para isso, devem desvestir-se de preconceitos; aumentar seus fundos para aquisição dos títulos dos países subdesenvolvidos no mercado secundário; fornecer garantias paralelas à

banca internacional, de que os reescalonamentos/refinanciamentos, se não pagos pelos subdesenvolvidos, serão honrados pelas instituições; cofinanciar as operações de reescalonamento/refinanciamento, reduzindo os riscos da banca internacional face à dívida dos subdesenvolvidos; monitorar as políticas econômicas dos subdesenvolvidos, dentro da política de ajustamento externo, de forma a continuar a obterem saldos nas suas balanças comerciais, necessários ao pagamento do serviço da dívida.

Nesse sentido, preferem as autoridades norte-americanas reduzir os ganhos da banca internacional a curto prazo, em benefício da continuação da política de rolagem da dívida: optam pela segurança e liquidez do processo, em detrimento de sua rentabilidade.

Aos subdesenvolvidos, diz que, embora reconheça seus sacrifícios, que esperem e cumpram, enquanto esperam, as normas traçadas pela banca internacional e FMI/Bird.

A incógnita maior são os países europeus. O envolvimento desses países no Plano Brady vai depender da participação de seus bancos na dívida dos subdesenvolvidos. Ela é desigual e variável, no conjunto dos países da Comunidade Econômica Européia. Será muito difícil que aceitem transferir para seus povos uma parcela dos ônus das perdas da banca internacional.

Não há que se esperar um programa concreto de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, a partir do Plano Brady. Refletindo os problemas e as angústias dos Estados Unidos e da banca internacional, ele busca solucionar os problemas do sistema financeiro internacional, via operações de natureza puramente financeira.

A dívida externa brasileira – assumida via operações de natureza puramente financeira – se aceita as regras do Plano Brady, continuará a ser o principal entrave à superação da miséria e indigência cultural de nosso povo. ●

\* Luiz Fernando Victor, economista, é professor da Universidade de Brasília. Ele foi também o autor de “Dívida externa: 165 anos de sangria de recursos desviados do desenvolvimento nacional”, matéria de capa da edição nº 118 de *terceiro mundo*.

\*\* As informações básicas da matéria foram colhidas dos pronunciamentos dos srs. Brady e Mulford e dos periódicos “Jornal do Brasil”, “Gazeta Mercantil” e “Correio Braziliense”, em diversas datas.

# Um país sem débito

Os romenos liquidaram sua dívida externa no final de março último, avançando alguns prazos, e intensificam o ritmo de ambicioso projeto de desenvolvimento, que vem alterando a face econômica e social do país, através de sucessivos planos quinquenais

Heitor Campos

Por ocasião da reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista Romeno, que teve lugar de 12 a 14 de abril passado, o presidente Nicolae Ceausescu definiu o pagamento da última parcela da dívida do país como o mais brilhante resultado do trabalho do povo e como expressão da vitalidade da economia romena, uma vitória na consolidação da sua independência econômica e política.

É a primeira vez na história que a Romênia se vê livre de obrigações financeiras externas, indiferentemente da natureza destas (tributos, reparações, dívidas), tendo ainda créditos a seu favor, no total de 2,5 bilhões de dólares. A nova situação lhe possibilita orientar todos os esforços em proveito próprio e permite estabelecer, de maneira independente, uma firme linha política de desenvolvimento.

Por outro lado, com a liquidação da sua dívida externa, a Romênia tem agora uma posição única no plano internacional, segundo a avaliação das autoridades de Bucareste, numa fase em que as dívidas de vários países continuam crescendo e, ao mesmo tempo comprometendo — por causa do pagamento dos juros — os esforços de vários Estados, especialmente dos países que se encontram em vias de desenvolvimento. A dívida externa destes países ultrapassou, em conjunto, 1,3 trilhão de dólares. Os países endividados são obrigados a realizar pagamentos na conta da dívida, maiores do que os créditos novos recebidos. Desta forma, os países pobres estão financiando os países ricos.

A Romênia recorreu ao rescalonamento do pagamento de uma parte das suas amortizações, vencidas em 1982 e 1983, e a um acordo com o FMI, que estabeleceu a abertura de linha de crédito de aproximadamente 1,5 bilhão de dólares (utilizável em três quotas anuais). Além disso, adotou medidas com respeito a realinhamento dos preços, reordenamento das importações, câmbios ao nível dos juros na economia, modificações progressivas na paridade da moeda nacional, o leu, no comércio exterior e nas operações não-comerciais (turísticas).

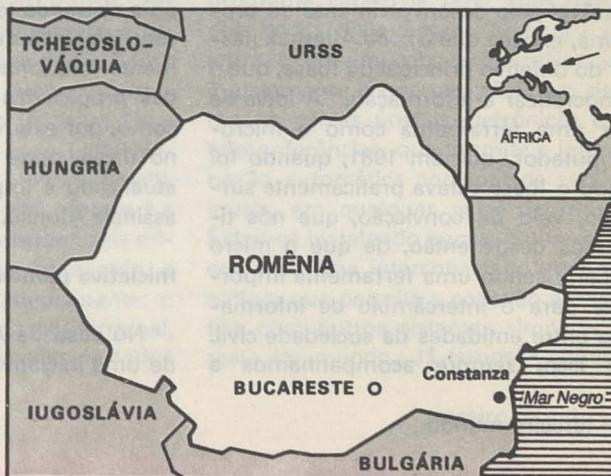
Pontual com os pagamentos desde 1984, como consequência do esforço mantido o país renunciou à última parcela do crédito do FMI e tomou, naquele ano mesmo, medidas para dinamizar o seu desenvolvimento econômico: foram reduzidos os juros na economia e consolidada a paridade da moeda nacional, aos níveis existentes antes do acordo com o FMI. Nos anos seguintes, a Romênia passou a realizar alguns pagamentos adiantados, para realizar o objetivo proposto de liquidação da dívida externa ainda no quinquênio 1986-1990. A redução progressiva, até a liquidação da sua dívida externa, foi possível pela obtenção, a partir de 1981, de importantes superávits na balança comercial.

No espírito dos conceitos básicos da estratégia econômica romena, o programa de desenvolvimento do país, nos anos 80, foi baseado no incremento mais forte dos esforços próprios e no fortale-

cimento da colaboração mutuamente vantajosa com outros países.

Testemunhos do fato de que, nos anos 80, o desenvolvimento do país continuou auto-sustentado, mesmo sob as condições da liquidação da dívida externa, são a concessão, no período, de mais de 2.000 bilhões de leus (mais de 200 bilhões de dólares), para investimentos; o crescimento da produção industrial em mais de 50% e, aproximadamente na mesma proporção, da produção agrícola; o aumento da retribuição média em aproximadamente 50%, assim como das alocações para filhos, em 70%, e, em 44%, dos gastos sociais por habitante. Neste período, desenvolveram-se amplos trabalhos industriais, agrícolas e de interesse nacional, e foram construídos mais de um milhão de apartamentos. Destacam-se, ainda, obras como o Canal Danúbio-Mar Negro e Poarta Alba-Midia-Năvodari, o metrô bucarestino e a normalização do rio Dimbovita, além de amplos trabalhos de modernização da capital do país.

Em geral, a Romênia conseguiu guardar, no atual decênio, um ritmo relativamente elevado de desenvolvimento (sensivelmente superior aos parâmetros internacionais dos anos 80) e, depois do período de consolidação, representado pelo quinquênio passado (1981-1985), os programas de desenvolvimento do país conheceram uma nova ofensiva, voltando aos ritmos auto-sustentados de crescimento econômico. Sobre tal base, a Romênia planeja passar, no quinquênio em curso, a um novo estágio econômico, de país socialista com desenvolvimento médio — passo decisivo para alcançar o estágio superior de país socialista multilateralmente desenvolvido, até o final do século. ●



# As ONG na corrida tecnológica

Colocar as tecnologias de ponta a serviço da sociedade civil foi a meta que inspirou um projeto pioneiro de comunicação baseado na micro-informática e desenvolvido com "software" brasileiro

Micaela Ramada

A interconexão de mais de vinte mil entidades sem fins lucrativos, no mundo inteiro, a custos operacionais dezenas de vezes mais baixos que os meios convencionais, como o telex ou as chamadas telefônicas internacionais, já não é mais um sonho futurista. Desde o mês de julho está em operação, no Brasil, um projeto pioneiro, na América Latina, de comunicação de dados através de microcomputadores, interligados entre si por linhas telefônicas e por um *nodo* (um micro de alta capacidade) central, gerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase, "pai" do projeto e responsável pelo seu *software* (programa).

O nome dado pelo Ibase ao projeto foi Alternex, tomando o conceito-chave, que é o de criar uma rede alternativa às já existentes (com fins comerciais) de comunicação de dados. O coordenador-executivo do Ibase, o economista Carlos Afonso, idealizador do projeto e responsável pelo desenvolvimento do programa, explica que o *nodo* Alternex nasceu do objetivo principal do Ibase, que é democratizar a informação. "A idéia de usar uma ferramenta como o microcomputador, que em 1981, quando foi criado o Ibase estava praticamente surgindo, veio da convicção, que nós tínhamos desde então, de que o micro acabaria sendo uma ferramenta importante para o intercâmbio de informações entre entidades da sociedade civil. Por isso, sempre acompanhamos a

evolução dessa maquininha e o desenvolvimento, a nível mundial, dos meios de comunicação de dados", assinala Carlos Afonso.

Mas, até pouco tempo atrás, o Brasil - que na área da micro-informática é um dos países mais avançados da América Latina - não tinha meios técnicos para fazer que dois micros pudessem ser ligados entre si, para transmitir informação de um para o outro.

"No entanto - explica o coordenador-executivo do Ibase - o país evoluiu muito. Hoje existe, por exemplo, uma rede da Embratel, a Rede Nacional de Pacotes-Renpac, que permite fazer a ligação entre dois micros, de qualquer lugar do Brasil, a custos muito baixos."

Com a rede Renpac, usando-se o teclado de um micro, pode-se transmitir um texto qualquer (arquivo de dados, lista de endereços, etc.) a um outro micro, em qualquer ponto do país. E não só dentro do Brasil. Pode-se fazer uma ligação entre dois micros por via telefônica e transmitir textos entre esses dois micros, estando um aqui e outro na Califórnia, por exemplo. Os custos são 40 ou 50 vezes mais baixos do que o telex ou a chamada telefônica, por voz. "Isso, sem falar nas outras vantagens, diretamente relacionadas com as possibilidades propiciadas pelos próprios micros, como, por exemplo, ter o texto gravado no disco, onde ele pode ser reescrito, atualizado e impresso imediatamente", assinala Afonso.

## Iniciativa pioneira

No caso da América Latina, trata-se de uma iniciativa pioneira, tanto no uso



Afonso: micro na batalha da informação

do micro como ferramenta de apoio ao trabalho das associações da sociedade civil, como na questão da comunicação. A iniciativa do Ibase começou a tomar corpo em 1985, quando, a nível internacional, surgiram várias outras, como a que resultou na formação de uma rede, que usa basicamente micros para conectar entre si entidades que lidam com documentação, o chamado Interdoc. "Trata-se de uma rede que surgiu em Roma, como iniciativa do Idoc, uma organização não-governamental dedicada à documentação, e que hoje inclui entidades da América Latina, Canadá, Europa, Ásia, África, etc., com alcance mundial.

O Interdoc foi o primeiro exemplo de ligação entre organizações não-governamentais através dos micros. Mas, existem outros, como o PeaceNet e GreenNet, que são geridas por grupos pacifistas e ecologistas, que se reuniram para utilizar essa tecnologia sofisticada e, assim, viabilizar campanhas internacionais, em favor das causas que defendem", diz Afonso. A sede da GreenNet está em Londres e a do PeaceNet na Califórnia.

Dessa forma, através das redes GreenNet e PeaceNet, os militantes das causas pacifistas e ecológicas "têm condições de fazer circular, com grande rapidez, informações ou denúncias sobre acidentes e desastres ecológicos, ou de levar adiante mobilizações internacionais contra o militarismo, por exemplo". Em 1988, o Ibase juntou o seu projeto ao deles.

"O objetivo é conectar pessoas. O micro é a ferramenta. E existem formas técnicas de aumentar a eficiência da conexão: ao invés de cada micro estar equipado com uma série de dispositivos, para comunicar-se diretamente com qualquer outro micro que disponha

dos mesmos dispositivos (que são caros), é possível fazer com que um micro possa 'falar' com outro, utilizando um terceiro micro, que serve de estação de recepção e repasse de informação. É como se fosse um correio central, receptor e distribuidor de mensagens. Esse é o que a gente chama, para abreviar, de *nodo*", explica Carlos Afonso.

#### Rede de *nodos*

A idéia que nasceu com o PeaceNet foi formar, a nível mundial, uma rede de *nodos* centrais, que podem "falar" entre si. Assim, quando alguém envia uma mensagem para um dos *nodos*, o receptor escolhido tem condição de repassar a mensagem para qualquer outro micro ligado a um *nodo* da rede. A experiência pioneira da rede Interdoc usa um único *nodo*, em Londres, o chamado GeoNet, que é comercial.

"A tecnologia existia, mas não estava nas mãos de organizações não-governamentais, capazes de fazer um projeto sem fins de lucro", assinala Afonso. "Com o PeaceNet, o GreenNet e, agora, com o Alternex, estamos democratizando os *nodos*. Toda a tecnologia é repassada e colocada à disposição das entidades da sociedade civil. Nessas bases, também foi instalado um serviço semelhante ao que existe na América Latina, o da Nicarágua, usando a tecnologia desenvolvida na Califórnia e em Londres. E, no Brasil, usando a tecnologia do PeaceNet e a que o Ibase já vinha desenvolvendo. Agora, essa tecnologia vai ser usada em outros lugares, como Toronto, no Canadá e Estocolmo, na Suécia."

Os programas utilizados no sistema Alternex não se encontram comercialmente à venda. Dessa forma, com a instalação no Rio de Janeiro da rede gerida pelo Ibase, qualquer usuário que disponha de um micro pode conectá-lo à Renpac, e, através dela, à rede Alternex.

O Ibase já fornece um serviço de correio eletrônico (que permite ao usuário intercambiar mensagens com qualquer outro usuário da rede, transferência de arquivos, murais eletrônicos (onde podem ser deixadas mensagens de utilidade pública, como datas de

eventos, etc.), bancos de dados e teleconferências (diálogos entre vários usuários, sobre temas combinados previamente, etc.). Teoricamente, é possível expandir a rede indefinidamente, à medida que a demanda de novos serviços se faz necessária", lembra Carlos Afonso.

Qualquer instituição pode instalar um banco de informações sobre um tema dado no Alternex. Para isso, é suficiente colocar mais um micro na rede, com o banco de dados, e todo usuário desse sistema poderá consultá-lo. Assim, a rede pode se expandir modularmente. "Esta é a grande vantagem da tecnologia que nós estamos usando".

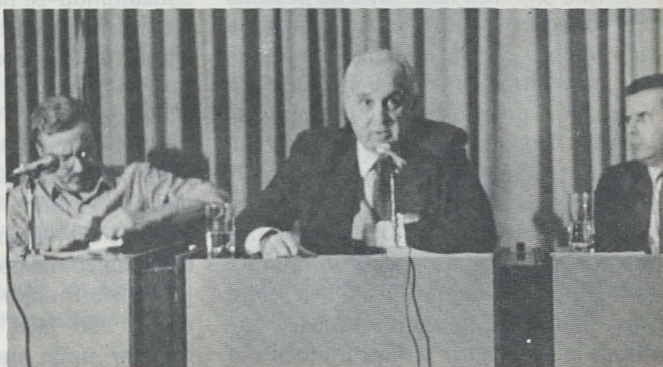
#### Um sistema em expansão

O primeiro banco de dados que entrou na rede Alternex foi o Sistema de Dados sobre a Aids-SIDSA, desenvolvido pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids-Abia. Qualquer pessoa que o consultasse recebia informações básicas sobre a questão da Aids no Brasil: notícias, eventos, dados estatísticos e locais para atendimento.

"Depois, nós instalamos no sistema um outro serviço, que chamamos de RBBS, que vem do inglês *remote bulletin board system*. É um mural eletrônico, onde cada usuário conectado pode mandar mensagens, que ficam lá para todos lerem", diz o coordenador-executivo do Ibase. Já utilizam o RBBS Alternex, para troca de mensagens e arquivos de dados, entidades como Desco (Peru), Ilet (Chile), Idoc (Roma), Cader nos do Terceiro Mundo (Brasil e Uruguai), Foro (Colômbia), locu-Lac (Uruguai), Parc (Japão) e Unicef (Brasil). Outro serviço que o sistema oferece é a conexão direta entre quaisquer dois micros, ou mais (até oito, atualmente, e em breve, até 16) simultaneamente: o que uma pessoa digita no seu terminal, sai instantaneamente, na tela de todos

os outros. É o que se chama de 'teleconferência simultânea' *on line*. Esse serviço é tão inovador que sistemas comerciais, como o GeoNet, não o oferecem. "Essas teleconferências - explica Afonso - são organizadas previamente: elege-se um moderador (tudo isso pelo teclado do micro), o iniciador da conferência, etc.. O moderador pode fazer com que ela seja restrita a alguns usuários, ou aberta a todos os interessados no tema em questão."

Um outro serviço que já funciona é um embrião de bancos de dados por as-



O Itamarati (ao centro, o emb. Leite Ribeiro) apoiou o projeto

suntos. "Para isso, colocamos no *nodo* o nosso banco de dados de notícias publicadas pela imprensa brasileira, separadas por dia. Então, a pessoa interessada pode ler as notícias do dia que desejar da imprensa brasileira de circulação nacional."

Mas, há ainda mais: "Os serviços oferecidos antes careciam de algo fundamental, da conexão automática com o exterior. Vamos supor que uma organização não-governamental no Peru decida instalar um sistema semelhante. Nós não tínhamos desenvolvido um programa capaz de fazer com que os dois *nodos* dialogassem. Mas, aí é que entra o acordo com o PeaceNet: isso é justamente o que eles têm, um sistema de caixas postais eletrônicas e de teleconferências, que permite a interconexão automática com outros serviços iguais, em qualquer parte do mundo. Estamos instalando agora, no Ibase, um outro sistema interconectado ao nosso antigo, que permite a conexão automática com outros sistemas similares no resto do mundo. Já temos - continua



O prof. Zuhair Warwar (c) explica, em seminário, ação de colaboração da ABC

Carlos Afonso – conexão direta com o PeaceNet, com o Nicarao (Manágua), com o GreenNet, com o WEB (Toronto), e com o FriedsNet (o PeaceNet sueco), em Estocolmo”.

O que significa isso? Que as pessoas que conectam seus micros ao sistema Alternex, no Brasil, podem se comunicar com outros micros conectados em quase todo o resto do mundo, pois todos esse *nodos* servem a mais de 20 mil entidades e indivíduos do mundo inteiro. Essa conexão já era possível antes, via a Rempac, da Embratel. A Rempac está conectada com o resto do mundo. Mas, tem tarifas comerciais. E fica muito caro. A interconexão entre *nodos* é otimizada para reduzir tarifas. Enquanto a transmissão internacional de uma página de telex custa entre cinco a dez cruzados novos, ela custa cinco ou dez centavos, se transmitida por essa rede”, explica o coordenador do Alternex.

#### Servir a sociedade civil

A formalização do projeto Alternex teve apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-Pnud e do Cesvi, uma ONG italiana. Como todos os outros projetos das Nações Unidas, requereu a aprovação formal do governo brasileiro, através da Agência Brasileira de Cooperação-ABC, o que permitiu a importação de certos equipamentos especiais para a operação do sistema de comunicação.

No momento, o Ibase está convocando outras organizações não-governamentais-ONG para participarem do projeto, dentro do espírito de democratizar a informação. “Nós criamos com imenso esforço, o Alternex, e buscamos entidades no Brasil, que nos ajudassem a melhor utilizar esse serviço”, explica Afonso. Por isso, foi criado o Conselho Consultivo do Alternex, constituído por várias ONG (Fase, PTA/Fase, Inesc, Iser,

ILF, CPT, Agen Cepis e CCLF) que constituem, junto com o Ibase, o grupo de gestão da chamada Rede Alternex I. Essa rede deverá estar em funcionamento definitivo a partir de 17 de julho, constituindo-se na primeira rede-piloto, via microcomputador, de ONG brasileiras. Outras redes similares poderão operar no futuro, também com base no Alternex.

“É óbvio que esse sistema tem um processo de aprendizado. As entidades têm que aprender para que serve, qual a importância de poder se comunicar com cerca de 20 mil pessoas e grupos interligados no mundo todo, sem fins de lucro. É tão fácil, através do Alternex, mandar uma mensagem do Rio para São Paulo, como do Rio para Tóquio. Isso abre um mundo de possibilidades: troca de informações, denúncias, elaboração de textos conjuntos, conferências permanentes, sem sair de casa ou do escritório, nas mãos de entidades da sociedade civil”, afirma Afonso.

Com o valioso apoio do Institute for Global Communications-IGC, operador da rede PeaceNet, foi possível se instalar o sistema na Nicarágua. Hoje, é possível a comunicação com a Nicarágua a partir do Rio, da mesma forma como com a Califórnia. Em ambos os casos, são as redes que se comunicam entre si. “Não há dúvidas de que se trata do começo de algo com grande potencial”, afirma o economista do Ibase. Por enquanto, são esses seis sistemas (Califórnia, Manágua, Rio de Janeiro, Toronto, Londres e Estocolmo) que compõem o grande projeto-piloto. Mas, já existem possibilidades de apoio, através das Nações Unidas, para se instalar novas redes na América Latina e também ao longo do continente africano, onde ainda não há nenhum sistema desse tipo. Para Carlos Afonso, “as possibilidades são ilimitadas. Nem consigo imaginar até onde podem chegar”.

## CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

**Diretor Geral:** Nelva Moreira  
**Diretor Geral Adjunto:** Pablo Piacentini  
**Editora:** Beatriz Bissio  
**Sub-editores:** Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

**Conselho Editorial Internacional:** Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

**Redação Permanente:** Cláudia Nelva, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

**Correspondentes:** Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

**Colaboradores:** Adrián Soto (Finlândia), Alberto Maríantoni (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narali Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selsler (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbet de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theodoros dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumuclo (Líbano) e Adam Keller (Israel).

**Departamento de Arte:** Pedro Toste (editor), Reginaldo Caxias. **Colaboradores:** Adérito Gusmão, Davye Vitória e Guilhermina Ierecô. **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Sônia Lana Drum, Yara Alexandrino R. C. Menezes, Walmyr Peixoto da Silva. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Ditador:**

João Carlos de Farias Guerra. **Composição:** Luzia A. Nelva e Paulo Rui G. Batista. **Secretária de Redação:** Jozira Salgado Santos. **Revisão:** Cléia Márcia Soares.

**Administração:** Henrique Menezes. **Comercial:** Rafael Peres B. Filho. **Circulação e Assinaturas:** Mauro Mendes – Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 104-105 – Tel. Assinaturas: 252-7440.

#### EDIÇÕES REGIONAIS:

##### • Edição em Português:

**Diretor:** Nelva Moreira/**Editor:** Procópio Mineiro.  
**Editor Assistente:** Antônio Carlos da Cunha.  
**Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)

##### Sede de Lisboa:

**Diretor:** Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. – Calçada do Combro, 10 / 1º andar – Lisboa, 1.200  
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

##### • Edição em Espanhol

**Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul**  
**Diretor:** Roberto Bissio  
**Assinaturas:** A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461 / Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai – **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

**Distribuição na Argentina (em livrarias):** Ediciones Colihue – Buenos Aires – Argentina

##### • Edição em Inglês:

**Editor:** Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo  
**Correspondência:** Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP: 20241 – Rio de Janeiro / Brasil – Tels. 222-1370/242-1957 – Telex: (021) 33054 CTMB-BR  
**cadernos do terceiro mundo** utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFI (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ile-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Reuters.

ISSN – 0101-7993  
Capa: Pedro Toste

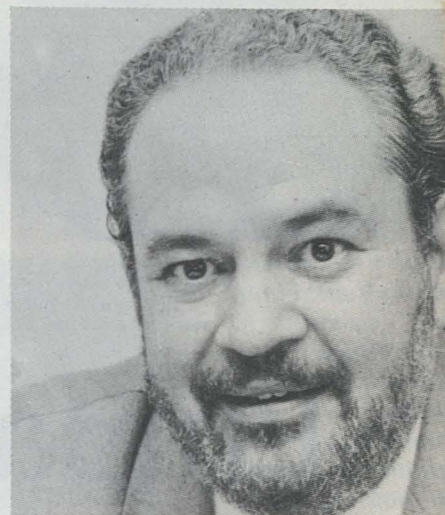


# SUPLEMENTO BRASIL

**O**s ceramistas procuram organizar-se no Rio de Janeiro (p. 63), num movimento que expressa um revigoramento de uma das mais antigas formas de arte manual do homem, a que trabalha o barro como utilidade e expressão estética



**A** pequena empresa é o suporte da economia, mas as políticas oficiais não a contemplam como seria necessário — reclama o presidente da Flupeme, Benito Paret (p. 51). São os negócios menores que mais ofertam empregos no país, mas a orientação da política econômica é a de facilitar a vida dos grandes grupos, estimulando a oligopolização e a concentração da riqueza. Benito prega a democratização da economia



**O** Clube de Engenharia assumiu a luta de defesa da Petrobrás, congregando diversos setores que pedem o revigoramento da principal estatal brasileira, símbolo das lutas nacionalistas que permitiram o surto industrial do país. No centro do debate sobre a condução da economia, a Petrobrás demonstra hoje a necessidade de se impedir o desmonte do Estado, para que o desenvolvimento brasileiro possa ser retomado e se faça numa linha de preservação da soberania nacional. É o tema da matéria de capa (p. 48), que mostra a importância que terá o voto, em 15 de novembro, para definir o futuro brasileiro



A Osmarino cabe agora liderar a luta pelas reservas extrativistas



# Empate no seringal

O sucessor do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes, Osmarino Amâncio Rodrigues, fala a "terceiro mundo" sobre a luta que se desenvolve na Amazônia e que tem hoje no Acre o seu maior símbolo

Bill Hinchberger

A repercussão mundial da morte de Chico Mendes mudou pouco a vida diária dos seringueiros acreanos, envolvidos numa luta de vida e morte pela preservação de seu meio de vida: a mata e as seringueiras. Episódio inconcluso da ampla guerra que se trava pela posse da terra no país, a batalha dos seringueiros mistura a questão fundiária e a ecologia, e permanece no ponto em que estava há oito meses atrás, quando Chico Mendes foi emboscado e morto: líderes camponeses estão ameaçados de morte, jagunços continuam rondando, e se impõe a necessidade de empatar — no sentido popular de atrapalhar, impedir — a derrubada das matas.

O sucessor de Chico Mendes à frente do movimento dos seringueiros, Osmarino Amâncio Rodrigues, não acredita em solução próxima para o conflito e

descreve, até mesmo, que os responsáveis pelo assassinato de Chico Mendes venham a ser punidos, "exceto um ou dois pistoleiros". Na entrevista do líder seringueiro, abaixo, a descrição simples, mas de cores fortes, de um drama social que se desenrola nas matas distantes, mas cujo sentido repercute no coração do Brasil.

## Sessenta mil expulsos

*Osmarino, às vezes você deve pensar: "Basta. Eu quero uma vida normal, sem ameaça de morte, uma vida mais tranquila".*

— Chega a vontade de largar tudo. Mas, devido ao tempo de trabalho que nós já temos e nosso compromisso, não temos como largar. Já vai para 20 anos esta luta horrorosa, a briga pela posse. Nós estamos na terra e eles querem nos tirar. Os fazendeiros eliminaram, desde a década de 70, mais de 100 pessoas em toda a região — Acre, Rondônia etc.. Hoje, eles podem até comemorar. Eles

conseguiram jogar para Bolívia mais de 60 mil pessoas — conseguiram expulsar, queimar casas, fizeram as piores barbaridades. Mas, hoje é difícil para eles fazer isso, o pessoal é muito organizado. Hoje, eles eliminam as lideranças. Então, dirigente sindical tem pouca chance de vida lá.

A sobrevivência dos 30 mil a 35 mil seringueiros é devida a nossa própria organização. Mas, há outras questões importantes, como a escravidão por dívida, em algumas áreas, além da falta de atendimento médico, educação, escola.

Particularmente, eu não posso sair, porque, primeiro, não tenho para onde ir. Vamos estar lá vivendo com o problema no dia a dia. Ir para São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília — não tem nada lá para mim. Se eu for lá, vou me considerar morto igualmente.

Não, não gosto da forma de vida que eu levo. Eu tenho que andar cercado de polícia, do pessoal. Não tenho privacidade. Tenho que dizer para onde eu

vou. Quando eu chego, tenho que mandar um recado ou telefonar para avisar o pessoal. Se eu atrasar de uma viagem, alguém tem que avisar por que atrasei. Nem eu fico tranquilo, nem o pessoal fica tranquilo - principalmente a minha mãe. Pode-se dizer para ela que está tudo bem, mas ela sabe que não está. Ela pergunta, se não tem outro que possa me substituir no meu serviço. E eu digo que não. Ninguém fica no lugar de ninguém.

Eu me considero um preso. Um preso liberto. Eu não quero ter esta vida. Mas, eu tenho um compromisso com os seringueiros, os ribeirinhos, os colonos no sindicato, e também com os índios. Se eu pudesse, não estaria nesta vida, não - desde que todos meus companheiros sãfsssem daquela situação também.

#### Organizando a defesa

*Como você se envolveu no movimento?*

- Em 1972, por aí, um fazendeiro fechou o nosso caminho para a cidade. Ficamos sem caminho para a cidade. Naquele tempo não tinha sindicato, mas me lembro que meu pai combinou com os outros seringueiros para derrubar a cerca. Fomos lá e abrimos novamente o caminho. Este confronto se deu, quando eu ainda era pequeno.

*Tinha quatorze, quinze anos?*

- Era. Mas, eu achava bonito. Todo mundo foi até a cidade, cercamos o prefeito e ele teve que tomar uma posição, na frente daquele monte de gente. A partir daí, a coisa piorou. Depois nós chegamos até às comunidades de base, em 1973. Passamos a trabalhar nas comunidades de base, discutindo estas questões, como sair destes problemas.

Em 1975, nós fundamos o sindicato, em Brasiléia, o primeiro sindicato do Acre. Chico Mendes foi o primeiro secretário. Inclusive, foi a própria igreja que cedeu o espaço para fazer a primeira assembléia. Em 1976, começaram os empates. O pessoal que deu a idéia dos empates já foi assassinado, como Wilson Pinheiro, Jesus Matias. Começou assim, até eliminarem Chico Mendes. Temos consciência de que mais pessoas serão eliminadas.

*Quem são os fazendeiros que estão na região? Como eles se instalaram lá?*

- Na década de 70, o governo de Francisco Wanderley Dantas fez propaganda para atrair pecuaristas. Até anunciavam que a Amazônia era um vazio demográfico, que precisava ser ocupada, para que houvesse progresso e desenvolvimento. O governo entregou muitas terras para quem estava chegando lá. E davam empréstimos para os fazendeiros, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam. Foi nesta época que chegaram Alvarino, Darli (envolvidos diretos no

**Chico Mendes tornou-se o mártir da causa amazônica e seus companheiros não acreditam que o crime venha a ser realmente punido**



assassinato de Chico Mendes), Coronel Chicão, Joaquim Medeiros.

#### Roubando terras

*Pessoas do sul?*

- Só do sul. Todos os títulos são duvidosos. Eles levavam até advogados do sul, subornavam os dirigentes dos órgãos. E, com qualquer documento, eles conseguiam empréstimos nos bancos. Eles usam de todos os meios para atrair o povo e monopolizar estas questões. Levam o Sérgio Reis (cantor de músicas sertanejas) para fazer show, pela UDR no Acre. Sérgio Reis está comprando fazenda lá no meu município, Brasiléia. Ele é o cantor da União da Desgraça Ruralista, como nós chamamos a UDR.

Estas pessoas têm muito dinheiro e conseguem avançar rápido. Nós não temos a mesma estrutura.

*Você falou de 60 mil brasileiros na Bolívia. Qual é a história deles? Por que eles fugiram?*

- A maioria, foi com a chegada destes fazendeiros na década de 70. Tiveram suas casas incendiadas, pessoas mortas, e outras não tinham como viver. Uma outra parte, foi devido aos projetos de colonização mal dirigidos pelo Incra. Eles lotavam o seringal e levavam para lá um bocado de sulistas. Os sulistas estão adaptados com a agri-

cultura. Já o seringueiro está adaptado à mata. É grande a diferença, para uma pessoa que está acostumada com o sol, acostumar-se com a sombra. Os sulistas pensavam que, ao chegar lá, iam encontrar assistência, como a propaganda dizia no sul.

O seringueiro que recebeu terra não estava acostumado ao sol, e se perdeu. Quando ele plantava arroz ou milho, não tinha onde vender, não

tinha mercado. Ele se viu acuado, pulou para a Bolívia, devido à falta de assistência. O legume dele apodrecia. A borracha não apodrece.

*Você acha que o governo da Bolívia tem uma atitude diferente da do governo brasileiro, a respeito destas pessoas?*

- Não, eu não vejo atitudes diferentes. Há atitudes para pior. Esse pessoal lá é escravizado duas vezes mais. Primeiro, eles não são considerados bolivianos, e não são considerados brasileiros, porque não estavam incluídos no último recenseamento. São considerados sem pátria. E eles pagam impostos altíssimos na Bolívia, para ter o direito de ficar lá.

O ano passado, saiu uma reportagem na "Veja", dizendo que o governo da Bolívia quer repatriar este pessoal. Vai começar na região de 50km da fronteira, que está cheia de brasileiros. Ali não pode morar ninguém. E os brasileiros estão dizendo que não vão sair. Vai ser um problema seríssimo: eles não têm para onde ir.

Nós estamos tentando um encontro com o Itamaraty, com o presidente. Eu já encaminhei um ofício para o consulado lá, para tentar um encontro do Conselho Nacional dos Seringueiros com a representação do governo da Bolívia e do Brasil. O consulado nem me respondeu.

#### Empate: tudo ou nada

*Como é a estratégia contra o desmatamento, o empate? Como funciona na prática?*

- Empate é a proibição para não desmatar. Podemos dizer que existe o empate, mas a forma de fazer é um segredo. O segredo ainda é nossa arma. Ele é feito, dependendo da situação, com 100 pessoas, 200 pessoas. Mas, já aconteceu empate com 20 pessoas. Perguntam, como se enfrentam 80 jagunços com 20 pessoas? Mas, há formas de fazer isto. Eu não falo como se faz, pois pode ser divulgado e (os que querem desmatar) podem atuar de outra forma. Eles ainda não sabem como nós organizamos o empate.

*Mas, pode dizer que vocês ocupam um espaço, para que não seja desmatado?*

- É. Os seringueiros se juntam, tentando convencer quem está desmatando, de que aquela mata não tem que cair. Às vezes, se consegue trazer os peões dos fazendeiros para nosso lado; às vezes, não. Por isso, eu digo que acontecem diversas formas de empate. Nossos números mostram 60 ou 70 empates - mas já houve muito mais. Só agora, que esses seringueiros estão trazendo notícias para nós. Em Xapuri, houve 45 empates, com 15 vitórias. Mas, o que chamamos de vitória é vitória mesmo, porque a parcial não se conta. O que queremos é tudo, tudo a que temos direito.

*Quando apareceu a UDR na região?*

- Piorou demais. Com a chegada da UDR, os fazendeiros começaram a articular melhor. Levaram advogados, para garantir desmates e atuar na justiça. Eles sentiram-se mais seguros, porque a UDR é uma entidade riquíssima. Eles fazem touradas e conseguem muito dinheiro. É a desgraça do seringueiro e do índio.

*A UDR é só mais eficiente no uso de advogados ou também na violência?*

- Além de estarem organizados, eles são muito violentos. Eles assassinam mesmo. Esse pessoal da UDR coordena a violência.

Há as pessoas que apertam o gatilho

**"A UDR é uma entidade riquíssima. É a desgraça do seringueiro e do índio. Além de estarem organizados, eles são muito violentos. Eles assassinam mesmo. Esse pessoal da UDR coordena a violência. Para acabar com essa violência basta ser feita justiça. Mas, para isso, tem que mudar muita coisa"**

- os pistoleiros - e há as pessoas que ficam sem fazer nada, nos municípios, para ver quais são as lideranças dos trabalhadores, os sindicalistas. Aquelas pessoas recebem dinheiro dos fazendeiros, e nós os chamamos de gerenciadores dos crimes, tipo Gastão Mota. Ele fica em Brasiléia, fica em Xapuri, para conhecer todos os dirigentes sindicais. E temos os *pensantes*, que não se metem, as cabeças pensantes, que são os mais fortes - aí está a máfia mesmo, que é onde entram os políticos, deputados, entra o governo, prefeito, maiores...

#### Sem polícia, sem justiça

*Sabendo de tudo isso, vocês com certeza avisam a polícia. Que faz a polícia?*

- Às vezes até abre inquérito, mas não há promotores. Em Brasiléia, há mais de 200 processos arquivados, e não existe nenhum promotor. E os caras se sentem com toda liberdade para matar, porque eles sabem que não vão

ficar presos - só dois ou três dias. Como não há promotor para levar o processo para frente, o advogado vem e solta.

*Que precisa ser feito para acabar com esta violência?*

- Aí é que é, rapaz. Para acabar com essa violência, basta ser feita justiça. E para fazer a justiça, tem que mudar muita coisa - até o sistema político do Brasil, que não funciona como deveria funcionar. Por exemplo, tem um ministro da Justiça, mas o ministério não funciona...

Basta fazer um trabalho de conscientização na própria população, que se deixa levar por qualquer discurso. Enquanto a grande maioria dos trabalhadores não quiser participar das decisões políticas, econômicas e sociais do Brasil, nada vai mudar. Enquanto as coisas continuarem a ser decididas dentro dos gabinetes, nós continuaremos no escuro. Eu vou morrer com a boca cheia de formiga e não vou ver nada mudado.

De qualquer maneira, estamos tentando, mas tem muita gente morrendo por nosso lado. Sempre surgem outros, mas nunca se consegue cobrir direito a ausência do que se foi.

*Mas, se acontecerem estas mudanças sociais, de que você fala, isso vai levar muito tempo. Você acha que a curto prazo não pode ser feito nada para diminuir pelo menos a violência?*

- Tudo pode contribuir, até o telegramzinho de um cidadão para o governo. Mas, isso não muda a situação. Depois da morte do Chico Mendes, os fazendeiros já casaram e já batizaram lá na região. A ida de jornalistas, de advogados, para a região tem contribuído. Tem muita gente do mundo todo de olho nesta situação. Mas, só não aconteceram mais mortes por causa dos cuidados que tomamos e pela sorte, que ajudou.

Talvez a médio prazo, isso tenha consequências positivas. O governo está sendo completamente desmoralizado lá fora. Não está conseguindo empréstimo, trazer dólar para cá. Então, ele é obrigado a fazer algumas coisas - sentar com a gente e discutir, coisa que antes não fazia. Do lado dos fazendeiros, aumentou o ódio em cima de nós.

O fazendeiro não tem consciência política, só da capitalização, de querer mais terra, mais latifúndio.

### Preservar o trabalho

*Quais os objetivos dos seringueiros, com a proposta das reservas extrativistas?*

— Primeiro, a gente não quer o título da terra. Nós achamos que ninguém tem que ser dono da terra: ela tem que ser para quem precisa dela. Achamos que o título tem que ser da União, do Estado, e o usufruto do próprio seringueiro ou da pessoa que está lá. A outra questão é como aproveitar melhor as riquezas naturais que estão sendo devastadas, destruídas. Há muitas riquezas em nossa região. Isto está sendo queimado e nem a população tem conhecimento. Nós achamos que é possível produzir, tanto agricultura, quanto pecuária — não exageradamente, mas para alimentar a população. Os grandes criadores, eles exportam e não deixam nada para a população.

Nós achamos que a reserva extrativista é uma proposta viável, para uma reforma agrária adequada para a região. A pecuária foi provada inadequada para nossa região, como também a agricultura. Os fazendeiros não pagam 2% ou 3% do ICM. O que ainda é sustentável na região é o extrativismo. Tudo que entra é através da castanha, da borracha, do extrativismo. O extrativista paga mais de 40% do ICM para o estado.

Se o governo quiser investir em pesquisas de aproveitamento destas riquezas naturais — diretamente para o índio, o seringueiro, o colono — vai ter um rendimento muito bom, para o estado e para o país. Porque este pessoal produz mesmo. Eles só não produzem mais, porque não têm subsídio e apoio. Não há uma política voltada para nossa região. Há apenas uma política de exportação.

*Críticos da proposta de reservas extrativistas dizem que a idéia é inviável, por causa do preço baixo da borracha e pela maior produção em outros lugares, mesmo dentro do Brasil. Como responder a isso?*

— Do jeito que eles pensam, eles es-

tão até certos. Eles não imaginam é que nós não pensamos assim. Nós também achamos que, se é para lutar só para manter o seringueiro em pé, não se vai para lugar nenhum. Há as grandes plantações, e o governo compra borracha da Malásia, ou seja, dá subsídio para quem compra.

Mas, há condições na região para se trabalhar em culturas permanentes. Existem condições para se fazer bonitas plantações de cacau, guaraná, etc. — sem devastar a natureza. Nós não queremos ficar com a região. Por exemplo, o melhor sorvete da região está vindo da castanha. E lá tem muita castanha. Por

---

**“Se o governo quiser investir em pesquisas de aproveitamento destas riquezas naturais — diretamente para o índio, o seringueiro, o colono — vai ter um rendimento muito bom, para o estado e para o país. Porque este pessoal produz mesmo. Eles só não produzem mais, porque não têm subsídio e apoio”**

---

que derrubar 100 castanheiros? É uma coisa estúpida.

*Já existem algumas reservas. Por quanto tempo estão funcionando?*

— Estão funcionando há um ano. São quatro reservas extrativistas, e há mais 15 áreas em processo. É uma proposta que pegou.

*Há mercado para estes produtos?*

— Sim. Tem gente da Alemanha e outros países querendo fazer compras da produção. Nós nem sabemos que tinhamos condições. Mas, agora também descobrimos o caminho para fazer empréstimos e trazer dólar. (Os que estão no poder) não aplicaram para o desenvolvimento. Nós queremos aplicar aqui mesmo, para a maioria.

*Falando de dólar, qual é a sua posição na polêmica sobre a internacionalização da Amazônia?*

— Nós achamos até legal, que os setores governamentais denunciem isso,

porque eles ficam obrigados também a explicar como entregaram não só as terras, mas como uma série de multinacionais têm vindo de fora para receber grandes concessões na Amazônia, sem terem servido para o desenvolvimento da população. Eles sempre colocaram imposições para nós; hoje, nós estamos colocando imposições para eles também. Nós temos condições de discutir com o Banco Mundial-Bird, com os bancos. Além do fato de que eles não aplicam o que devem aplicar, eles estão destruindo o meio ambiente.

*Faz parte deste processo uma aliança com os Índios. Mas, historicamente, as relações não eram tão boas. Havia até confrontos...*

— Aliança, casamento, é feito em cima de objetivos. E hoje a União dos Povos da Floresta está fazendo isso: os dois lados estão vivendo os mesmos problemas.

Houve conflitos no passado, mas nenhum dos dois sabia que alguém estava jogando um contra os outros. Hoje, a gente descobriu que os patrões da época faziam a doutrina deles, de modo que o seringueiro pudesse odiar o índio. E ao mesmo tempo, jogava os Índios contra os seringueiros. Isso ainda não acabou, em algumas áreas. Mas, esta aliança é exatamente para acabar com isso. Hoje se faz encontro de seringueiro e índio, juntos, e não tem perigo, cada um respeita o outro. Vamos manter esta aliança. Vai ser uma aliança que nunca vai enferrujar, vai sempre brilhar.

*Que está acontecendo no processo sobre o assassinato do Chico Mendes?*

— Está indo muito lento, e as principais pessoas — João Branco (representante da UDR no Acre), Aragão — não vão ser chamadas para depor. As autoridades estão com medo, porque, se eles forem intimados, vão abrir a boca. Não estamos acreditando que todos os envolvidos na morte do Chico venham a ser punidos. O grupo que comanda não vai pagar pelo crime que cometeu. A gente está denunciando isso agora, para que, depois de condenarem um ou dois pistoleiros, eles não apareçam, dizendo que a justiça foi feita. ●

# O VOTO **CONTRA** A CRISE

Procópio Mineiro

**V**em de longe o conflito entre o público e o privado no Brasil. Mas, a crise econômica, generalizada dos anos 80, tornou aguda sua discussão e põe o tema, no curso da campanha presidencial deste ano, como um dos mais polêmicos e importantes, pelos desdobramentos que pode gerar a escolha que vier a ser feita pelo povo brasileiro. A imagem do Estado não poderia estar mais queimada do que atualmente, quando se lhe atribuem qualidades negativas – consideradas inerentes à sua natureza – como ineficiência, custos excessivos, planejamento defeituoso, intromissão constante na economia, gigantismo e uma fatal tendência à falência.

Desvios são apontados, conduzindo para uma única conclusão: a de que se deve deixar a arena econômica nacional entregue à ação privada, desarticulando-se a função estatal, que vem se identificando, no Brasil, ao longo dos últimos 50 anos, com o surto de desenvolvimento. A campanha antiestatal já não poupa empresas de competência comprovada e função vital no desenvolvimento brasileiro, que atuam nos setores de infra-estrutura, como a Petrobrás, Vale do Rio Doce, as siderúrgicas, as empresas do setor de telecomunicações.

A tentativa de desmoralizar as empresas estatais, que hoje têm uma grande capacidade técnica e administrativa, pretende convencer a opinião pública da necessidade de se desprover o Estado dessas molas-mestras do crescimento brasileiro das últimas cinco décadas. E,

**A próxima eleição presidencial vai definir os rumos brasileiros por décadas, e ao eleitor caberá a escolha do caminho contra a crise, incluindo um posicionamento sobre a função do Estado no desenvolvimento: hoje vende-se à opinião pública a idéia de que o Estado atrapalha o progresso. O que está por trás disso e quais as consequências, quando se percebe um esforço quase triunfante de desmontar o Estado?**



Cosenza: o Brasil está muito barato

não só retirá-las da administração do Estado, mas passá-las, com as facilidades possíveis, a grupos particulares...

Será isto bom ou mau para o país? O desenvolvimento brasileiro dependerá mesmo, como prega a nova direita, do desaparecimento estatal como força de empuxo, entre o capital nacional e o capital estrangeiro? Não se estará, ao contrário, criando condições para tornar mais poderosos que o próprio Estado certos grupos empresariais, muitos de-

les associados a interesses externos, o que pode vir a afetar profundamente a possibilidade brasileira de alcançar um estágio de avanço que modifique a posição nacional a nível mundial? São inúmeras as interrogações, estimuladas algumas pelo dramático exemplo de alguns países.

## O Brasil barato

Para o economista Carlos Alberto Cosenza, professor titular da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia-Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, "o governo insiste em demonstrar ineficiência nas empresas estatais, depois de obrigá-las a contrair empréstimos de que não necessitavam, e levá-las praticamente à falência. Criou mesmo um clima artificial de pré-privatização a custo baixíssimo. A questão se torna perigosa, pois o governo associa privatização com conversão da dívida externa. Isto significa que a internacionalização da economia, com a transferência do patrimônio nacional para o exterior, vai se fazer a preço muito baixo".

Na opinião de Cosenza, tudo isso se agrava com o processo de degradação da moeda, na tentativa de dar competitividade internacional aos produtos brasileiros. Tal competitividade vem gerando superávits excepcionais, mas que não trazem qualquer proveito ao país, pois são destinados ao pagamento de juros da dívida externa. "Quer dizer – conceitua o professor – que o Brasil está barato para o exterior e extremamente caro para a sua própria sociedade".

"Nesse campo – continua Cosenza – eu vejo um processo muito pouco ético, já de longa data, do governo em relação

às empresas estatais. Isto não significa que alguns segmentos que o governo detém não possam ser privatizados. Mas, a capacidade do empresariado brasileiro hoje, para comprar empresas estatais, é muito pequena. Na realidade, o programa de privatização é um programa que permite a aquisição de empresas do governo com dinheiro do governo. Ultrafacilidade. E tem mais uma coisa: se não der certo, o BNDES está aí para socorrer. É o famoso hospital que tira os empresários privados do buraco", acentua o economista.

Em sua opinião, se forem privatizadas empresas como Petrobrás, Vale do Rio Doce e Eletrobrás – e não pequenas subsidiárias – o contribuinte brasileiro terá que suportar o socorro sistemático do governo a essas empresas. "Isto, porque ou elas passarão direto ao controle estrangeiro ou ficarão em mãos de frágeis empresários brasileiros, que obrigariam a sociedade a pagar o custo dessa mudança".

### Papel do Estado

"Difícilmente nós teríamos essas grandes empresas, se não fosse a ação do governo. Na realidade – destaca – o capitalismo brasileiro é puxado pelo Estado. Se formos pensar em capitalistas brasileiros, talvez não se consiga meia dúzia de nomes. O capitalismo brasileiro vive do Estado, o que transforma em paradoxo a afirmação de certos empresários, de que o governo tem que cortar gastos".

No momento em que o governo cortar realmente seus gastos, custeios e investimentos, ele jogará a empresa brasileira no buraco, descreve o estudioso. A indústria de bens de capital vive do governo, os grandes empresários e os grandes empreiteiros vivem de obras do governo, sejam estas boas ou más. Na realidade, a infra-estrutura toda que se montou – muitas delas ainda decorrentes do plano de metas de Juscelino, segundo Cosenza – não só precisa ser ampliada, mas mantida pelo governo. A infra-estrutura de produção corre até grande risco, porque, nos últimos três ou quatro anos, não se investiu mais nada.

Ao lado disso, e como agravante do

## Solução política



Maciel: desarmar o complô contra a Petrobrás

"Os investimentos da Petrobrás são vitais para a economia nacional porque retornam totalmente em quatro anos, ativam a indústria nacional, geram empregos, impostos e royalties, e diminuem o déficit público e a dependência do petróleo importado".

A afirmação é do presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás-Aepet, Antônio Maciel Neto, durante o primeiro ato público da entidade, com a participação da OAB, ABI, Clube de Engenharia e diversas outras organizações, com o objetivo de impedir que a atual crise financeira do setor público leve a estatal à falência. "O Congresso", defende Maciel, "deve tomar medidas imediatas para salvar a Petrobrás, patrimônio inalienável dos brasileiros, sem o qual o monopólio estatal do petróleo será letra morta".

Para Maciel, o que existe é um complô do grande capital privado, sobretudo de empresas estrangeiras, contra a estatal brasileira, que sempre desfrutou dos mais elevados conceitos, no mundo dos negócios, no Brasil e exterior, pela seriedade e

pontualidade com que honrou seus compromissos. O deputado federal Paulo Ramos (PDT/RJ) afirma não ter dúvidas de que existe um plano deliberado de destruição das principais estruturas de afirmação da soberania nacional, entre elas a Petrobrás. "Em todos os setores da economia, em que existem empresas públicas sólidas, a filosofia do governo é criar um sistema favorável à privatização".

Alguns números, divulgados na manifestação, mostram o que a Petrobrás representa hoje para o país: a empresa é responsável por reservas da ordem de 7,7 bilhões de barris de petróleo, o que a preços atuais correspondem a 160 bilhões de dólares e permitem sustentar a produção de 1 milhão de barris/dia, por 21 anos; o sistema Petrobrás gera 70 mil empregos diretos e três milhões indiretos, fazendo com que 10 milhões de brasileiros dela dependam. Além disso, a Petrobrás tem 450 mil acionistas e é a 45ª maior organização do mundo, segundo a revista "Fortune" (agosto/88).

A.C.C.

quadro brasileiro, as políticas ortodoxas do governo levaram quase todos os recursos da nação para o mercado financeiro, transformando o país numa espécie de grande cassino.

"Sem a participação do governo, nós não teremos uma infra-estrutura de produção moderna e capaz de sustentar um desenvolvimento, para que o país possa ter alguma independência. Paralelamente a isso – lembra Cosenza – o governo não tem investido na infra-estrutura básica, nos últimos anos. Os primeiros cortes governamentais, feitos no início da década e que prevalecem até hoje, envolveram recursos de saúde, saneamento e educação. Saneamento,

especialmente, foi cortado a zero, porque é um setor pelo qual ninguém luta. A falta de saneamento somente vai ser sentida, quando aquelas doenças já eradicadas na época de Oswaldo Cruz começarem a voltar. Agora mesmo, 12 capitais brasileiras enfrentam um surto de meningite, estão retornando a febre amarela, o impaludismo e, provavelmente, aparecendo novas doenças exóticas, que nós ainda não identificamos, mas que representarão um alto custo social. Para o governo, é muito tranquilo, porque isso não entra nas contas nacionais. Mas, é um pagamento e custa caro depois para se resolver. A economia inadequada que se fez em determi-

cada época – continua – reverte em custo excepcional, não só para a sociedade, mas também para o governo, na medida que lhe cabe resolver os problemas”.

Segundo Cosenza, a realidade brasileira indica que o governo é responsável hoje, na prática, pela infra-estrutura de produção e sua modernização, e lhe cabe papel preponderante na recuperação da infra-estrutura social básica. “Sem isso, esta nação vai ter suas condições agravadas e vai se aprofundar seu perfil de mais uma nação do Terceiro Mundo em péssimas condições políticas, econômicas e sociais”, adverte o professor.

Na argumentação que se desenvolve contra o Estado – e que já se tornou um jargão de alguns candidatos presidenciais, identificados com as elites empresariais que sempre desfrutaram do apoio governamental e têm grande poder de influência sobre o próprio Estado – ocorre um paradoxo, segundo Cosenza. Prega-se a desestatização generalizada, pois este seria o caminho de acabar com o déficit governamental. Mas, pretende-se que o Estado passe a grupos privados somente as empresas públicas lucrativas, isto é, exatamente aquelas que não provocam déficit. Quanto às estatais no vermelho, estas ninguém quer. Ao mesmo tempo, vê-se um esforço de se tornar artificialmente deficitárias as empresas que ostentam lucros, como forma de apressar sua privatização.

“O setor industrial hoje não tem capacidade para absorver nenhuma empresa do governo – acentua o economista. E os empresários procuram aquelas empresas, evidentemente, que dêem lucro. Ora, a empresa que dá lucro é a que diminui o déficit do governo. O governo quer se livrar de empresas para diminuir o déficit, mas os empresários querem empresas lucrativas. Quer dizer, na realidade, que não existe uma posição muito clara com relação a isso por parte dos candidatos a presidente. As proposições são vagas e me parecem muito de interesse político, para agradar certos grupos fortes economicamente, que acabam sustentando certas candidaturas”.

Cosenza diz que o estudo de privatização tem que passar por um planeja-

mento, aspecto da administração que ele entende não estar sendo feito no país há muito tempo. “Este é um país que vem administrando a economia através de decretos-leis, e que hoje procura respaldo em um congresso que, de alguma forma, se mostrou tão frágil quanto os anteriores”.

#### Derrotar as dívidas

Na atual conjuntura, dificilmente o Brasil vai sair da atual situação crítica, sem resolver os problemas das dívidas externa e interna, na opinião do economista. A iminência de se entrar na hiperinflação é definida por ele como fruto de uma série de medidas incompetentes do governo, que se mostrou, até certo ponto, subserviente ao capital internacional. “Isto nos permite fazer uma correlação com o que aconteceu em to-

dos os países que tiveram hiperinflação, e que sofreram este tormento, em meio a grandes dívidas externas e à tentativa de pagá-las”, assinala.

Segundo os seus cálculos, a cada sete anos, o Brasil remete para o exterior, a título de pagamento dos juros da dívida, um total de 100 bilhões de dólares (somente no atual governo, já foram pagos 60 bilhões de dólares), sem que o principal da dívida se altere em praticamente nada.

“Imaginemos – convida o professor – o que, nesse período, estes 60 bilhões de dólares não poderiam ter produzido, em termos de recuperação da infra-es-



Betinho: providências urgentes

## O Estado privatizado

“Temos poucos meses para resistir. Mas, é fundamental tomar providências já, antes que seja tarde. Uma intervenção do Congresso Nacional é mais do que urgente, para que o próximo presidente não tenha que enfrentar, desde o primeiro dia, a visão de um patrimônio destruído, por obra de uma política suicida”.

As palavras são do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase, ao comentar os quatro anos de governo da nova República. Segundo ele, nesse período – em nome da livre empresa, liberalismo e neoliberalismo, condenação da ineficiência estatal, extinção da corrupção e dos marajás, temor ao socialismo e ao comunismo – tem-se levado à prática a destruição e o sucateamento das estatais brasileiras, “patrimônio que qualquer país capitalista sério faria questão de preservar, para o seu próprio bem, e que só um governo descomprometido com a idéia de nação é capaz de destruir”.

Para Betinho, a situação atual do

país teve origem em 1964, quando o Estado foi tomado pelo grande capital, que o modernizou, tornando-o, porém, um aparelho anti-sociedade. O capital, na opinião do sociólogo, sacrificou o povo e se deu bem durante um longo período, graças ao autoritarismo, ao confisco salarial, aos incentivos fiscais, a miséria e ao governo imposto contra o seu próprio povo.

“Foi assim”, continuou ele, “que o capital e o Estado cresceram juntos, internacionalizando nossa economia e privatizando o próprio Estado, para o benefício de poucos. Daí é que surgiram as dívidas interna e externa”. Betinho destaca, ainda, que nos últimos decênios as estatais produziam para o grande capital bens e serviços de alta qualidade, a preços subsidiados. Cooperavam com aço, energia, petroquímicos, telecomunicações, portos, armas, aviões, ferrovias, enquanto as transnacionais ficavam com os lucros e com a fama de eficiência.

A.C.C.



trutura social básica, de modernização do parque industrial brasileiro, de fortalecimento das reservas, dos investimentos em ciência e tecnologia. Se isso tudo tivesse sido feito – até com um acordo internacional – o Brasil seria capaz de pagar muito mais do que está pagando hoje, muito embora se tenha que fazer uma avaliação rigorosa do que realmente o Brasil deve, se é que ainda deve alguma coisa”.

Enquanto a sangria provocada pela dívida externa alcança tais níveis, a dívida interna amarra o governo ao mercado financeiro e tira do Estado a capacidade de investimentos produtivos.

“Estamos vendo o governo oferecer taxas de juros acima de 40% no mercado financeiro, quando já tem uma dívida de NCz\$ 150 bilhões, o que significa que, em dois meses, ele pode dobrar a dívida interna. E se ele dobra essa dívida, os encargos financeiros vão formar um volume extraordinário, refletindo-se no déficit público. A consequência: jogará no colo do próximo governo a hiperinflação”, adverte.

Aponta ainda a necessidade de se qualificar o déficit público, isto é, distinguir, com clareza, a natureza do déficit existente. Na opinião do economista, o déficit público tem sido provocado não por excessos de gastos, mas por más aplicações dos recursos públicos, seja em projetos sem retorno social, seja por priorizar interesses de grupos: “O governo não gasta muito. O que o governo faz é gastar mal. Quando se fala em déficit público e na presença estatal, deve-se entender que o déficit provocado em investimentos na infra-estrutura social básica, como saneamento, energia, transporte, armazenagem, etc., é até benéfico, pois produz um retorno mais do que proporcional ao que foi gasto. É preciso que se entenda que um país sem recursos, sem moeda forte, dificilmente avança no desenvolvimento, sem assumir déficit. O importante, porém, é que os investimentos sejam feitos de maneira adequada”.

Torna-se clara, assim, de acordo com o economista da Coppe/UFRJ, a necessidade de se dar um tratamento mais adequado a essas duas dívidas, para se evitar a crise que se avizinha e permitir que o governo reforce as reservas cam-

biais e diminua sensivelmente as obrigações internas, evitando as emissões maciças que vêm acontecendo a cada mês. “São medidas que recuperariam o país em doze meses, após os quais se poderia pensar num planejamento mais adequado para a recuperação do desenvolvimento econômico do país”, afirma Cosenza.

Para ele, a eventual dureza das medidas necessárias não deve provocar temor de uma crise. “Acho que a crise geral vai ser provocada, se não se tomar nenhuma medida. O mergulho na hiperinflação cria o caos social, que as frágeis estruturas políticas do Brasil não suportariam. Perderiam mais os assalariados, os aposentados e pensionistas de uma forma geral, além dos pequenos negociantes e uma parcela de outros empresários. Sairiam ganhando os

---

**São fortes as possibilidades de que os credores externos acabem por entender que o país tem outras opções, além da alternativa de continuar esvaindo-se em crise, e que demonstrem compreensão quanto a algum programa racional de recuperação da economia brasileira, o que daria ao mundo industrializado um parceiro revigorado**

---

grandes especuladores, que poderiam reverter seus recursos para moeda forte, ativos reais e transferir tais valores para o exterior. Neste grupo, incluem-se os grandes empresários e grandes banqueiros. Já a classe média vai ser praticamente destruída. Na Argentina, por exemplo, quem invade supermercado hoje é a classe média. A nossa classe média nem vai ter tempo de chegar à porta do supermercado. Temos todas as condições para reverter este quadro que se aproxima. O que se precisa é de honestidade, competência e credibilidade”, assinala Cosenza.

Ele acredita que as correções necessárias possam ser feitas através de acordos amplos, tanto no plano interno, quanto no externo – o que envolve a credibilidade governamental. “Os próprios credores internacionais vão en-

tender que o Brasil precisa adotar tais políticas, para que os países desenvolvidos continuem tendo um aliado forte, num país capacitado amanhã até a pagar o que deve, se é que deve alguma coisa. Se eles não entenderem isso, será preciso que o Brasil adote medidas unilaterais. Afinal, não podemos ir para o buraco espontaneamente”.

### Os três caminhos

Restam ao Brasil três opções políticas, para tentar superar a crise. Cada uma delas tem suas correspondentes consequências sociais e econômicas, segundo a avaliação de Cosenza.

A primeira – que ele entende viável – é que o país consiga a compreensão dos credores para um plano de recuperação econômica, “desde que possam entender para onde caminhamos”, o que envolve a credibilidade do governo.

Se o país não obtiver tal compreensão externa, que permita um desafogo nos compromissos que sangram a economia, “vamos, então, passar por uma crise séria, que nos obrigará a adotar outra opção: o país terá de voltar-se para si próprio, aproveitando o cerco externo para desenvolver suas próprias potencialidades, forjando um desenvolvimento autônomo, com tecnologias mais adequadas. Isto não é tão mal assim e outras nações já deram a volta por cima, em situações semelhantes, resurgindo como nações fortes”, lembra o economista.

Uma terceira opção, que complementa a segunda, é, segundo Cosenza, “a possibilidade de criarmos uma comunidade efetiva dos países do Terceiro Mundo e nos integrarmos aos países da América Latina, na criação de um mercado comum, cujo potencial é substancial. Nossas tecnologias não precisariam ser tão avançadas e nos defenderíamos, como bloco, com maior eficiência, dos grupos econômicos do mundo industrializado – o Mercado Comum Europeu-CEE e o novo Mercado Comum Norte-Americano-Canadense. A opção integracionista, no caso latino-americano, depende basicamente do Brasil e Argentina. Essa defesa permitiria que estivéssemos evoluindo, sem nos fecharmos”.

# A lição argentina

**A aplicação de princípios anti-Estado desarticulou a economia argentina e mostrou como interesses de grupos podem fazer regredir uma nação**

A morte do ministro da Economia, Miguel Roig, acrescentou um elemento ainda mais dramático à crise em que se debate a Argentina. Sendo um homem da empresa privada — diretor da Bunge y Born, com uma larga permanência no Brasil, à frente do Moinho Santista, filial daquela multinacional argentina — Roig não conseguira, em reuniões tensas e intermináveis, convencer seus colegas de que deveriam ceder algo, como um tributo à solução do impasse que envolve o país. Não suportou as tensões das negociações.

A política do governo peronista não se baseava apenas no ministro. O substituto, Nestor Rapanelli, também da Bunge y Born, concluiu os entendimentos com os empresários, estabelecendo um tabelamento com duração de três meses, que arrancou de uma escandalosa remarcação de preços, em certos produtos superior a 600%. O desconfortável problema surgido com Rapanelli, acusado pela justiça venezuelana por práticas ilegais de negócios, não modificou o programa de governo, que emana de uma política formulada pelo presidente e não pela decisão pessoal dos ministros. Menem defendeu o ministro, a quem considera um homem probo.

Na Argentina, trava-se acalorado debate sobre a natureza da nova política econômica. Setores peronistas consideram-na em contradição com a sua filosofia. Não é fácil combater durante anos, na oposição, as teses de Alvaro Alsogaray — uma espécie de Roberto Campos portenho — e conviver com ele como consultor econômico do governo. Por outro lado, no seio do poder têm que atuar juntos setores e figuras que divergem profundamente na avaliação da crise e nas possíveis saídas. Um dirigente peronista me perguntava, em Buenos Aires, se era possível confiar

nos cirurgiões que devem operar o doente, se todos eles têm um diagnóstico divergente sobre a natureza da cirurgia. E me indagou: "Você acha que, eleito Brizola, o Delfim Neto ou o Simonsen poderiam ser seus melhores conselheiros?"

## Agora, é sair do buraco

O presidente Carlos Menem, ao que parece, divide o problema em duas etapas: sair do buraco e, depois, ver como reorientar o tratamento do doente. No seu discurso de posse, ele foi claro e até rude, na conceituação da crise, que considerou terminal: "A inflação chega a limites aterrorizantes. A especulação devora nosso trabalho. A produção é, hoje, mais baixa que em 1970. O investimento é negativo. A educação é um luxo, ao qual poucos têm acesso. A moradia é uma utopia do passado. A fome se tornou moeda corrente para milhões de compatriotas. O desemprego é uma enfermidade, que se abate cada vez mais sobre mais amplos setores de nossa comunidade. A culpa é de todos nós. A dor, a violência, o analfabetismo e a marginalidade golpeiam a porta de nove milhões de argentinos".

O panorama é de uma nação profundamente ferida. A inflação, uma dilacerante angústia de cada hora, devora tudo. O comerciante só se interessa em vender até à medida do que necessita para suas despesas imediatas. É melhor ter a mercadoria na prateleira, porque o preço da hora seguinte será seguramente mais alto. A agricultura, até há pouco uma sólida base da economia argentina, sofreu o mesmo desastre, com a produção atingindo os níveis de 1930.

O quadro traçado pelo presidente Menem não é, de nenhum modo, exagerado. Uma pesquisa, realizada pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos-Indec, revelou que, na outrora

opulenta Grande Buenos Aires, 725 mil lares (3.218 mil pessoas) entraram para a categoria de pobres; 68,7% deles são considerados "pauperizados", ou seja, famílias que baixaram suas rendas e já não ganham o suficiente para adquirir a cesta básica de alimentação.

## Unidade nacional

Menem diz que, numa situação tão grave, não há outro caminho, senão o da união nacional, que considera implícita no mandato que recebeu do povo. "O povo argentino votou pela epopéia da unidade nacional", declarou, em seu discurso de posse. Ele sabe que há resistências no peronismo, sobretudo em sua base sindical, e, obviamente, nos partidos de esquerda, a uma política de unidade que inclua liberais e conservadores.

"Muitos companheiros manifestam assombro, ante a generosa convocação que fizemos a todos os níveis de nossa comunidade. A todos eles digo: unidade não significa uniformidade. Unidade não significa confusão", afirma Menem.

Fora do âmbito do peronismo, as opiniões de técnicos e analistas sobre o governo de unidade nacional dividem-se em dois grupos. Há os que consideram essa política um erro, pela impossibilidade de definir-se uma linha homogênea e coerente, com ministros e altos funcionários de pensamentos tão contraditórios. Existem também os que a avaliam como um passo inevitável, com algumas vantagens. Uma delas é que silencia, em uma etapa crítica, a oposição conservadora, que passou a ser co-responsável pelo governo. Outra vantagem é que, no caso de vir o plano a fracassar ou se tornar insuficiente, estará aberto o caminho para uma experiência nova, baseada em urgentes reformas estruturais.

Rapidamente, estaria demonstrado que, mesmo privatizando os telefones ou cobrando pedágio nas estradas, não se resolve a crise. Medidas mais profundas são inevitáveis. Uma delas, já anunciada, será a total reorganização da empresa estatal de petróleo, Yacimientos Petrolíferos Fiscales, que vinha sendo destruída pela desorganização interna e a defasagem dos preços, subsi-

diando os automóveis da classe média, com o sacrifício tributário do povo. O fato de que as privatizações devem ser submetidas ao Congresso amplia as responsabilidades e permite um debate nacional mais objetivo e diversificado.

### O descalabro liberal

Como interpretar o descalabro a que chegou a Argentina? Concentrar todas as iras contra o presidente Raul Alfonsín não seria justo, como incorreto seria absolver o seu governo de responsabilidades pelo que está ocorrendo. Ele encontrou o país já devastado pela incompetência, o autoritarismo e a corrupção que dominaram os governos militares. Mas não conseguiu modificar, pelo contrário, aprofundou esse panorama.

A retórica liberal não se traduziu numa nova política. A iniciativa privada continuou estancada e corroída pela especulação, sem aproveitar em favor do país o amplo domínio que exercia sobre o poder. O país se deixou dominar pela desesperança e a frustração.

O governo dos liberais não enfrentou os centros reais de poder, que controlam a economia e a colocam a serviço dos seus interesses. O mito do êxito do Estado Liberal, baseado na iniciativa privada, evaporou-se. Nunca os empresários foram tão livres para ganhar dinheiro e tão relutantes em servir ao país. Muita gente enriqueceu à custa de desastres econômicos e sociais imensos.

Menem recebeu duas heranças trágicas acumuladas: a dos militares e a do governo do Partido Radical, e procura tourear a crise com a opção da unidade nacional. Para observadores atentos da situação argentina, a unidade pode ser atraente e ter mesmo uma explicação episódica, mas carrega, nas suas entranhas, contradições internas que poderão ser fatais à verdadeira unidade, centrada na análise correta da situação e no ataque direto às causas profundas do descalabro econômico e administrativo. Em outras palavras: atendido o doente no CTI através dos paliativos já indicados, só cirurgias profundas, por profissionais competentes, comprometidos com o interesse superior do país, podem salvar a Argentina e conduzi-la a novo destino. Um governo de unidade

nacional, sem recorrer a esse tratamento definitivo, não funcionaria por muito tempo.

Este quadro não é diferente no Peru, nem no Brasil, no Chile ou no Uruguai.

Em vez de fabricar pretextos para ampliar o domínio da iniciativa privada, o essencial, o desafio maior nesses países é reconstruir o Estado.

Todos os países citados saíram ou estão saindo de longos períodos ditato-



**Menem: a tarefa de reconstruir o país**

riaes, caracterizados pelo predomínio dos interesses privados contra os do Estado. As reformas prometidas nos comícios não foram sequer tentadas ou o foram de maneira incompetente.

O desastre herdado pelo governo peronista enterra o mito predileto dos liberais e conservadores: a liberdade de opções, o predomínio da iniciativa privada, o anti-estatismo. Tudo isso foi aplicado no governo de Alfonsín, com os resultados conhecidos.

Ficou demonstrado que o centro do problema não está no falso dilema estatismo-privativismo, ou na injustificada, mas quase sempre exagerada, pletera de funcionários públicos, aumentando o déficit fiscal. Gigantes estatais, como a Petrobrás, a Siderúrgica de Volta Redonda, a Vale do Rio Doce, a Eletrobrás, no Brasil; Yacimientos Petrolíferos Fiscales, na Argentina, e a Petroperu, no Peru, tiveram e continuam tendo enorme importância no desenvolvimento econômico de cada país. Estão cheias de erros, mas seus problemas resultam, sobretudo, de políticas insensatas ou entreguistas, que visam a demoli-las,

abrindo caminho à iniciativa privada e tentando comprovar incapacidade na gestão estatal.

Só um programa de reconstrução do Estado – o que compreende também a modernização dessas empresas – e não os falsos dilemas apontados, será capaz de fazer a Argentina, o Brasil, o Peru e tantos outros países do Terceiro Mundo retomarem o desenvolvimento econômico e a justiça social.

O presidente Menem não teria dúvidas sobre essa meta, mas deve considerar que o desafio imediato é retirar o doente do CTI, preparando-lhe o organismo para profundas cirurgias. O êxito dependerá de muitos fatores, da corrida entre a crise e as soluções, da confiança popular e da capacidade em convencer empresários – habituados a só pensar no lucro – de que o barco pode afundar com todos.

Passado este momento de trânsito, será inevitável, porém, enfrentar o problema das mudanças, a partir da transformação do Estado. Não há dúvida de que a solução está aí, e é o que o povo espera. Seja na Argentina, como no Brasil, no Uruguai, Peru ou Chile, onde processos eleitorais estão em curso.

As frustrações anteriores resultaram da vitória de forças conservadoras, como na Argentina de Alfonsín, ou das vacilações de governos progressistas, como o de Alan García, no Peru, que recebeu um expresse mandato reformista e não soube ou não pôde executá-lo.

As eleições deste ano no Brasil, Chile e Uruguai, e as do Peru, no próximo ano, oferecem a seus povos oportunidades novas para constituir governos comprometidos com as mudanças e que sejam coerentes, corajosos e capazes de desvencilhar-se dos mitos de um liberalismo econômico que só funciona para os ricos e os poderosos.

O problema central dos nossos países não é substituir o poder público por um conglomerado de empresas privadas, quase sempre transnacionais, mas reconstruir o Estado, modernizado e democrático, no qual a empresa estatal e a iniciativa privada eficazes sejam instrumentos para solução dos problemas nacionais. Aí, sim, o voto será um antidoto da crise.

Neiva Moreira

# A raposa no galinheiro

**Novas retaliações norte-americanas ameaçam as exportações brasileiras, sob a acusação de mau comportamento, no comércio internacional: os Estados Unidos querem dispor de nosso mercado**

Os Estados Unidos, mais uma vez, a exemplo dos outros países desenvolvidos, mostram que devemos ter uma urgente política de proteção e apoio às empresas nacionais, sem o ranço da xenofobia, mas, exigindo, em relação ao nosso comércio com o exterior, a reciprocidade, em todos os setores".

As palavras são do presidente da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional-Cebracan, Luiz Otávio Athayde, ao comentar a decisão dos norte-americanos, que querem aplicar novas sanções econômicas contra o Brasil, alegando que não estão sendo observadas as regras da abertura necessária à comercialização dos seus produtos, em nosso território.

"O problema", assinalou Athayde, "tem que ser analisado sob o enfoque da internacionalização da economia e sua consequência, no mercado industrial brasileiro. A partir daí, buscarmos nosso posicionamento e linha de ação. Só assim, será possível retirarmos o máximo proveito da situação, que se apresenta adversa".

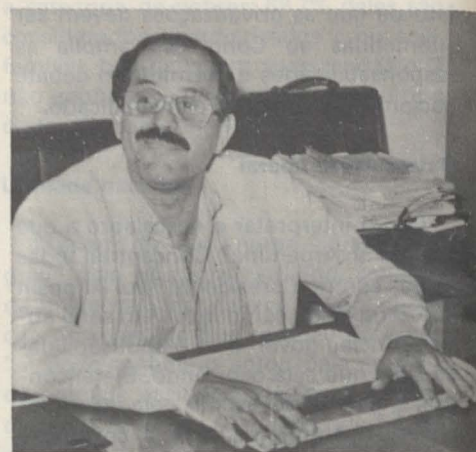
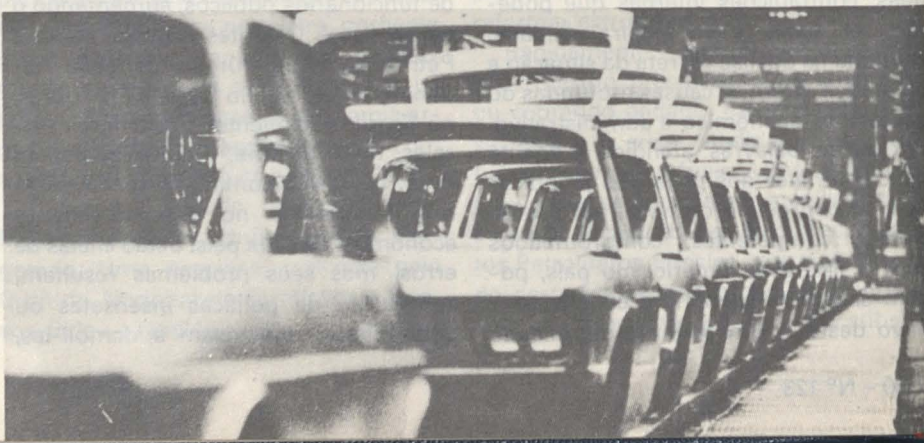
Segundo o empresário, o discurso dos neoliberais repete a história do livre-cambismo, ocorrida há 300 anos, quando os países hegemônicos começaram a se impor, com base nas teses de que o mercado deveria abrir-se. "A diferença", disse ele, "é que, hoje, essas pressões são exercidas não mais pelos governos diretamente, mas pelas grandes corporações financeiras e industriais, as chamadas transnacionais, que



Falta reciprocidade no setor financeiro

se utilizam de todos os aparatos estatais, para atingir seus objetivos. Os governos agora são instrumentos de fácil manipulação, nas mãos dessas corporações".

Sem preocupação social, o capital externo só é investido para gerar lucro



Athayde: neoliberalismo tem interesses

O presidente da Cebracan afirmou que se verifica também o acirramento da disputa econômica entre as transnacionais, por causa do processo de concentração de poder, em torno de um número cada vez menor de corporações, que estão se coligando ou em processo crescente de fusão. Ou seja, formam poucos núcleos de decisão, que interferem em praticamente todo o mercado mundial.

Reciprocidade: a chave da questão

"Nisso tudo, a posição dos Estados Unidos", criticou Athayde, "nada mais é do que a demonstração de uma realidade: as teses neoliberais são as da raposa, que exige ter abertas as portas do galinheiro. O governo norte-americano está, legitimamente, defendendo suas empresas, que pressionam o governo, neste sentido. Sob o ponto de vista bra-

## COMÉRCIO EXTERNO

sileiro, é hora de usarmos essa agressividade em benefício do nosso desenvolvimento, defendendo o que nos pertence, em vez de continuarmos entregando nossa economia aos países desenvolvidos, sem qualquer exigência de reciprocidade.

"Um exemplo disso", apontou o empresário, "é o setor financeiro. Tivemos a instalação de diversos bancos estrangeiros, no Brasil, sem nada recebermos em troca do exterior. A abertura do nosso mercado deve considerar a existência aqui de indústrias nascentes, que necessitam de mercados, interno ou externo, para se expandir. Sem mercado, a tecnologia não pode ser conquistada. Nossa visão, portanto, não é xenófoba, mas de reciprocidade. É essa a questão que os países industrializados procuraram solucionar à sua maneira. Devemos fazer o mesmo".

### Fortalecimento do mercado interno

Athayde está consciente, entretanto, de que o conflito com os países desenvolvidos vai se acirrar, na medida em que os brasileiros conseguirem avançar mais na política de desenvolvimento tecnológico. Ele alertou que todo o processo é preocupante, sobretudo, devido à força da comunicação social, sempre a serviço dos interesses de dominação, tanto aqui mesmo, no Brasil, como lá fora.

"A técnica moderna de comunicação", denunciou o empresário, "quebra a espinha dorsal das instituições nacionais, sejam elas partidos políticos, organizações empresariais ou representações do setor público. A consequência é que estamos aceitando, quase que passivamente, o que nos é imposto pelo capital internacional. Prova isso o problema da dívida externa, cujo custo financeiro está causando verdadeira sangria, em nossa economia, sem que, até agora, consigamos deter este processo".

Na opinião do presidente da Cebra-can, o capital externo deve vir para a nossa economia suplementarmente. "Nenhum país", continuou ele, "desenvolveu-se, ou teve a alavancagem para o seu desenvolvimento, com capital externo. Esse tipo de recurso nunca é in-



Além da exportação, a nossa indústria precisa do mercado interno forte para crescer

vestido para ter prejuízo ou com preocupação social: o seu único objetivo é gerar lucro. Num primeiro momento, esse capital pode trazer alguma vantagem, mas, no médio prazo, passa a sugar a economia que o recebeu. O desenvolvimento de uma nação como o Brasil só pode ocorrer com o mercado interno forte, com as pequenas e médias empresas estimuladas. É assim que um povo cria condições e recursos para investir em educação, saúde, ciência e tecnologia. Nesse contexto, a importação indiscriminada de capital, seja pelas exportações ou investimento de risco, é contraproducente, em relação à nossa realidade. A geração de superávit na balança comercial, como está ocorrendo, é um absurdo. A exportação brasileira deve se limitar ao nível das nossas necessidades, para tocar o desenvolvimento interno".

### Privilegiar a atividade produtiva

Athayde defendeu a política de reserva de mercado, a exemplo do que foi feito, em relação à informática, explicando que a relação econômica internacional ocorre sempre setorialmente. "Estaremos sempre", continuou ele, "em situação de desvantagem, nas tentativas de abertura de mercado, lutando pela reciprocidade. É lógico que quem detém a tecnologia mais avançada e, que, conseqüentemente, terá melhor custo, pela economia de escala, tenderá a se manter hegemônico. Os grandes sempre engolem os pequenos, quando isto lhes for importante. Várias vezes, assistimos a esse tipo de coisa, em nossa economia. Capital e tecnologia se fa-

zem em casa, a partir da pesquisa e de sua aplicação".

Os empresários nacionais, particularmente aqueles que se encontram nos micro, pequenos e médios negócios, têm hoje, de acordo com Athayde, grande expectativa em relação ao futuro presidente da República, a ser eleito no final deste ano.

"Precisamos de uma profunda reformulação no sistema financeiro nacional. São urgentes também mecanismos legais, que estimulem a pequena poupança para o mercado de ações, cujas atividades devem ser mais transparentes. Queremos um Estado menos burocratizado e mais voltado para as necessidades sociais do país. A ordem econômica tem que ser mais justa e passar por um processo rigoroso e sério de políticas governamentais, que rompam com as estruturas oligárquicas e com os privilégios cartoriais, montados exatamente por aqueles que agora apregoam o neoliberalismo".

O presidente da Cebra-can lembrou que o Japão cresceu, a partir dos mecanismos gerados internamente, quebrando estruturas tradicionais, sempre no fortalecimento interno. Os bancos, por exemplo, criaram linhas especiais de crédito, alterando tão profundamente suas relações com a clientela, que os empréstimos às pequenas empresas passaram a ser operados a partir das prefeituras, com o simples preenchimento de um formulário. "Os japoneses", ressaltou ele, "investiram também maciçamente em educação, ciência e tecnologia, tudo em benefício do mercado nacional".

Antônio Carlos da Cunha

# Democratizar a economia

A pequena empresa brasileira pede socorro e volta seus apelos ao presidente a ser eleito em novembro, do qual espera o entendimento correto da função dos pequenos negócios, na criação e circulação da riqueza nacional

Antônio Carlos  
da Cunha

**A** pequena e média empresas têm um papel decisivo a exercer na recuperação da economia brasileira, especialmente por sua característica de grande empregadora de mão-de-obra. Mas, tudo vai depender do próximo governo, do qual os empresários do setor esperam a adoção de um programa de racionalidade econômica, que contemple o conjunto da sociedade e dê, aos pequenos e médios negócios, condições adequadas de sobrevivência e desenvolvimento.

As reivindicações partem do presidente da Associação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas-Flupeme, Benito Paret. Ele analisou o quadro econômico, que considera desolador, pela predominância da especulação, e disse esperar que o próximo presidente da República promova mudanças estruturais, no país.

*Qual o principal problema das pequenas e médias empresas, no país?*

- A economia extremamente concentrada e oligopolizada. Na década de 70, imaginava-se que o país precisava ter grandes grupos econômicos, na indústria, no comércio, na área de supermercados, no sistema financeiro, etc.. Fortaleceu-se a economia, através da criação desses conglomerados empresariais. O modelo, obviamente, não contemplou o pequeno empresário, que



Benito: os pequenos negócios empregam a maior parte dos trabalhadores

ficou como segmento auxiliar, marginalizado. O Estado, por sua vez, aparelhou-se para conviver com esse tipo de livre iniciativa, o que o levou a um relacionamento burocrático, incomensuravelmente grande, com os pequenos empresários. São insuportáveis os entraves que temos enfrentado, na luta pela nossa sobrevivência.

*Como se dá esse relacionamento, no dia-a-dia?*

- A convivência precisa de informações, sobre as normas e regras, e de acompanhamento bastante detalhado. O grande empresário tem estrutura para fazer isso. No pequeno negócio, a mão-de-obra é o próprio empresário. Portanto, a dedicação de parte do seu tempo produtivo à burocracia estatal é, no mínimo, um desperdício de recurso. É uma burocracia que não tem o menor significado. A mesma situação que enfrenta a Autolatina, por exemplo, é vivida por uma minúscula empresa de fundo de quintal, que conserta carros de terceira mão.

*Falta então definir o papel do pequeno negócio, nesta estrutura toda?*

- Mas, temos outros problemas, como a falta de linhas de crédito, no sistema financeiro, e dificuldades de produção e comercialização dos nossos produtos, numa estrutura excessivamente oligopolizada. Dependemos de grande capital para comprar a matéria-prima e fabricamos uma mercadoria que teremos dificuldade em colocar nas

edes de venda. Estamos espremidos.

*Qual o papel de vocês, na economia?*

- O Brasil precisa, por exemplo, gerar empregos, e isto se dá através de pequenos empreendimentos, que são intensivos de mão-de-obra e democratizam a estrutura do capitalismo, tornando-a mais moderna e harmônica, em relação aos diversos interesses que nela estão representados. Dentro da concepção do capitalismo, o grande empreendimento tem o seu papel, negar isto é não ver a própria realidade histórica do desenvolvimento econômico.

*O pequeno negócio distribui melhor a riqueza, é isto?*

- Sem dúvida alguma. Mas, certamente, a atividade não conseguirá cumprir essa função se não tiver, além do apoio constitucional, mecanismos de governo, estímulos legais, leis e estruturas adequadas. Fora a simplificação no relacionamento, o Estado precisa se ocupar menos com os pequenos, ou

seja, fiscalizar mais as grandes empresas, o que, certamente, resultará em mais dividendos. O controle do governo, ao contrário, dá-se sobre as formigas e acaba por matá-las, pois não consegue sequer orientá-las, dentro do processo.

*De imediato, o que poderia ser feito para fortalecer o pequeno negócio?*

- Viabilizar estruturas que possibilitem a organização da atividade, por exemplo, no lançamento de novos produtos, no investimento em tecnologia, na pesquisa de mercado, enfim, na ação conjunta. O grande empresário tem recursos para fazer tudo sozinho. Nós, não. Precisamos nos juntar, numa espécie de cooperativa.

*O que impede essa prática?*

- A legislação só permite cooperativas de pessoas físicas. É um absurdo. Nos países desenvolvidos, como, por exemplo, a Itália, onde o governo é bem sucedido nesse tipo de relacionamento, os pequenos empresários se agrupam em cooperativas, que, por sua vez, se unem em ligas. Os italianos têm três grandes ligas, que reúnem mais de três mil cooperativas, com centenas de milhares de micro e pequenos negócios.

*Aqui no Brasil, isso seria a contrapartida à existência dos oligopólios?*

- Exatamente. Assim, seriam amenizadas as relações de competição. Não se consegue imaginar o Estado com tamanho poder de polícia, que viesse a intervir em todas as negociações que estão sendo feitas na economia. Isso seria absolutamente teórico e não funcionaria. O Estado tem que ter, é claro, o papel de fazer cumprir a lei e evitar abusos do poder econômico, como as práticas de *dumping*, coisa que vivemos, sistematicamente. Os oligopólios têm levado à morte milhares e milhares de pequenos negócios. Nisso, realmente, o Estado tinha que ter uma função de primeira ordem, da maior importância. Num país,

onde, teoricamente, se exerce o liberalismo econômico, como os Estados Unidos, isso é ação do Estado, que está sempre presente, acompanhando a economia e fazendo cumprir a lei. Ou seja, frente a qualquer irregularidade, o pessoal vai à justiça, existem condena-

taxa, o BB emprestava a percentuais significativamente menores e garantia recursos permanentes, cumprindo as regulamentações do Banco Central. Isso se dava em relação ao crédito agrícola ou à pequena e média empresas. Temos que resgatar essa função dos bancos estatais. O Japão dispõe, só para atender o crédito das pequenas empresas, de três bancos do porte do BNDES. Os pequenos conseguem crédito na prefeitura, onde preenchem um papel e pedem o dinheiro. Em pouco tempo, têm o crédito em conta, ou a operação negada, caso ele não tenha cumprido todas as exigências do empréstimo. É um negócio simples e desburocratizado, como tem que ser o relacionamento com o pequeno

**" O Estado, por sua vez, aparelhou-se para conviver com esse tipo de livre iniciativa, o que o levou a um relacionamento burocrático, incomensuravelmente grande, com os pequenos empresários."**

empresário. Aqui, não dá em nada. O Estado é omissivo.

*Mas, temos as leis, pelo menos...*

- Há a lei do abuso econômico, a Lei Delegada nº 4, e vai por aí fora. O problema é que não contamos com instrumentos de justiça, para fazer com que as leis sejam cumpridas.

*O que deve mudar no sistema financeiro nacional?*

- O modelo bancário do país está totalmente falido. É a antítese do próprio capitalismo, porque, em vez de somar os recursos para aplicar na atividade produtiva, ele os retira, suga-os para aplicar na especulação do mercado financeiro, em papéis da dívida pública. É preciso reorganizar o sistema, de forma descentralizada, para permitir a criação de bancos regionais, bancos especializados, e mudar o papel dos bancos estatais, que hoje estão especulando, tal e qual fazem os bancos privados.

*O Banco do Brasil, por exemplo, já teve uma ação mais marcante, sob o ponto de vista de desenvolvimento do país...*

- Por muitos anos, ele foi o principal sinalizador da baixa de taxas de juro. Quando o banco comercial cobrava uma

empreendimento.

*O que a inflação representa para vocês?*

- Sofremos com a inflação, tanto quanto o trabalhador. Os setores mais fracos da sociedade são os que pagam a conta. A inflação tem uma mola central, que é a especulação e, neste processo, levamos a pior, porque não temos reservas de capital para jogarmos na ciranda do mercado. Somos descapitalizados, por isto não lucramos com a inflação, como o fazem todos os que especulam. O pequeno empreendedor tem outra grande dificuldade: não consegue gerenciar a crise provocada por esse processo especulativo, daí ter que pagar um custo financeiro excessivamente elevado, em todas os seus custos de produção.

*Com tudo isso, a todo momento surgem novas micro e pequenas empresas.*

- Também muitas desaparecem. O crescimento da economia acima de 8,5%, em 1986, foi essencialmente calcado na pequena empresa. Agora, a atividade reage rapidamente à depressão. Ela se restringe, exatamente pela falta de mecanismos para enfrentar crises. Uma grande empresa em dificuldade

corta pessoal; uma pequena não pode fazer isto, porque vai ficar sem gente para apagar a luz, na hora de cerrar definitivamente a porta. O pequeno negócio não vive com gordura. Normalmente, ele é muito enxuto, não há sobras, é um negócio objetivo e cada pessoa tem uma função a realizar dentro do processo. Esse é o drama dos pequenos, que têm dificuldade em gerenciar e extrapolar os custos financeiros, não sabem como embutir a inflação e acabam perdendo dinheiro, na reposição dos seus produtos. Então, suas margens de lucro, com a inflação, estreitam-se penosamente, ameaçando-lhe sempre a sobrevivência.

*Não é melhor para o pequeno negócio ficar na ilegalidade?*

- A economia informal é uma forma de marginalização de setores da sociedade. Ninguém quer ser um empresário não-legalizado, a não ser, evidentemente, quem está na contravenção ou no tráfico de drogas etc.. O não-enquadramento, na economia formal, significa ter que preservar estrutura marginal, em que se depende da propina aos fiscais, da falta de nota fiscal para vender ou comprar a mercadoria etc., etc.. Todas as empresas devem ser legalizadas, porque esta é a única forma correta para se trabalhar.

*Mas, ninguém procura a economia informal porque quer...*

- A economia paralela é gerada pelo próprio Estado. Por isso, queremos mudar a estrutura de relacionamento a que estamos submetidos, para que todos possam sobreviver na legalidade. O país precisa de pessoas jurídicas, com endereços certos, muitos empregados e com adequada contribuição fiscal. O que vemos, ao contrário, é a economia informal avançar cada vez mais, gerando problemas seríssimos, como o fato de 50% dos trabalhadores brasileiros terem carteira assinada e o restante se encontrar totalmente marginalizado.

*Qual está sendo o impacto do arrocho salarial para a pequena empresa?*

- Vivemos do mercado interno, que está desaquecido, sem comprador, por causa da perda de renda, via achatamento salarial. Um país sem mercado interno forte não consegue se desenvol-

reduz a folha salarial. A visão macro do processo é que a melhora do salário aquece o mercado e melhora o nível do faturamento das empresas, que, vendendo mais, pagarão mais salários. Porém, quando olho minha empresa, meu faturamento e meus empregados,

não consigo ter essa visão de contexto geral. Quem tem que ver isso é o Estado, responsável pelo planejamento econômico. O que constatamos é que o empobrecimento da classe média é o empobrecimento do pequeno empresário. É preciso que voltemos a crescer e, para isto, temos que reativar os pequenos negócios, o que exige a melhoria de renda da população.

*O salário causa inflação?*

- Não. Vimos isso nos planos Cruzado, Bresser e Verão. Os salários ficaram congelados e a inflação explodiu. O salário, que sempre está a reboque da inflação, só é corrigido em função do que já aconteceu.

*O que causa a inflação?*

- O déficit público. A demanda do Estado por recursos, que gera o processo especulativo. Outra causa é o nosso sistema financeiro, obsoleto para as necessidades da década atual.

*Está tudo ligado ao déficit público. Qual o papel do Estado, na economia?*

- Planejador, harmonizador dos interesses. Uma função de interveniência naquilo que acontece. Essa é a grande responsabilidade. O Estado tem que ser regulador das diversas forças que compõem a economia. Só deve participar como empreendedor em situações estritamente necessárias, ou por questões estratégicas, ou pela ausência de possíveis parceiros para aquele empreendimento, o que acho improvável, sobretudo, naqueles setores essenciais para o país e para o modelo econômico.

Por outro lado, o Estado tem que

## **"Precisamos de um presidente que faça mudanças. Na Nova República, tivemos o fracasso de tudo o que esperávamos, em termos de transformações, que devem ser estruturais e profundas."**

ver harmonicamente, fica dependente das oscilações internacionais, que estão fora do seu controle. É fundamental a recuperação da massa salarial, entre nós, não apenas para a saúde das pequenas empresas, mas, sobretudo, por ser uma questão social. O salário mínimo é vergonhoso. A mão-de-obra não pode ser coisa marginal, acossório. O desenvolvimento econômico tem que estar centrado no homem. Que diabo de modelo é esse, em que o ser humano se tornou pura ferramenta? Não há nenhuma essência de justiça nisso.

*Vocês já dimensionaram a perda salarial hoje, no país?*

- É difícil, porque os números nem sempre são confiáveis. Mas, nesse sentido, a década de 80 está perdida. Na década anterior, atingimos patamares de 8,5% de crescimento, ao ano. Nos anos 80, não passamos de 2,8%, inferior à própria taxa demográfica nacional. O maior prejudicado com isso foi o assalariado.

*O salário é causa ou efeito do crescimento?*

- É mão e contra-mão. No momento em que o empresário fatura menos, ele



estar muito consciente sobre o seu papel de prestador de serviços aos contribuintes e à população em geral. Esses serviços estão muito degradados, perderam a qualidade. Tal processo apresenta dois aspectos: 1) o salário do servidor totalmente deteriorado; e 2) inchaço na quantidade de funcionários públicos. O emprego público hoje virou válvula de escape para as pessoas que precisam trabalhar e não encontram espaço na livre iniciativa.

*Qual o impacto da dívida interna nas suas empresas?*

- É o centro da ciranda financeira. Em outros países, a rolagem da dívida interna é feita a longo prazo e a baixas taxas de juros. Aqui, não. Por falta de credibilidade do governo, emitem-se títulos públicos para resgate anteontem, com taxas elevadíssimas. Montou-se um processo de especulação financeira terrível, que não suportamos.

*Em que a política de exportação, com elevado superávit, beneficia a pequena empresa?*

- Nada. Somos pura e simplesmente colocados fora disso. Nossa pequena participação é via terceiros. Isso não significa, entretanto, que uma adequada política de comércio exterior não seja importante para o país, cuja presença no mercado internacional é absolutamente importante. O problema é que a política praticada é extremamente nociva, porque está cheia de incentivos, vantagens e benesses. Além disso, não é uma exportação que nos permita gerar divisas para importarmos os produtos, máquinas e equipamentos, dos quais carecemos para tocarmos o nosso desenvolvimento. É a exportação do nosso sangue e nossas riquezas para o pagamento dos juros da dívida externa. É revoltante termos um modelo econômico, voltado para atender a compromissos que são altamente discutíveis.

*Como vocês vêem o comércio internacional?*

- Há uma tendência ao protecionismo, o que é muito grave, porque as relações de comércio têm que ser bilaterais. O Brasil, na década de 70 e, sobretudo, nos anos 80, fez um grande esfor-

cial. Não podemos olhar nossos vizinhos como possíveis inimigos comerciais.

*Por que o empresário brasileiro, em geral, vira as costas para o Terceiro Mundo?*

- Não se tem incentivado isso. Nem os nossos organismos de comércio exterior apóiam iniciativas nesse sentido. A Flupeme tentou fazer alguns programas, estimulando suas associadas ao comércio com alguns países da América Latina. O apoio da Carteira de Comércio Exterior-Cacex, do Banco do Brasil, foi muito pequeno. Fomos até desestimulados a tocar a iniciativa.

*Qual o perfil que deve ter o futuro presidente da República?*

- Precisamos de um presidente que faça mudanças. Na nova República, tivemos o fracasso de tudo o que esperávamos, em termos de transformações, que devem ser estruturais e profundas. Não aconteceram, porque o acordo, que garantiu a transição do regime militar para o primeiro governo civil, foi limitado.

O presidente eleito deverá ter o equilíbrio para entender a grave dificuldade que vivemos. Não adiantam propostas com compromissos inviáveis. Queremos, portanto, uma liderança forte, que saiba para onde levar a nação.

Mas, nada de propostas radicais. Não podemos imaginar que estejamos vivendo um processo de ruptura, nas instituições. O presidente precisará também voltar os olhos para o mundo. A única coisa que consigo elogiar no governo Sarney é esse esforço para fora. Talvez, tal preocupação não tenha sido implementada da melhor maneira, mas o governo atual teve a visão do papel que o Brasil deverá exercer, no mundo. Isso é fundamental para a nossa população e para o continente latino-americano. É inimaginável o Brasil isolado, nas próximas décadas.

## " Sofremos com a inflação, tanto quanto o trabalhador. Os setores mais fracos da sociedade são os que pagam a conta. A inflação tem uma mola central, que é a especulação."

ço de exportação. Agora, ele precisa criar relações internacionais mais sólidas, habilitando-se a abrir fronteiras e a aceitar produtos de fora.

*Aqui mesmo, na América Latina, há muitas fronteiras a serem abertas...*

- Precisamos trabalhar e investir no relacionamento com os países latino-americanos e do Terceiro Mundo, em geral. Os Estados Unidos e o Canadá já se definiram e, talvez, cooptem o México para o seu mercado comum. A Europa já está pronta para o grande mercado, naquela parte do continente. Na Ásia, temos a possibilidade de virem o Japão e a China a tornar-se parceiros, o que está assustando o mundo industrializado. No Leste Europeu, já se começa a revigorar a economia local.

*Mas, na América Latina, parece que ninguém é capaz de se sentar para fazer alguma coisa, nesse sentido. O que falta?*

- Liderança, que tem que ser exercida pelo Brasil, porque somos o maior país, o que tem melhores condições de auto-suficiência econômica e o mais avançado em termos tecnológicos, com um grande e moderno parque indus-

# Dólares ao mar

Um dos maiores usuários do transporte marítimo, o país depende cada vez mais de frotas estrangeiras, enquanto nossos estaleiros vivem a maior crise da história

Carlos Miranda

**O** Brasil transporta, hoje, o segundo maior volume de carga do mundo por via marítima, realizando 98,7% do seu comércio exterior através de sua marinha mercante, negócio em que só perde para o Japão. Paradoxalmente, possui apenas 10% dessa frota, o que o leva a suprir a carência no setor com os afretamentos (aluguel de navios a outros países). Esta relação de dependência, em um setor tão vital da economia nacional — e que somente no ano passado movimentou 3 bilhões e 989 milhões de dólares —, é considerada por trabalhadores, sindicalistas e empresários como o centro propulsor da crise que, há quase uma década, mina a indústria naval e a navegação comercial brasileira.

Ao optar pelo afretamento, o armador deixa de encomendar embarcações aos estaleiros, e o investimento, que seria revertido para a indústria nacional, migra para empresas estrangeiras. Mais do que isso, o aluguel indiscriminado de navios, no entender do Sindicato Nacional da Indústria de Construção Naval-Sinaval, Alberto Ferraz, levará o país a exportar, até o ano 2.000, mais de 14 bilhões de dólares por ano.

Neste caso, a indústria e a marinha mercante nacionais estarão liquidadas, tal como aconteceu com outras nações sul-americanas, entre elas, o Peru, a Argentina e o Chile. Embora ameaçador, o afretamento não é o único problema que afeta esses dois setores tão interdependentes. Outros ingredientes corrosivos alimentam a crise, que obriga os estaleiros a trabalharem com 60%

de suas capacidades ociosas e já reduziu a força de trabalho do setor, de 40 mil trabalhadores, em 1978, para 19.225, em 1989.

Escândalos financeiros, políticas governamentais equivocadas e legislação inadequada combinam-se perfeitamente com a obsolescência tecnológica das embarcações e a retração do comércio mundial, agravando a situação. "A indústria naval está se reaquecendo, o processo é lento, mas são bons os sinais". Esta é uma opinião corrente entre os donos de estaleiros e representantes dos órgãos estatais incumbidos de normatizar e fomentar o desenvolvimento do setor.

A esperança na recuperação, no entanto, não os impede de refletir sobre o que levou o parque naval brasileiro a entregar apenas 5.380 toneladas de porte bruto-TPB (capacidade de carga que a embarcação suporta), em 1988. No início da década de 70, as 11 maiores empresas do país entregavam 165.100 TPB e, no auge dos negócios, em 1980, chegaram a entregar em torno de 1.139.513 TPB. No ano passado, ironicamente, das 189.583.513 TPB de mercadorias que entraram e saíram, através dos 32 portos e 19 terminais de cargas do país, a marinha mercante brasileira transportou apenas 67,5 milhões TPB.

Alberto Ferraz comenta que os armadores estão temerosos em contrair novos empréstimos ao governo, devido às exigências da nova legislação e à atual estrutura do mercado externo. Sobre a legislação, o governo responde através da Secretaria de Transportes Aquaviários-STA, órgão normatizador das atividades marítimas no país. O STA substituiu a Superintendência Nacional da Marinha Mercante-Sunaman,

um dos órgãos estatais extintos pela medida 27 do presidente da República, em 1986. De acordo com o assessor da STA, Fernando Pedrosa, a atual legislação não é draconiana e está preocupada em limitar os afretamentos excessivos. Por outro lado, ela é suporte imprescindível para o Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante-CDFMM, que, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, administra a arrecadação do adicional de frete (taxa cobrada às empresas de navegação sobre as atividades de cabotagem e importação, que, depois, é revertida para o financiamento da construção naval).

Pedrosa comenta que a STA pretende dinamizar o setor, mas tenta evitar os erros que ocorreram no passado. Hoje, para a concessão de uma linha marítima, o órgão exige, com base no artigo 175 da Constituição, que haja concorrência pública, e as empresas concorrentes têm que apresentar um capital mínimo. As que atuam na área de cabotagem precisam dispor de 100 mil BTN, enquanto as responsáveis pela navegação de longo curso necessitam comprovar que dispõem de 5 milhões de BTN.

Além disso, cobra-se do candidato à exploração da nova linha um navio para cada rota e, no caso de a empresa já estar operando com afretamento, exige-se dela, antes de efetuar novo contrato, que comprove a encomenda de uma embarcação similar em estaleiro nacional. Isto não acontecia anteriormente, quando estourou o "caso Sunamam", em 1983, um escândalo financeiro envolvendo este órgão, sete estaleiros (Emaq, SO, Ebin, Ishikawajima, Mauá, Verolme, Caneco, e Mac Laren) e 43

bancos, o que onerou os cofres públicos em 545 milhões de dólares.

No âmbito do CDFMM, que, após o "rombo da Sunam-am", passou a controlar a atividade de fomento da construção naval, comenta-se que existem em torno de 790 milhões de dólares à disposição dos armadores. Sua secretaria executiva, no entanto, não confirma o montante da verba, assegura que tem recebido muitos pedidos e garante que eles já superam o capital disponível. Quanto às exigências para a liberação dos financiamentos, um funcionário é sintético: "Queremos idoneidade, garantias financeiras e saúde econômica das empresas".

A preocupação tem fundamento, quando se analisa a história recente do setor, onde casos como Sunamam, polonetas e Lloyd, tornaram-se célebres. O reaquecimento da indústria naval brasileira exige solução rápida e é considerado por muitos como "questão de segurança nacional". Dados da federação nacional dos sindicatos dos marítimos, uma entidade que representa 300 mil trabalhadores, dão conta que a frota mercante nacional é obsoleta na sua maior parte.

Quase todos os navios têm mais de treze anos e são apropriados para o transporte de carga em porão, quando todas as grandes frotas do mundo já o fazem em cofres de carga. A isso, somam-se os gastos com combustível, enquanto a propulsão mecânica das embarcações deixa a desejar.

Alberto Ferraz, que, além de presidente do Sinaval, dirige também o estaleiro Mauá, pensa diferente sobre o problema: ele contesta a afirmação de que os navios brasileiros estejam obsoletos por idade, e sustenta ainda que tecnologia não é problema para os estaleiros nacionais. "A navegação é uma área muito dinâmica, sofisticada com rapidez. Na década de 70, os construtores navais não imaginavam que o Brasil iria *containerizar* seus navios", explica Ferraz. Fernando Pedrosa concorda que, tecnologicamente, os estaleiros brasileiros são bem dotados, e adverte que os problemas da construção naval e da marinha mercante não podem ser resolvidos com tratamento de choque: "Isso estrangularia a todos", finaliza. ●

## Pequena história da navegação brasileira

Com mais de um século de existência no país, a construção naval tornou-se uma atividade importante, mas crises e escândalos tornam incerto o seu futuro

Iniciada no final do século XIX, a indústria da construção naval brasileira se consolidou no final da década de 50. Mas, foi logo após o golpe militar de 1964 que recebeu os maiores investimentos da sua história. De 1967 a 1974, foram organizados dois planos de desenvolvimento para o parque industrial, com a pretensão de criar uma frota de mais de 10 milhões de to-

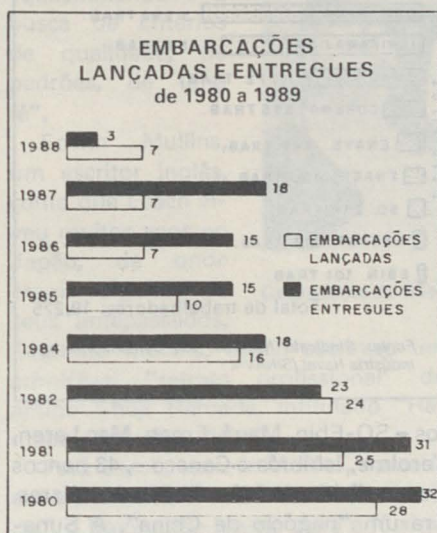
tra os maiores estaleiros (95% da capacidade produtiva do parque naval, que é de 2 milhões de TBP por ano), foi o mais afetado pela crise. O desemprego reduziu a mão-de-obra à metade do que era em 1978 e, no ano passado, apenas 3 embarcações foram entregues por estaleiros fluminenses.

O Emaq e o Mac Laren estão em processo de concordata, enquanto os outros aguardam novos contratos e investimentos por parte do governo. Do lado dos trabalhadores, embora solidários com os empresários na luta contra o excesso de afretamentos e por mais verba governamental para a área, garantem que muitos deles estão "chorando de barriga cheia". Questionam os escândalos, queixam-se dos baixos salários e cobram do governo estadual o cumprimento da promessa feita na época da campanha eleitoral, segundo a qual a construção naval seria revitalizada.

### Sem culpados

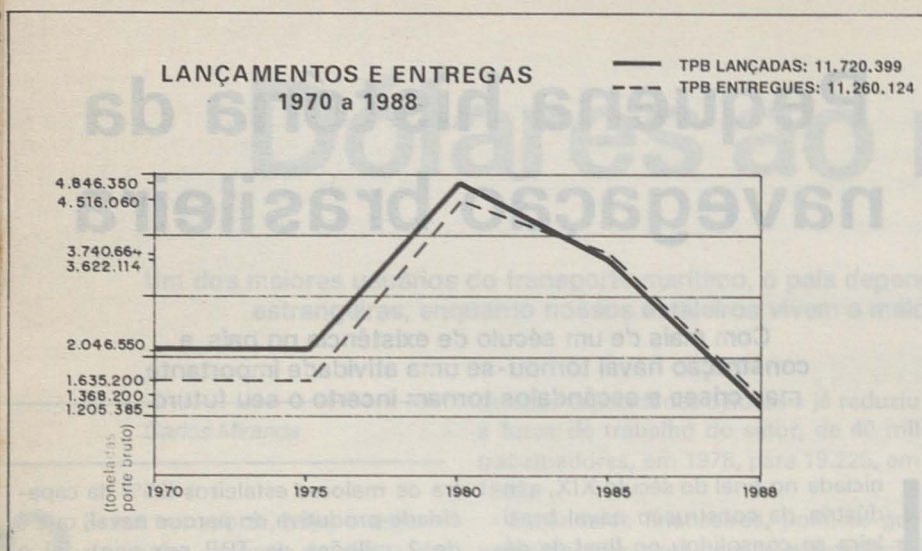
Juntos, os casos Sunamam, polonetas e Lloyd somam mais de 2 bilhões e 400 milhões de dólares perdidos entre gabinetes de repartições públicas, contratos pouco explicáveis, muitas acusações e nenhum culpado. As polonetas foram o primeiro caso a se configurar, no quadro das contas mal explicadas do setor naval, quando em 1981 a Polônia declarou que não poderia pagar 903,7 milhões de dólares em notas promissórias que devia ao Brasil.

Depois de algumas negociações entre os dois países, o então ministro do



neladas de porte bruto. Bilhões de dólares foram investidos no setor e a construção naval passou por momentos de ascensão até 1981, quando começou a decair.

Hoje, com a mudança de rumo da política econômica do governo, 11 principais estaleiros do país (Mauá, Verolme, Ishikawajima, SO, Ebin, Corena, Enave, Enace, Ebrasa, Caneco e Emaq) operam com apenas 60% de suas capacidades. O Rio de Janeiro, que concen-



Planejamento, Delfim Netto, arranjou uma fórmula mágica para abater a dívida. A empresa Global Transporte Oceânico desde 1980 tentava comprar dois navios, de transporte químico, a estaleiros holandeses. Delfim Netto entrou na transação e — mesmo sendo avisado pelo ministro dos Transportes Eliseu Resende de que as embarcações, se adquiridas na Polônia, apresentariam um sobrepreço de 9 milhões e 500 mil dólares — insistiu na concretização do negócio.

O contrato só não foi realizado, porque a própria Polônia assumiu que não tinha condição de honrá-lo. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados concluiu, em 1986, pela existência de crime de responsabilidade do presidente João Figueiredo, dos ministros Ernane Galvêas, da Fazenda, e Delfim Netto, do Planejamento, além de seus secretários-gerais Eduardo Carvalho e Flávio Pécora.

A conclusão do inquérito conduzido pelo delegado da Polícia Federal, Nemias Carvalho Miranda, no entanto, isentou de culpa os acusados. A dívida da Polônia, que alcançou 1 bilhão e 900 milhões de dólares, foi reescalada por 11 anos, a partir de 1987.

#### Sunamam

O caso Sunamam só veio à tona em fevereiro de 1985 e, nele, um torvelinho de desmandos administrativos, envolvendo o próprio órgão, sete estalei-

#### FORÇA DE TRABALHO

(Março/89)

VEROLME	5.197 TRAB.
CANECO	3.790 TRAB.
CCN-MAUA	3.298 TRAB.
ISHIKAWAJIMA	3.153 TRAB.
EMAQ	1.772 TRAB.
COREMA	555 TRAB.
ENAVE	462 TRAB.
ENACE	420 TRAB.
SO	264 TRAB.
EBRASA	213 TRAB.
EBIN	101 TRAB.

Total de trabalhadores: 19.225

Fonte: Sindicato Nacional dos Construtores na Indústria Naval (SINAVAL)

ros — SO-Ebin, Mauá, Emaq, Mac Laren, Verolme, Ishibrás e Caneco —, 43 bancos e uma dívida de 540 milhões de dólares. Era um "negócio da China". A Sunamam, como gestora do Fundo de Marinha Mercante, financiava as atividades dos armadores e dos construtores navais. Cada embarcação encomendada custava em torno de 33 milhões de dólares e o dinheiro ia sendo liberado, de acordo com o andamento das obras.

Se um armador encomendasse um navio no exterior, ele custaria apenas 18 milhões de dólares, pois a Sunamam bancava a diferença entre o mercado interno e externo. Ao esgotar suas verbas, o FMM autorizou os empresá-

rios a emitirem duplicatas com o seu aval. O Ministério dos Transportes proibiu, em seguida, essa modalidade de negócio, mas a Sunamam usou de sua criatividade e autorizou os estaleiros a levantarem empréstimos junto aos bancos com a sua caução de crédito.

A estas irregularidades, somavam-se outras mais grosseiras, como mercadorias vendidas por dez vezes mais que o preço de mercado, juros subsidiados e duplicatas, que eram cobradas mais de quatro vezes.

Ao final das negociações, a Sunamam assumiu os débitos do grupo SO-Ebin. O Mac Laren, Caneco, Verolme e Ishikawajima também responsabilizaram-se por seus débitos, uma soma de 200 milhões de dólares. Os 300 milhões restantes ficaram na conta do Mauá.

O Lloyd é o "primo pobre" dos escândalos, mas também é dono de uma história de maltrato à coisa pública que já dura muitos anos. Em 1984, o seu Conselho Fiscal instaurou um inquérito administrativo, por discordar das contas apresentadas pelo seu ex-diretor, Fernando Portela. Desta época até 1988, a empresa não apresentou balanços financeiros e a sua situação piorou sensivelmente. Entre 1985 e 1986, seu patrimônio líquido negativo aumentou de 104 milhões para 395 milhões de dólares, e atualmente o déficit da empresa alcança 407 milhões de dólares.

O caso mais exótico ficou por conta do decreto-lei 97.455, do presidente Sarney, em janeiro de 1989, que determinava a privatização ou extinção do Lloyd num prazo de 30 dias. Se a medida tivesse sido levada a cabo, além de desempregar 2 mil pessoas, alienar uma frota de 40 navios e um patrimônio de mais de 90 anos, causaria um prejuízo de 800 milhões de dólares para o Tesouro da União. Com o fim da empresa, o governo arcaria com indenizações de contratos com agentes de 46 países. Somente os boatos da extinção ocasionaram uma redução de 22% na arrecadação da empresa. Um projeto de lei do senador Maurício Corrêa (PDT-DF), aprovado no início do mês de abril, sustou a medida do governo e, uma semana depois, o próprio José Sarney baixaria o decreto 97.611, revogando o 97.455.

# A arte do barro

**Ceramistas organizam-se para difundir a arte e estabelecem metas para aperfeiçoar a qualidade da produção**

**G**raças a um pré-requisito – exigência para participar de um salão de cerâmica, em 1986 – oficializou-se a Associação de Ceramistas do Rio de Janeiro, a ACE-Rio. Apesar desse imprevisto começo, com apenas seis ceramistas, hoje a ACE tem 248 associados.

“Primeiro estivemos interessadas em divulgar nosso trabalho, que não é folclórico, não é industrial, nem escultural, mas que é utilitário, decorativo e mural, onde a função é a principal preocupação”, diz a ceramista Clara Fonseca, presidente da associação. “Mas como nosso objetivo é móvel, agora a intenção é a de trabalhar com a própria classe, formar e informar o ceramista”.

A maior dificuldade de um ceramista diz respeito ao material. “A argila pronta, que suporta altas temperaturas, compra-se em São Paulo, e os fornos nacionais duram tão pouco que os classificamos como descartáveis”, observa a ceramista. “Outro fator de dificuldade é a energia: é necessário um sistema elétrico trifásico, com força adequada ao funcionamento em altas temperaturas”.

A presidente da ACE considera o rosto da cerâmica brasileira indígena. Mas, ressalta que nessa área sempre houve exploração: “Adquirem-se peças a preços de banana e vendem-se a preço de ouro”. Em relação ao comércio de cerâmicas, ela prefere não falar muito. Entretanto, comenta que “algumas cerâmicas populares, passadas de pai para filho, ganharam um lugar invejável no mercado”. Sobre isso, acrescenta que os trabalhos de Mestre Vitalino, como os de Potero, alcançam preços enormes e estão expostos em lojas de decoração das galerias mais sofisticadas do Rio.

“Brenand aprendeu cerâmica com a família e hoje seus azulejos são dos mais caros e requisitados no país”.

Clara acha a influência japonesa muito poderosa, no eixo Rio-São Paulo. “A colônia japonesa fez com que valorizássemos o utilitário, para uso simplesmente, e não para enfeite. Além disso, nos marcou com seu *design* simples e a utilização da técnica de alta temperatura, que faz a coloração integrada”.

## A filosofia

A ACE-Rio promoveu, em maio, uma mesa-redonda, com o objetivo de esclarecer critérios de classificação para “um bom pote”. Para tanto, divulgou textos do “guru” mundial dos ceramistas, o inglês Bernard Leach, que passou toda a sua vida profissional “questionando a busca de critérios de qualidade, de padrões, de uma fé”.

Edwin Mullins, um escritor inglês, conta que Leach viveu muitos anos no Japão, de onde eram alguns de seus antepassados.

Segundo Mullins, Leach escreveu um admirável “retrato profissional” do amigo Shoji Hamada, intitulado “Hamada: Ceramista, 1975”.

Para Leach, escreve Mullins, Hamada era a síntese do “ceramista desconhecido”, o homem de mente clara e fé simples, que foi trabalhar numa cerâmica no Japão, recusando-se a assinar o seu trabalho. Mullins recorda de um aforisma pronunciado por outro ceramista japonês e citado por Hamada: “O sapo no riacho não conhece o oceano, mas conhece o paraíso”. Atualmente, Hamada é uma espécie de herói nacional no Japão, e seu trabalho é procurado em todo lugar, onde potes são valorizados.

“Será que tenho as potencialidades de um artista?”, perguntou-se Leach,

aos 16 anos. E, continuou raciocinando: “Se a resposta é não, não tenho. Qual a esperança? Certamente deve haver. Que qualidade superior é essa, encontrada na mobília de carvalho, no trabalho do ferreiro, numa construção como Chartres, na cerâmica medieval? Essas coisas não foram feitas por gênios, mas por pessoas comuns e que eram, às vezes, bons escultores, bons construtores, bons ceramistas, bons ferreiros, etc...”

A técnica, segundo Leach, pode ficar entre a intuição natural de uma pessoa e o seu trabalho. Na América do Norte, a técnica domina. Quando visitou a Alfred University, Leach constatou que



Ceramistas do Rio começam a unir-se

apesar de todo aquele aparato, com vários fornos, ali não havia sequer um pote vivo. A técnica pode ser castradora. Segundo Leach, Hamada ao chegar na Inglaterra, depois de ter completado um longo estudo universitário de cerâmica, sentia ânsias de se libertar do excesso de fórmulas. “As fórmulas estavam entre ele e a vida”, diz, relatando que, naquela ocasião, Hamada lhe falou: “Não preci-

samos de professores ou de conhecimento técnico. Se temos a argila e o torno, a argila e o torno nos ensinarão”.

Com base nos ensinamentos de Bernard Leach é que a ACE-Rio pretende desenvolver suas atividades. E a prova concreta de que a filosofia do ceramista inglês, de certa forma, já está semeada entre os membros da associação é que a presidente Clara Fonseca, alegando “o desejo de preservar seu trabalho de uma divulgação individualista”, preferiu não posar ao lado de suas mais recentes criações em barro: cidades misturadas com neon. Uma coisa podemos arriscar: o barro, por ser um material primitivo e singelo, certamente ensina a humildade àqueles que com ele se envolvem. ●

Nereida Daudt

## A guerra no campo



Os desequilíbrios do sistema fundiário brasileiro alimentam conflitos e a miséria de dezenas de milhões de brasileiros

Depois de um período aparente de trégua, sobretudo após a repercussão do assassinato de Chico Mendes, recrudesciu, em todo o país, neste segundo semestre do ano, a violência contra líderes e políticos ligados à defesa dos sem-terra e do meio ambiente.

No município de São Francisco, no norte de Minas, o lavrador Donato Cardoso, posseiro de área já desapropriada pelo presidente José Sarney (fazendas Água Branca e Vereda Grande), foi assassinado a tiros por 10 pistoleiros. Outro lavrador, José Soares de Oliveira, foi sequestrado e sofreu violências físicas, antes de ser libertado.

A denúncia foi feita pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas-Fetaemg, que acusou a empresa Fayal S.A., do empresário Antônio Luciano Pereira, que está reivindicando a propriedade da área. O lavrador Sílvio Nunes da Mota declarou que ouviu os tiros,

viu passar uma camionete com os pistoleiros em fuga e reconheceu, entre eles, um homem chamado Renato, conhecido, na região, como empregado da Fayal. "Estamos com medo dos homens da Fayal matarem mais gente", disse Sílvio. Ele informou que 33 famílias de posseiros cultivam 70 hectares das fazendas, nas quais a Fayal explora a madeira, mesmo depois da desapropriação.

Em Santa Catarina, 1.700 famílias sem-terra (cerca de 10 mil pessoas), acampadas, muitas delas desde 1985, nas localidades de Caçador, Lebon Régis, Abelardo Luz, Matos Costa e Palma Sola, estão agora ameaçadas de despejo, devido à lentidão do escritório regional do Incra, no encaminhamento dos processos de desapropriação das áreas para assentamento. Cerca de 100 agricultores sem-terra, no início de julho, ocuparam o Largo da Catedral, no centro de Florianópolis, para pro-

testar contra a situação. Em todo o território catarinense, existem 150 mil sem-terras, segundo Arnaldo Milan, coordenador do movimento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado.

No Maranhão, onde 80% dos latifúndios são improdutivos, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, existem 500 mil sem-terra e mais de 300 áreas ocupadas por posseiros, o que significa dois mil hectares em litígio. A violência, conforme denúncias da Federação, é generalizada, mas, apesar disto e da falta de mantimentos, os trabalhadores rurais estão dispostos a permanecer nas posses, até que o Incra defina a situação. As áreas ocupadas mais recentemente estão na fazenda Diamante Negro, de 13 mil hectares, no município de Vitória do Mearim, a 160 quilômetros de São Luís. São 500 famílias (cerca de duas mil pessoas), que agora esperam o apoio do Incra para o as-

sentamento na fazenda Diamante Negro.

No interior do Pará, município de Tailândia, o vereador Manoel Cardoso Almeida (PSB) levou três tiros (um no pescoço, um no maxilar e outro na cabeça), porque vem combatendo os madeireiros que estão devastando a região. O deputado federal do mesmo partido, Ademir Andrade, que também sofreu atentado, em 1988, por parte dos fazendeiros, disse que o motivo imediato do crime é o apoio que Manoel Cardoso está dando à ação impetrada contra os madeireiros pela Associação dos Moradores da Colônia Nossa Senhora Aparecida, no município próximo à residência do vereador. "Manoel", afirmou o deputado, "tem um belo trabalho comunitário e é um lutador, em defesa de um número muito grande de trabalhadores rurais, para os quais tem conseguido terras, através do Instituto de Terras do Pará-Iterpa".

## Quadro desolador

Quase 50 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre zero e 17 anos, têm famílias que recebem até dois salários mínimos mensais, o que representa em torno de 100 dólares, no total. Famílias de cerca de 11,5 milhões de jovens (20%) vivem em condições de pobreza absoluta, com uma renda mensal de menos de 10 dólares. Outros 13,3 milhões têm pais com renda acima de 10 dólares e menos de 30 dólares mensais.

A situação desoladora foi levantada, desde o início deste ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a pedido do Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef. O organismo internacional mostra assim que, no Brasil,

pouco se faz para que o país, oitava potência econômica, deixe de ocupar o 48º lugar, entre as nações, no que se refere às condições sociais de seus habitantes. O levantamento mostrou também que a taxa de mortalidade infantil nacional (64 mortes por mil nascimentos, em 1986) poderia ter diminuído drasticamente, caso o governo tivesse realizado obras de saneamento básico (água e esgoto), que beneficiassem as camadas mais humildes da população.

Os números assustadores são produto de uma conjunção de fatores que caracterizam os países de economia em desenvolvimento, hoje estrangulados — o Brasil à frente — pelo peso da dívida externa.

O empobrecimento está aumentando no país, como resultado da crise



A meningite volta a ameaçar as crianças

## Vacina cubana

Rondônia, Maranhão, Pará, Paraíba e Goiás foram os estados que estiveram fora do crescimento súbito do número de casos de meningite meningocócica, que se registrou, no país, desde meados do primeiro semestre deste ano. O surto da doença fez o ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki, apressar as negociações para a troca, com Cuba, da tecnologia de produção da vacina por produtos agropecuários e industrializados brasileiros. O ministro disse que, caso os cubanos não queiram vender a tecnologia, há a possibilidade de virem os dois países a produzir o remédio em conjunto, porque Cuba não tem condições de sozinha abastecer o Brasil.

A vacina cubana é a única do mundo específica para o meningococo do sorogrupo B e também imunizante contra o sorogrupo C. Pretende-se vacinar, este ano, mais de seis milhões de crianças, com sete anos incompletos, somente em São Paulo, onde mais de 80% das meningites meningocó-

cicas analisadas pelo Instituto Adolfo Lutz são do sorogrupo B.

Segundo o ministro Tsuzuki, a situação atual, no país, não é de epidemia. Há problemas localizados em determinados municípios de 18 estados. A

situação mais grave ocorreu em Santa Catarina: até meados de junho, tinham-se registrados 173 casos de meningite, com 32 mortes, e 863 casos de meningite de outras origens, com 15 mortes. De janeiro a maio, em todo o Brasil, houve 978 casos de meningite contra 691 do ano passado.

## Antidistônico proibido

O Brasil finalmente deixou de ser o único país que produzia e tinha à venda nas prateleiras das farmácias os antidistônicos, medicamentos que associam duas drogas, o tranquilizante e o relaxante muscular, que podem causar a dependência psíquica e provocar a paralisção do intestino.

O Ministério da Saúde proibiu a fabricação e comercialização desses produtos. Entre os mais conhecidos estão o Dienpax, Diazepan, Tensil, Somalium, Kiatrium, Ansiex, Sedar e Valix. A retirada das drogas do mercado, segundo o Ministério, não trará prejuízo aos laboratórios, que foram avisados da decisão há quatro anos, através de portaria

da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos-Dimed.

O antidistônico apareceu no país há 30 anos. Mas, só em 1982, o Ministério da Saúde voltou sua preocupação para as associações de remédios. Restringiu, por exemplo, os antibióticos entre si e com drogas de outros grupos, como vitaminas, analgésicos, anti-reumáticos e enzimas, a não ser que as associações tivessem respaldo químico.

No caso específico dos antidistônicos, os médicos se tornaram incapazes de interferir na concentração de cada uma das drogas, em relação às demais, impossibilitando ajustar a posologia dos diversos componentes às necessidades individuais do paciente.

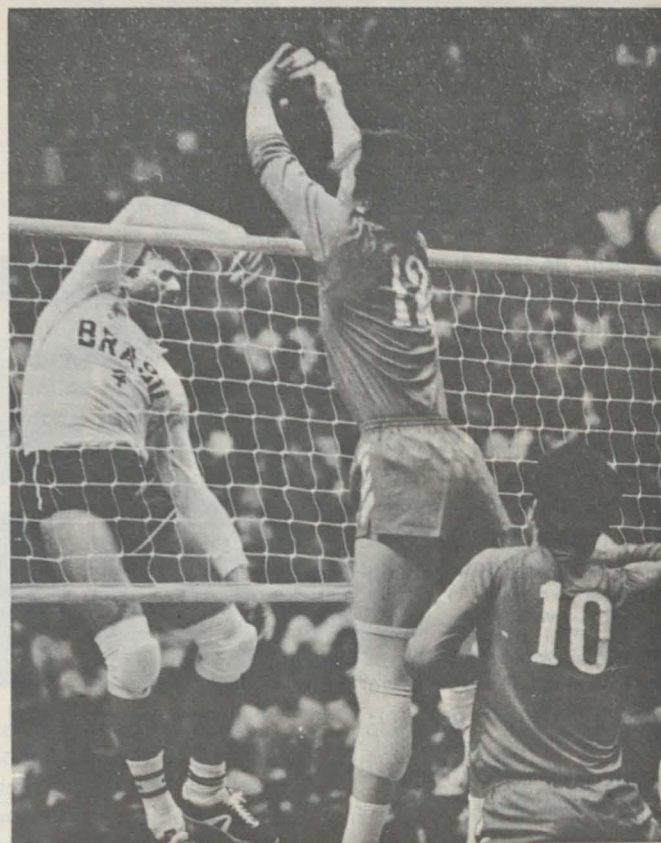
Totalizam 101 os antidistônicos proibidos, embora a relação divulgada pelo Ministério da Saúde tenha apenas 78 nomes. É que há vários laboratórios que fabricam a mesma marca. O médico Márcio Versiani, diretor do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmou que o antidistônico não tem função terapêutica, pois seu efeito tranquilizante é pequeno, além de combinar o benzodiazepínico com outras substâncias desnecessárias. "Somente um médico muito mal informado", alertou Versiani, "receita um antidistônico". Versiani não aceita a venda do produto, nem com receita médica: "A receita médica deve ser aplicada também a outros medicamentos, como a cortisona e a bentamicina, um antibiótico que pode causar surdez total em 10% dos usuários, mas que é vendido livremente".

## Fungo no arroz e milho

Uma análise feita em 2.068 amostras de arroz macedado, parboilizado e polido, coletadas em diversos estados, mostrou que o cereal contém 211 PPB (parte por bilhão) de aflatoxina, a mais potente toxina cancerígena de origem biológica. O alerta foi feito pelo professor Carlos Alberto Rocha, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. O arroz integral, por ser mais úmido, está sujeito a um nível maior de contaminação, que se origina, segundo o professor, de um fungo, cujo desenvolvimento é muito facilitado pelo clima brasileiro.

Problema semelhante ocorre com o milho. O pesquisador da UFRRJ foi mais contundente em relação a esse produto. Ele teme que aconteça, sobretudo em Santa Catarina, onde o hábito de usar o milho é muito forte, o mesmo que ocorreu na Índia, em 1974, quando 396 pessoas foram contaminadas e 107 tiveram morte, num período muito curto de tempo. O professor Carlos Alberto disse acreditar que, no Brasil, já houve muitas contaminações, devido a gastroenterites hemorrágicas, que, no entanto, não foram notificadas.

O produto agrícola brasileiro mais contaminado pela toxina é o amendoim. Um trabalho de secagem, aliado ao controle de qualidade e fiscalização, evitaria o desenvolvimento do fungo. Veja **terceiro mundo**, edição 120, página 65.



## Incentivo ao esporte

O prefeito de Maringá - norte do Paraná - Ricardo Barros, sancionou a lei 2.537, de incentivo ao esporte amador do município. Única no país, a lei concede benefícios fiscais às empresas que adotarem atletas ou agremiações, através da redução das alíquotas dos impostos sobre venda e varejo de combustíveis (IVV), serviços de qualquer natureza (ISSQN), propriedade predial e territorial urbano (IPTU) e licença para publicidade. A aprovação aconteceu em meio a uma grande festa, com a presença de cerca de 10 mil pessoas no ginásio de esportes Chico Neto, antes da apresentação da seleção brasileira de vôleibol (time A contra o time B) e juvenis contra equipe

maringaense.

Bebeto, técnico da seleção de vôlei, elogiou a lei: "É mais um incentivo ao esporte amador e deverá ser seguido por outros municípios". O secretário de esportes do estado, Edson Gradia, também parabenizou os maringenses pela aprovação da lei, como "um grande impulso para a formação de atletas e equipes de nível nacional".

A redução das alíquotas pode atingir até 70% do total do imposto a pagar, conforme a contribuição da empresa. Além desse benefício, a empresa terá o retorno promocional da propaganda que for veiculada, tendo também seu nome escrito nos uniformes dos atletas patrocinados.



# Controle total

As multinacionais responsáveis pela fabricação de 80% dos produtos farmacêuticos, no Brasil, já começaram uma nova ofensiva, visando a aumentar o seu domínio sobre o mercado nacional de remédios. A denúncia é da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital

Nacional-Cebracon. "As empresas estrangeiras", alertou a entidade, "desejam atingir várias firmas nacionais, que ainda têm algum poder mercadológico. Isso elas estão fazendo, através do jogo de bastidores, pressões, tráfico de influência e disseminação de informação falsa. A ponta de lança da guerra pelo controle total dos remédios é a Câmara das Empresas Farmacêuticas Estrangeiras, um poderoso lobby, que agrupa mais de 20 laboratórios e detém um robusto caixa, para financiar a destruição dos últimos laboratórios nacionais".

Segundo a nota da Cebracon, o novo governo que surgir das eleições deste ano tem que pensar, juntamente com o Congresso, em medidas para nacionalizar o setor e pôr fim ao monopólio transnacional. "Se as empresas", advertiu a Cebracon, "dominarem 100% do mercado nacional de remédios, o governo, Ministério da Saúde, enfim, todos nós, estaremos nas mãos de 20 companhias, que têm seu centro de decisão no exterior".

**SOMMET DE PARIS**

**VOIX DES OUBLIES**

**Le pathétique appel de l'Amérique latine**

**Ce qu'ils sentent** Le malaise latino-américain

**de la R**

**JOSÉ SARNEY : « LE BRÉSIL NE PEUT PAS VIVRE AVEC LA DETTE »**

Dans une lettre à M. Mitterrand

M. José Sarney met en garde les nantis contre « un déferlement de violence en Amérique

**Le credo brésilien**

De l'Égypte, de l'Inde, du Sénégal et du Venezuela pour réclamer la création d'un sommet entre pays pauvres et riches. Et nouveau François Mitterrand

**LE CRI D'ALARME DU BRÉSIL**

Dans une lettre adressée au président Mitterrand, le chef de l'État brésilien, M. José Sarney, met en garde contre la violence qui pourrait éclater en Amérique latine de la suite et de l'absence de perspectives positives. « Dans une époque de crise et de violence, le monde occidental pourrait être surpris par le caractère de violence caractéristique de la situation », écrit-il.

M. Sarney fait référence aux « révoltes révolutionnaires de 1973 » et estime qu'il y a aujourd'hui « un

Le nouveau régime à l'œuvre, un effort décisif pour restaurer la stabilité dans le pays et pour développer les échanges commerciaux et sociaux. L'absence de perspectives positives est une source de préoccupation pour le Brésil. Le Brésilien a toujours aimé la paix et la stabilité. Mais la situation actuelle est une source de préoccupation pour le Brésil. Le Brésilien a toujours aimé la paix et la stabilité. Mais la situation actuelle est une source de préoccupation pour le Brésil.

**Le malaise latino-américain**

La contestation monte dans le cercle des pays du continent sud-américain, invités par raccroc à la fête mais tous à l'écart du grand début de la dette.

**José Sarney (président du Brésil)**

De l'Égypte, de l'Inde, du Sénégal et du Venezuela pour réclamer la création d'un sommet entre pays pauvres et riches. Et nouveau François Mitterrand

## Existe uma bastilha invicta

A festa do bicentenário da Revolução Francesa, no dia 14 de julho – que marca a tomada da Bastilha pelos revoltosos – mostrou que a história dos povos do Terceiro Mundo ainda transcorre à pesada sombra de outras Bastilhas, ainda não conquistadas e pujantes em seu simbolismo de dominação e prepotência. A escandalosa situação criada com os roteiros separados para os chefes de Estado convidados para a festa – grupo dos ricos de um lado, o Terceiro Mundo de outro – não poderia ser mais didática, para expor as diferenças que marcam, concretamente, as relações entre as nações desenvolvidas e as demais. O contraste de tratamento demonstrou que os ideais que cercaram a Revolução Francesa – e que estão na base das lutas por transformações sociais que marcam os dois últimos séculos, no mundo – ainda não conseguiram alcançar a região onde se fixam as relações entre as nações. Esta é uma área ainda dominada por Bastilhas, a mais opressora

das quais é, atualmente, a dívida externa, que sufoca o mundo subdesenvolvido.

Foi apropriada e marcante, assim, a manifestação do presidente José Sarney, um dos muitos convidados de segunda linha do surpreendente cerimonial do Palácio do Eliseu, ao lembrar a necessidade de que os países ricos meditem sobre as consequências do que pode ocorrer no Terceiro Mundo – consequentemente atingindo a todos – em decorrência da insensibilidade que demonstram, quanto às crises provocadas pela dívida externa, uma espécie de força habilmente acionada pelo mundo desenvolvido em proveito próprio.

"A dívida tem sido responsável pela falência do Estado em praticamente todos os países devedores", apontou Sarney na carta, em que pediu a intervenção do presidente François Mitterrand junto a seus colegas do Grupo dos Sete mais ricos – olímpicamente presentes às festas e fechados em reuniões exclusivas – alertando que, sem que os credores

cedam, "não haverá como conter a explosão social que se avizinha". Sarney destacou, que os ideais humanitários expressos pela Revolução Francesa "ainda estão para fazer-se no plano internacional", cuja situação, hoje, é "caracterizada por profundas divisões entre os Estados e por situações de flagrante injustiça", exibindo "descompasso profundo entre o centro e a periferia".

"Há, na verdade, em nossos dias, um novo *ancien régime* a derrubar: o dos privilegiados, dos monopólios do saber, da insensibilidade e da opressão, aberta ou disfarçada", alertou Sarney, ao conclamar o mundo desenvolvido a eliminar essa versão atual da opressão passada, "antes que os espaços de negociação e conciliação sejam ocupados pela confrontação intransitiva".

O mutismo do governo francês à carta brasileira demonstrou que, no relacionamento internacional entre as potências econômicas e o Terceiro Mundo, domina o espectro de uma Bastilha invicta.

# A Antártida também é nossa

Paulo Ramos Derengoski \*

O primeiro descobridor a chegar à Antártida foi o capitão inglês James Cook, em 1768. Foi seguido pelo seu patrício William Smith, pelo norte-americano Nathaniel Palmer, pelo francês Dumont D'Urville e pelo também inglês James Clark Ross, que, em 1843, batizou com o seu nome a grande barreira de gelo hoje conhecida como Mar de Ross, uma espécie de enseada gigantesca, que recebe quase toda a massa de gelo que se derrete naquelas latitudes.

Ainda hoje, pouco se conhece sobre o Continente Gelado. Supõe-se que os índios patagões (hoje exterminados), que habitavam o extremo sul da Argentina – e eram tão adaptados ao frio que andavam nus – por lá tenham passado. Mas, pouca gente sabe, por exemplo, que a superfície da Antártida equivale à metade da África e é maior do que o Brasil. O gelo ali acumulado há milhões de anos atinge a espessura de mais de 4.000 metros, em alguns pontos, enquanto a temperatura média anual, em alguns lugares, chega a ser de 80°C abaixo de zero – o que impede a sobrevivência de qualquer espécie.

Todavia, se o clima é inclemente e o solo estéril, os modernos satélites-mineradores-prospectores já detectaram que o subsolo é rico em petróleo e urânio. Por sua vez, as correntes marinhas que provêm da Antártida são riquíssimas. Como se fossem as pás de um gigantesco arado, elas formam grandes correntes oxigenadas, que vão revolver as águas mais quentes do globo, permitindo assim que se forme o fito zoo-plâncton que vai servir de alimento indispensável aos bilhões de peixes que povoam os mares do hemisfério sul.

Na brancura apavorante do panorama antártico surgem, de quando em vez, algumas manchas escuras – os *numataks* – que são afloramentos de cumes rochosos na imensa capa gelada. Algumas dessas montanhas são vulcões em atividade – como o Erebus e o Terror. E – pasmem – existem até lagos de água doce misturada com salgada – não-gelados – como o Vanda, na denominada Torre da Rainha Vitória.

A zona costeira é batida por ventos fortes – os *blizzards* – turbilhões de poeira e neve em dança louca, que às vezes impedem a visão num raio superior a dois metros. É óbvio, que devido ao clima rigoroso, a flora da Antártida é de extrema pobreza, limitando-se, em alguns locais, privilegiados a tundras e líquens. Mas, nas ilhas próximas – como as Malvinas – a fauna marítima é rica: o plâncton abundante permite a proliferação de pássaros marinhos, focas, pinguins e baleias.

Essa riqueza tem propiciado o avanço de frotas pesqueiras de países desenvolvidos – especialmente do Japão e da URSS, que enfrentam problemas alimentares com suas populações. Até mesmo a carne do pinguim, que até há poucos anos não era consumida, já está sendo aproveitada para servir de concentrado protéico na elaboração de rações de aves, gado e porcos, em alguns países. Considerada – e reconhecida – por quase todos os países como zona desmilitarizada, várias na-

ções, no entanto, lá estão estabelecendo bases “científicas”. A Argentina já tem seis estações na Terra de Graham, o Chile instala quatro e a velha Inglaterra mais oito. Os franceses estabeleceram a Base de Charcot e os norte-americanos as de Amundsen, Byrd e o condomínio com os ingleses em South Ice. Até os soviéticos já possuem uma estação na região do chamado Pólo Inacessível – a 3.000 metros de altura.

A posse da Antártida vem sendo reivindicada por todos esses países, mas o critério mais respeitado até agora tem sido o “de quem chegou primeiro”, o descobridor. É ele quem assume a posse – e “o que possui, continuará possuindo...” Mas a Argentina, o Chile e a Nova Zelândia, entre outros, opinam que o direito de posse deve ser mantido pela “proximidade geográfica”, sendo que os chilenos consideram algumas regiões montanhosas do Pólo Sul como mero “prolongamento” dos Andes. Outros países, como a União Soviética, têm interesses em reformular completamente tais critérios.

Assim, o continente gelado continua sendo repartido “particularmente”, fazendo com que cartas-patentes de dois, três e até quatro países se sobreponham umas às outras, com o lápis vermelho dos geopolíticos riscando, a seu bel-prazer, o mapa daquelas imensidões. A Grã-Bretanha, por exemplo, anexou as Ilhas Malvinas (Carta-Patente de 20 de março de 1917), enquanto os neozelandeses se dizem donos do Mar de Ross, por um decreto de 30 de julho de 1923! A França transformou a Terra de Adélia em parque nacional (será que estão preocupados com a ecologia?) por uma lei de 1925, e a Noruega – sempre interessada na pesca da baleia – considerou sua uma vasta área do Pólo Sul, a partir de 14 de janeiro de 1939. Já os EUA fundaram em 1946 uma colônia chamada Little-America, ali fixando uma população efetiva.

O Canadá, que tem grandes interesses no Pólo Norte, defende a tese do “Princípio de Setores”. O acordo mais auspicioso sobre a Antártida, porém, foi firmado em 1º de dezembro de 1959 – e garantia por três décadas o acesso para exploração científica a todo o vasto território. Mas, a questão de soberania no Continente Gelado ainda está em aberto.

O Brasil, tendo participado do Ano Geofísico Internacional de 1958, com as duas viagens do navio Barão do Teffé, afirmou sua presença naqueles ermos. Caso nos fundamentássemos no “Direito de Projeção Geográfica”, o setor brasileiro – considerável – ficaria compreendido entre os meridianos de Martim Vaz e Arroio Chuí, onde pode existir petróleo ou urânio. E essa reivindicação entra em choque com outras reivindicações. Na verdade, poderemos começar a assistir em breve à depredação de mais essa região do planeta. O comandante Cousteau denunciou que o assalto sobre a Antártida é iminente. E a destruição do Continente Gelado poderá ter consequências muito mais graves do que a incineração da maior floresta tropical do mundo. O incêndio da floresta sufocará a humanidade com gases tóxicos. O derretimento da Antártida afogará as zonas costeiras em enchentes e maremotos.

\* Paulo Ramos Derengoski é jornalista, escritor e produtor rural em Santa Catarina.

# TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



## BRASIL

Agência Meridien  
Av. Rio Branco, 52 -  
10º andar  
Tel.: 263-5611  
Telex 21664MERI

## PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,  
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa  
1200 - Lisboa -  
Telef.: 366209 / 372959  
Telex 14596 ANGO P

## HOLANDA

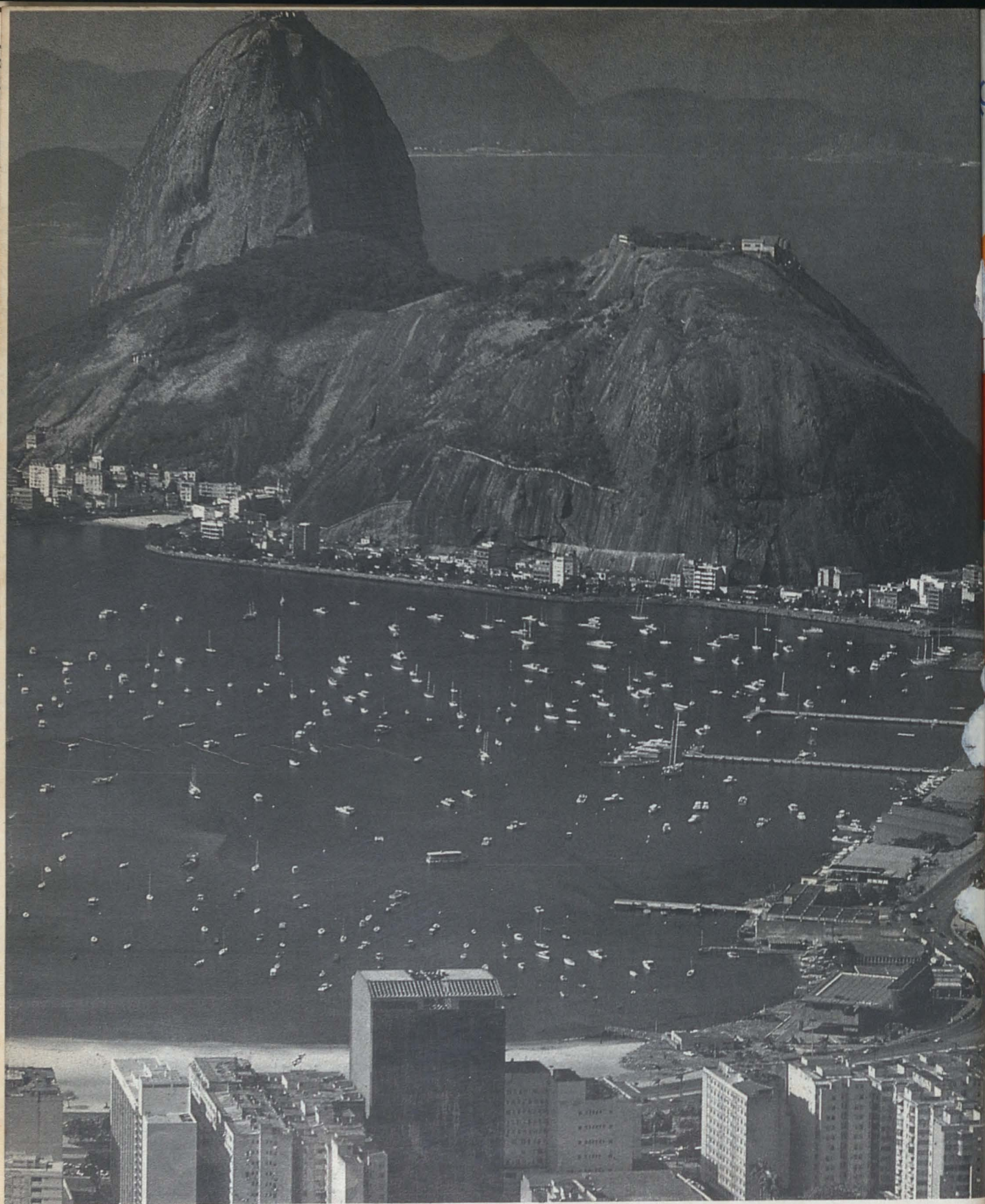
Coolsingel 139 3012  
AG Rotterdam  
POSTBUS 1663  
3000 BR Rotterdam  
Tel.: 010 11 41 60  
Telex 24772 / 24756  
ANGO NL



## ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola  
Rua Cerqueiras (Lukoki)  
C.P. nº 5953 -  
Telefs. 30144/5/6/7  
End. Teleg.: ANGOHAVE AN  
Telexes nº 3313 / 3124  
Luanda - Rep. Pop. de Angola

**ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola**



**Abrimos este espaço para debater os problemas  
do terceiro mundo.**



**PREFEITURA  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**